

director António Realinho

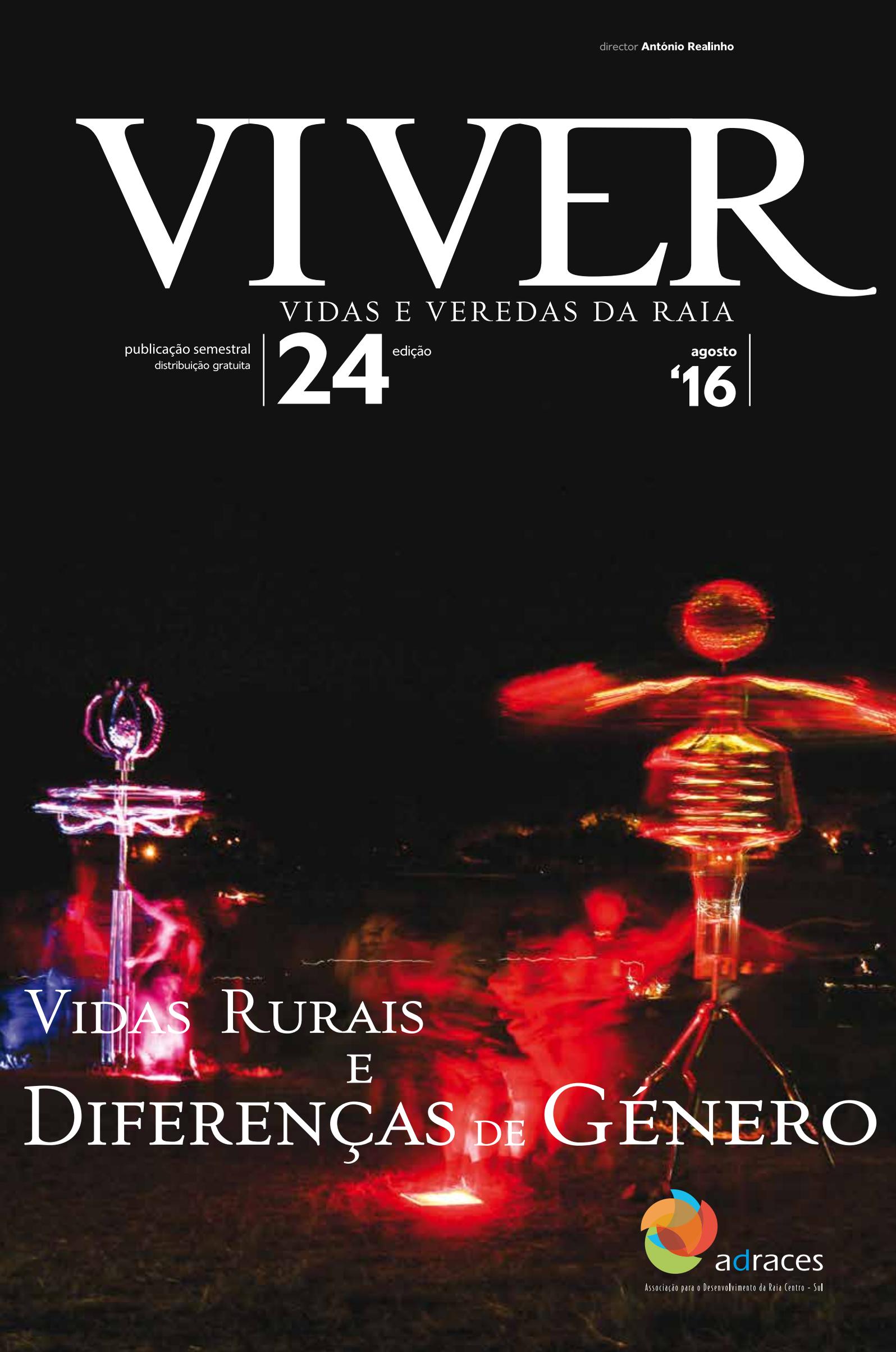
VIVER

VIDAS E VEREDAS DA RAIA

publicação semestral
distribuição gratuita

24 edição

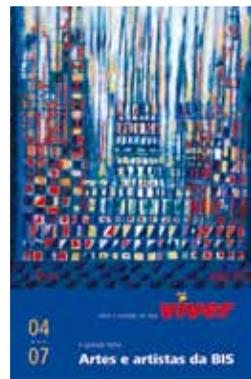
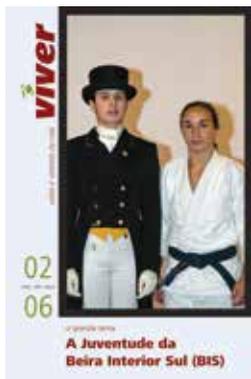
agosto
'16



VIDAS RURAIS
E
DIFERENÇAS DE GÉNERO

ANOS VIVER

VIDAS E VEREDAS DA RAIA



Celebraremos no próximo número (VIVER 25) o décimo aniversário da nossa existência. 10 anos a mostrar, dentro e fora do País, a valia intrínseca das mulheres e homens da BIS, as riquezas, valores e tradições destas terras. 10 anos a exercer a paixão de procurar sensibilizar os grandes centros de decisão política e económica para as necessidades e merecimentos deste território. Hoje, muitos são os que, conhecendo-nos melhor, são mais sensíveis às nossas austeras formas de VIVER.



VIVER
VIDAS E VEREDAS DA RAIA | 24 edição | agosto '16

Estatuto Editorial e Estatuto Redatorial da Revista VIVER
Consulte a página:
<http://www.adraces.pt/conteudo/27>

Quem Persiste Sempre Alcança!

António Realinho

[O Diretor]

Estimados leitores da Beira Interior Sul (BIS) ou de outras latitudes:

Após prolongado interregno, a VIVER volta à vossa apreciação, com a persistência característica do nosso carácter beirão.

Com renovado entusiasmo, aqui vos apresentamos o vigésimo quarto número da VIVER.

Voltamos ao vosso convívio, com um tema que, desejamos, seja entendido como a expressão do nosso apreço e reconhecimento pela decisiva importância da presença das mulheres da BIS na luta humana pela sua sobrevivência e progresso lado a lado com os homens, nos mais variados contextos.

Desta vez, entendemos, aqui na VIVER, que era mais do que tempo de nos dirigirmos diretamente ao género feminino da BIS, tentando distinguir as vivências de homens e mulheres, para compreender melhor até que ponto as atividades destes espaços interiores são, ou não, desigualmente penalizadoras para um dos géneros, feminino ou masculino.

Cada pessoa, homem ou mulher, mulher ou homem, seja qual for a sua condição ou fé, tem, sobre esta questão da igualdade de género, opinião resultante de abusivas generalizações feitas a partir de experiências próprias ou alheias, ou mesmo, de irrefletidos seguidismos de estereótipos dominantes.

Conscientes disso, tentámos ouvir vários conjuntos de homens e mulheres de diversas localidades da BIS, sobre as suas considerações sobre o tema, acabando por concluir, na linha do que já antevíamos, ser praticamente impossível (sobretudo a uma reduzida escala de trabalho como a nossa) a adoção de um qualquer padrão de comportamento.

Apesar disso, foi possível constatar acordos diferenciados

ou aproximadamente unânimes, em relação aos estereótipos mais comuns, sobretudo aos mais diretamente ligados à condição sexual e menos resultantes dos estereótipos de género, criados pela sociedade, para condicionar as mulheres na sua luta pela igualdade de género - conclusão esta, partilhada por homens e mulheres.

Nas páginas seguintes, encontrarão o detalhe sobre essas opiniões convergentes e aceites por outras e uns.

Para além do justo interesse em perceber como se encontra em cada atividade, em cada situação familiar, em cada meio social e cultural, o secular combate pelos direitos de todos os humanos, em particular das mulheres, há que considerar, sem subterfúgios ou encapotados interesses, as inevitabilidades resultantes da diferença de sexo.

Sem pessoas, nenhum desenvolvimento é possível. Sem um dos sexos, não há pais nem mães, nem filhos, a não ser por meios não naturais e normalmente muito caros, pouco acessíveis aos de menores possibilidades, para além das consequências e frustrações de ordem psicológica.

A grande conclusão é: As mulheres reconhecem e valorizam os resultados alcançados nas lutas pelos seus direitos na sociedade democrática portuguesa, e manifestam-se, muito mais do que os homens, satisfeitas com os novos direitos adquiridos e novas condições de vida, reconhecendo que muito está por fazer.

Como difícil é haver igualdade onde faltarem os recursos, com a nova iniciativa de “Desenvolvimento de Base Comunitária (DLBC)”, que a ADRACES vai começar a implementar na BIS, com apoios diversificados destinados aos diferentes segmentos de atividades, desde a pequena agricultura às mais diversas atividades rurais (aliás como vem fazendo durante estes últimos 20 anos), será possível facilitar interessantes recursos para o desenvolvimento das condições de vida e da igualdade de género às famílias disso carenciadas.

Em meu nome e de toda a equipa da VIVER, um grande bem-haja às mulheres da BIS, da Beira Baixa e de todo o Mundo.



edição **24**
agosto
'16

VIVER

ficha técnica

Diretor António Realinho

Diretor Adjunto Teresa Magalhães

Editor Camilo Mortágua

Conselho Editorial António Realinho, Teresa Magalhães, Camilo Mortágua, Rui Miguel, Teresa Riscado, Clarisse Santos e Filipa Minhós

Redação Teresa Magalhães; Rui Miguel; Filipa Minhós; Clarisse Santos; Sandra Vicente; Paulo Pinto; Margarida Cristóvão

Design e Direção Gráfica DallDesign, Lda.

Produção Gráfica (Paginação/Impressão) DallDesign, Lda.

Capa DallDesign, Lda.

Foto de capa Paulo Pinto

Colaboram neste número Ana Maria Braga da Cruz, Ana Paula Fitas, Domingos Santos, Helder Henriques, Helena Vinagre, Iolanda Soares, João Tátá dos Anjos, Joana Barros, José Caldeira, Leonor Valente Monteiro, Liliana Rodrigues, Manuel Lopes Marcelo, Marco Domingues, Maria Celsa Rodriguez, Maria Eduarda Rosa, Paula Fonseca

Outros colaboradores

Abel Cuncas; Aida Rechena; Alberto Melo; Amândio Silva; Andreia Courela; Ana Isabel Trigo Morais; Ana Vale; Aníbal de Almeida; António Covas; António de Abrunhosa; António Salvado; António Tavares Proença; Armindo Jacinto; Assunção Pedrosa; Calisto Tamor; Carlos Maia; Carlos Rosa; Celestino de Almeida; Élia Afonso; Elsa Ligeiro; Emílio Magro Martins; Fernando Paulouro; Fernando Raposo; Filipa Carvalho; Géraldine Lechevalier; Gérard Bravis; Gérard Peltre; Guilherme Pereira; Inês Pedrosa; Isabel Adónis; Jaime Novais; Jean Charles Lollier; Joaquim Cabral Rolo; Joaquim Alberto Simões; Joaquim Manuel da Fonseca; João Andrade Santos; João José Fernandes; João Mário Amaral; João Miguel Pereira; João Ludgero; João Carlos Pinho; João Manuel Duarte; João Queiroz; Jolon; Jorge Brandão; Jorge Gaspar; Jorge Gouveia; José Almeida; José Carlos Costa Marques; José Joaquim Antunes; José Nuno Martins; José Portela; Josy Richez; Juan Manuel Gutiérrez; Lauro Moreira; Lorenzo Barbera; Luís Rocha; Luís Soares; Luís Valadares; Luíza Sá Pessoa; Manuel Santos Jorge; Manuel Gomes; Manuel Porto; Mário Moutinho; Maria José Martins; Maria de Lurdes Quaresma; Maria de Lurdes Santos; Maria Inês Rodrigues; Marie Noelle Hessel; Martine Theveniaut; Matilde Pedrosa; Miguel Freitas; Miguel Nascimento; Moisés Espírito Santo; Paula Gentil Santos; Paula Teixeira; Paulo Águas; Regina Lopes; Rui Morais; Rui Veríssimo Batista; Sílvia Vale; Soraia Barroca; Vergílio A. Pinto de Andrade; Victor Oliveira; Víctor Santiago Tabares; Vítor Caldeira.

Depósito Legal 289795/09

Registo na Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) 124952

Periodicidade Semestral

Tiragem 8000 exemplares

Propriedade

ADRACES
Associação para o
Desenvolvimento da Raia
Centro-Sul
www.adraces.pt

Rua de Santana, 277
6030-230 Vila Velha de Ródão
Telef. +351 - 272 540 200
Fax. +351 - 272 540 209

Número de Identificação Fiscal (NIF) 502706759

Sede da Redacção Rua de Santana, 277
6030-230 Vila Velha de Ródão
Email viver@adraces.pt

A Revista VIVER é escrita ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

conteúdos

01 Do Diretor

Quem persiste sempre alcança!

03 Do Editor

Existir é fácil... Difícil é viver... honestamente!

04 Grande Tema

Vidas Rurais e Diferenças de Género

38 Tem a Palavra

Entrevista ao Presidente da Junta de Freguesia de Meimoa, João Alves

40 Rostos e Expressões da BIS

44 Nós ADRACES

55 Ao Sabor da Pena

56 Europe Direct BIS



Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro - Sul

Existir é fácil...

Difícil é VIVER... honestamente!

Camilo Mortágua

[O Editor]

A VIVER honestamente cá vai andando, porque como dizia aquele presidente que Deus tem: “o povo é sereno”.

Umás vezes melhor, outras pior, quer dizer, umas vezes mais prontamente, outras mais devagar, com esta, que agora vos entregamos, já chegámos às duas dúzias.

São 24, vinte e quatro exemplares, que devem somar sempre para cima de mil e duzentas páginas escritas ou preenchidas a pensar em tod@s que habitam e calcorreiam as VIDAS e VEREDAS da Raia Centro-Sul, na esperança de que vos tenham servido para vos entreter, alegrar e/ou enriquecer as vidas.

Como acontecemos a períodos irregulares, é possível que nos tenhamos desencontrado algumas vezes. É difícil VIVER... honestamente! Também para os editores e jornalistas.

Apesar de tudo, cá se vai andando, cada vez mais devagar, para não perder os pontos das nossas cartas! É a modernidade!

Antigamente davam-te a escolher, podias pagar a pronto ou trabalhosamente mais tarde, mas pagando (bufando ou não), ias à

vida. Agora pagas duas vezes, uma em euros e outra em pontos... menos mal que, por agora, os pontos são dados... dizem, mas não acredito.

Voltemos a esta nossa VIVER. Desta vez decidimos que iríamos à procura da igualdade de género, saber se era certo ou não aquilo que por vezes nos afirmam os “metidos a entendidos” que não são de cá, com ar de quem nos conhece melhor do que nós próprios.

Dizem... – “Os beirões são TBM - (Teimosos, Brutos e Machistas)”. É de registar a escolha do significado da letra B, dizem brutos mas não burros! (Valha-nos isso).

Pelo que ouvimos dos diferentes grupos de mulheres com quem conversámos, podemos afirmar que essas designações não correspondem minimamente à realidade. Disseram-nos claramente, com grande convergência, que os homens da BIS são excelentes companheiros de trabalhos e que têm-no quotidiano, lado a lado, lhes dá uma grande segurança e conforto!

Resta-nos alargar muito mais o leque das entrevistas, para poder encontrar escala suficiente à observação de protótipos por categorias muito mais diversificadas, porém pensamos poder desde já dizer-vos que as mulheres estão contentes com a evolução verificada nestes últimos anos e, as que voltaram ao campo recentemente, manifestaram-se surpreendentemente felizes com a sua qualidade de vida.

Em certos municípios da BIS, sobretudo naqueles onde existem atividades industriais de alguma importância, pensa-se que se deve ao desaparecimento das atividades agrícolas a melhoria significativa das condições de vida das mulheres, coisa que terá que merecer análise mais profunda, por não coincidir com as manifestações de outros locais onde dominam as atividades agrícolas tradicionais.

Como disse o poeta, se para tanto nos chegarem meios, engenho e arte, a VIVER voltará até vós durante o primeiro semestre do novo ano. Até lá... boas festas e muita saúde.



Igualdade

As diferenças de género, na atribuição dos trabalhos rurais

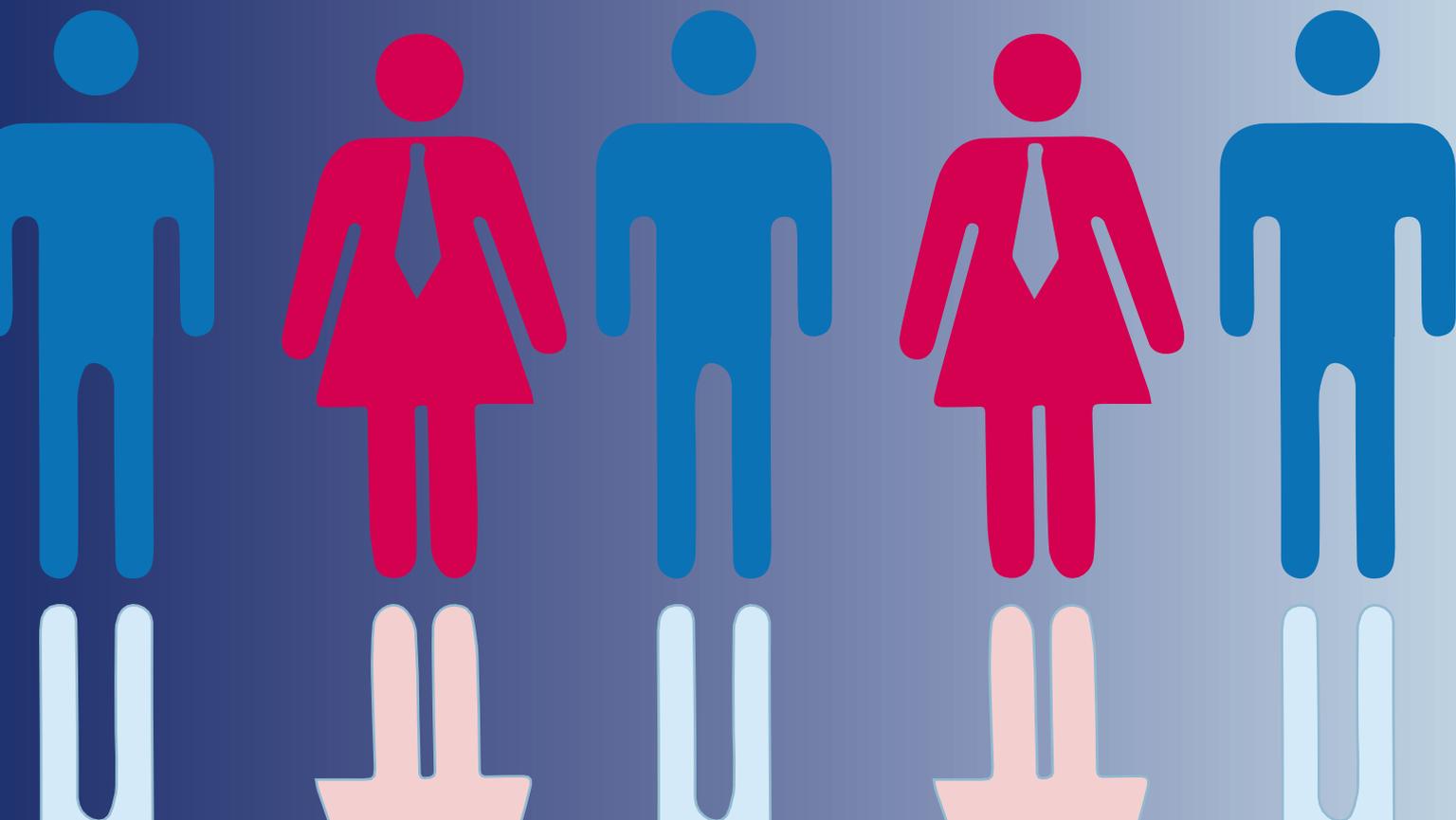
De que falamos, ao referir-nos à questão de “Género”?

Se não me engano, foram de João de Deus palavras cujo sentido geral era, mais ou menos, o seguinte: “Enquanto num País existir um analfabeto, toda a universidade é um luxo!”

Ainda hoje, a realidade mantém essa afirmação como um enorme exagero, porém, exagero será igualmente considerar que uma sociedade de “doutorados” é uma sociedade de sábios.

Sábios socialmente estéreis são todos os que guardam somente para si, ou para exhibir entre iguais, os seus saberes.

C.M.



de Género

Diferença de género não é a mesma coisa que diferença de sexo. Esta última é a distinção entre macho e fêmea, que diz respeito a diferentes funções no processo de reprodução. Já as diferenças de género têm que ver com aquilo que cada sociedade inventa, cria, sobre o que deve ser o papel do homem e o papel da mulher, suas maneiras distintas de estar e ser, dentro de uma comunidade. Ideias pré-concebidas pelas sociedades que atribuem determinadas características mais a mulheres do que a homens e, conseqüentemente, as atiram para determinadas tarefas, julgadas pelos homens mais adequadas às mulheres.

À exceção das restritas e específicas questões dependentes do sexo, em todas as outras situações da vida, pratica-se a “igualdade de género”, ou impõem-se os estereótipos?

Desses estereótipos, criados ao longo dos tempos pelas sociedades, têm resultado grandes diferenças de género, em desfavor da mulher.

Igualdade de direitos. Homens e mulheres devem ter igualdade de direitos para que possa existir a dita igualdade de género. Porém, importa ter em consideração que a perfeita igualdade é um mito!

Por exemplo, pegando no direito de acesso à educação. Sabemos bem que, até há umas décadas, esse acesso não existia da mesma forma para raparigas e rapazes. E mais. Nos dias que correm, mesmo com acesso igual para ambos os sexos, muito raramente estaremos perante a tal “perfeita igualdade”.

Imaginemos um grupo de 200 crianças, rapazes e raparigas, todos em idade de ingressar na escola e todos, aparentemente, em igualdade de direitos. No meio desse grupo, todos são diferentes. Na verdade, esses meninos estão em igualdade de

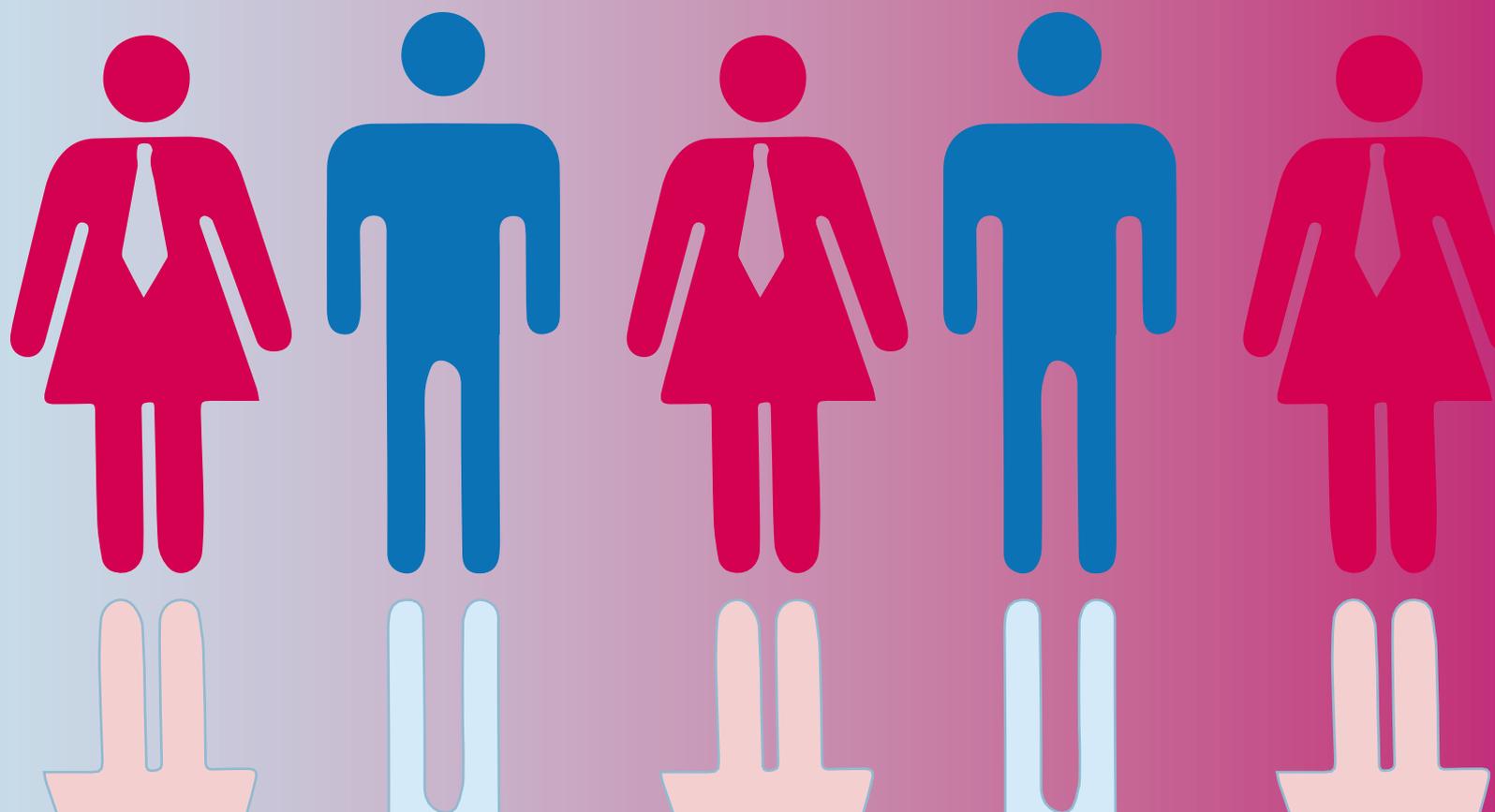
direitos, mas em desigualdade de condições para poder usufruir deles (diferentes capacidades de visão, de audição, de concentração, de gostos e interesses, de acesso a informação, etc.). Igualdade de direitos, ou igualdade de oportunidades, se calhar, não é bem aquilo que devemos defender.

As palavras, umas mais que outras, devem definir com clareza aquilo que pensamos, mas, por vezes, as que usamos não são as mais esclarecedoras. A palavra “igualdade” é enganadora, já que em absoluto nada é igual. Há uma palavra parecida que pondera melhor a relatividade das diferenças dentro de cada pretensa igualdade. Referimo-nos à palavra “equidade”. Tratando-se de equiparações de género, e considerando que cada caso é um caso definido pela especificidade duma relação marcada ou não pela aplicação de estereótipos, talvez fosse mais adequado falar de “equidade de género”.

Procuramos tentar que nos contassem por palavras costumeiras, palavras, atos e ações da vida quotidiana, que sentimentos se guardam no íntimo de Homens e Mulheres da BIS, em relação à sua condição de género, na repartição dos trabalhos necessários à vida familiar e /ou profissional. Existe ou não, cá pelas nossas terras, igualdade (equidade) de género?

As atividades próprias do Mundo Rural são mais ou menos favoráveis à equidade de géneros, se comparadas com as características do mundo urbano?

Nas páginas seguintes, damos conta não só do que nos foi dito, mas também do que por escrito nos foi contado. A todos agradecemos reconhecidamente pela disponibilidade e ensinamentos bem reveladores da necessidade de termos de ir até às VEREDAS DA RAIA, para conhecer como se vive. Para poder verdadeiramente VIVER!



As Mulheres Invisíveis

Liliana Rodrigues

Professora e Investigadora na Universidade da Madeira (UMa), tendo lecionado como Professora convidada em Universidades espanholas e brasileiras. Foi presidente do “LI-M - Laboratório de Ideias da Madeira” entre 2011 e 2014. As suas áreas de trabalho enquanto Eurodeputada são os direitos humanos, a igualdade dos géneros, o desenvolvimento regional e a cultura e educação.

É Vice-Presidente da Delegação Parlamentar da União para o Mediterrâneo e integra as Delegações dos Países do Maxereque e da Assembleia Parlamentar da NATO. No primeiro ano de mandato viu ser aprovado pelo Parlamento Europeu o seu relatório sobre o *empoderamento das Jovens através da educação na União Europeia*.



No mundo rural, como em tantos outros domínios da nossa sociedade, a mulher continua a caracterizar-se por uma invisibilidade que é imposta e que resulta num impedimento à realização de todo o seu potencial individual, social e profissional.

Apesar das questões da igualdade dos géneros estarem bem implantadas há décadas na legislação da maioria dos países, apesar da mulher desempenhar um papel maior na sociedade e no crescimento económico, apesar do seu trabalho ser crucial na obtenção dos meios que permitem combater a pobreza e viver melhor, a sua plena participação na vida pública, social e económica continua a sofrer de múltiplos constrangimentos. Esta condição torna-se ainda mais evidente quando falamos de áreas rurais, onde as taxas de emprego são menores e as mulheres acabam por ser as “naturais” excluídas e as mais atingidas pelo estigma da invisibilidade.

Nas áreas rurais, as mulheres são responsáveis pela produção de metade dos alimentos e por realizarem dois terços do trabalho a nível mundial e, no entanto, 7 em cada 10 das pessoas que

passam fome são mulheres, detêm menos de 15% dos terrenos e 1% dos meios de produção e recebem apenas 10% dos rendimentos daí obtidos.

Em geral, as mulheres gastam mais do que os homens em alimentação, saúde, vestuário e educação para os seus filhos. São elas que adquirem mais de 80% do total de bens e serviços e são também as principais decisoras no que respeita a pensões, seguros de vida e obras em casa.

Gerando cerca de 22% do emprego, as áreas rurais são essenciais para o cumprimento dos objetivos da Europa 2020 neste domínio. Todavia, a taxa de emprego nas regiões rurais é inferior se comparada com a de outras regiões, principalmente entre as mulheres trabalhadoras mais velhas e com menos habilitações, cabendo-lhes os empregos com menor salário e de estatuto inferior. Muitas delas têm ainda uma ocupação equivalente a uma atividade profissional, mas não beneficiam de qualquer reconhecimento, proteção ou remuneração. Mais de 80% destas últimas é classificada como “esposa do proprietário” ou “cônjuge colaborante”, frequente na agricultura e nas pequenas e médias empresas, não usufruindo

de estatuto próprio e não possuindo por isso uma posição jurídica clara em muitos Estados Membros, principalmente no que respeita a licenças de maternidade e de doença, direitos de pensão e em situação de divórcio ou acesso à segurança social.

Não basta afirmar que é preciso tornar as mulheres mais ativas social e economicamente. São elas que mais horas de trabalho cumprem. Acumulam muitos papéis e são esses mesmos papéis que se constituem como entraves ao seu envolvimento nas tomadas de decisão. Não é hábito as mulheres participarem em discussões e decisões referentes ao desenvolvimento das suas regiões, sejam elas rurais ou não.

Nestas regiões, as tradições, os costumes e as normas sociais que governam a distribuição do trabalho podem funcionar como constrangimentos à capacidade das mulheres em assumir a linha da frente na sociedade, revelando-se práticas extremamente difíceis de contrariar.

Em termos europeus, a igualdade entre homens e mulheres é um dos valores fundamentais. Apesar do importante papel do Parlamento Europeu na sensibilização para a igualdade entre os géneros, os Estados-Membros têm bloqueado constantemente a adoção de objetivos e legislação mais ambiciosos. A ausência de estratégias globais e nacionais demonstra que a igualdade entre os géneros não é tomada de forma suficientemente séria.

Os estereótipos continuam a persistir em todas as esferas da sociedade e a luta contra eles faz-se de forma demasiado lenta. Não se trata apenas de garantir os mesmos direitos legais, mas também de sensibilizar para uma mudança radical nas mentalidades. Essa é a única forma de conseguir a igualdade plena. O desenvolvimento durável não será alcançado se mais de metade da população continuar a ser discriminada. Evoluímos em muitos domínios, mas a igualdade permanecerá uma miragem enquanto a figura da mulher estiver ancorada ao trabalho a tempo parcial, subalterno e menos remunerado. A precariedade, as desigualdades em matéria de emprego e uma proteção social inadequada prendem as mulheres num ciclo de pobreza e dependência económica e social.

No que concerne aos processos de decisão, e ao ritmo atual de progressão, serão precisos 40 anos para alcançar a paridade. Os preconceitos quanto às capacidades das mulheres constituem o principal obstáculo, juntamente com a falta de suficientes modelos femininos. Ao mais alto nível político, empresarial e financeiro, a tomada de decisão continua a ser masculina. Se tomarmos o caso português, apenas 24 em 308 autarquias são lideradas por mulheres (cerca de 7,8%).

Isto acontece porque as dificuldades em conciliar a vida profissional com a vida privada continuam

a atingir sobretudo as mulheres. Daí a necessidade de investir em infraestruturas e serviços de proximidade, como creches, centros de dia e lares para idosos ou outros dependentes, que libertem a mulher, tradicionalmente, mas não justamente, relegada para os trabalhos relacionados com os cuidados, para assumir o papel que lhe compete na sociedade em pé de igualdade com o homem, tendo este, de uma vez por todas, de assumir de forma equitativa as suas responsabilidades nas tarefas domésticas e nas questões da paternidade e dos cuidados.

A implementação de um “gender budgeting” ou de um sistema de quotas são algumas das medidas indispensáveis, ainda que numa base temporária, para combater as desigualdades entre homens e mulheres.

Apesar de todo o trabalho e documentação produzidos pela União Europeia, acredito que a mudança terá de se iniciar da base para o topo. São as autoridades locais e regionais, em parceria com organizações da sociedade civil, as que melhor conhecem o contexto e as especificidades do mundo rural (o mesmo podendo ser dito de qualquer outro tipo de região), cabendo-lhes pois a importante tarefa de cumprir de forma efetiva com a igualdade entre os géneros: estancando o êxodo rural das mulheres com mais qualificações; colaborando com as empresas na criação de incentivos à participação das mulheres no mundo do trabalho; salvaguardando os direitos das mulheres “cônjuges colaborantes”, verdadeiras trabalhadoras invisíveis; proporcionando oportunidades em matéria de educação e de formação; melhorando os serviços de guarda de crianças e prestação de cuidados a idosos e outros dependentes; combatendo os arraigados tabus relacionados com a violência sexual e/ou doméstica contra as mulheres; promovendo a representação das mulheres em posições formais de chefia desde o nível local ao europeu; diversificando o trabalho atribuído às mulheres; controlando de forma sistemática as políticas, estratégias e projetos de desenvolvimento antes da sua adoção, a fim de assegurar que não sejam discriminatórios para as mulheres e promovam a igualdade; promovendo campanhas de sensibilização para a igualdade dos géneros desde cedo; facilitando o acesso ao crédito às mulheres e, acima de tudo, educando para a igualdade e empoderando as mulheres.

A introdução da dimensão de género no sector rural é uma estratégia-chave, não só para a promoção da igualdade entre os géneros, como também para o crescimento económico e o desenvolvimento rural sustentável. A desigualdade é um problema para as mulheres, mas também para o desenvolvimento e coesão regionais. ■

Vidas Rurais e Diferenças de Género

Leonor Valente Monteiro

Advogada e gestora na LVM Advogados. Juíza Social na Comarca do Porto. MBA pela Escola de Gestão Empresarial da Universidade Católica Portuguesa. Faz parte da Direção Regional do Norte da APMJ desde o ano 2003 (Associação Portuguesa de Mulheres Juristas). Membro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados. Tem especialização na área da igualdade de género e violência doméstica. Foi coordenadora do projeto “Ousar Vencer a violência na família” levado a cabo pela APMJ. Em 2005 foi coautora do manual de boas práticas para operadores judiciais para a problemática da violência na família. Editou vários artigos sobre direito da família, rapto internacional de crianças ao abrigo da Convenção de Haia, violência doméstica, igualdade de género e tráfico de seres humanos. Seleccionada pela European Roma Rights Center para um treino em litígios Nacionais e Internacionais

(junto do Tribunal Europeu de Direitos Humanos, Comité Europeu dos direitos sociais e órgãos da ONU), contra os abusos de direitos humanos e a discriminação. Representou a APMJ no Quartel-general da Nato a convite da “Public Diplomacy Division, e junto do Parlamento Europeu, em Bruxelas. Fundadora e Coordenadora-Geral da Associação Projecto Criar. Fez parte do Comitê Nacional de Acompanhamento do Projeto INASC (Improving needs assessment and victim’s support in domestic violence related criminal proceedings) liderado pelo CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social. Representante da Ordem dos Advogados no Conselho da Europa, na “Annual HELP Network Conference” - programa Europeu sobre os Direitos Humanos para Profissionais da Justiça. Vencedora do prémio Lopes Cardoso atribuído pela Ordem dos Advogados Portugueses.



A relação campo-cidade e uma breve contextualização das transformações verificadas ao longo dos tempos

Na relação campo-cidade, os valores urbanos estão sempre presentes no campo e os valores do campo na cidade, mas o espaço urbano sobrepõe-se sempre ao espaço rural ou natural (Candiotto e Corrêa 2008).

Até à revolução industrial, o campo era o lugar onde se produzia e a cidade onde estava o centro político, administrativo e era esta que fornecia produtos artesanais e serviços.

A partir de 1940 até 1970, deu-se uma grande modificação na agricultura e nas relações campo-cidade. Nesta altura, a população urbana começou a crescer mais do que a rural.

Em meados da década de 70, a população rural começa a querer mostrar que é tão diversificada em termos económicos, no acesso a bens e serviços, e na década de 90 o campo já não é unicamente um espaço de produção agrícola, passando a ter o aumento dos conteúdos urbanos dentro do próprio meio rural, bem como a diversificação das atividades produtivas. O rural ganha então uma dupla função: local de produção e de consumo (Pires 2004). Estas transformações não apontam para o fim do mundo rural, mas para uma nova ruralidade. De acordo com a Autora Wanderley (2000), a nova ruralidade apresenta algumas dimensões como “a diversificação social, novos usos do rural, em especial por pessoas provenientes do meio urbano, com fins produtivos, residenciais ou preservacionistas; maior complementaridade entre rural e urbano, substituindo na mesma o carácter antagónico; crescimento demográfico, devido à diminuição das migrações e valorização de outros estratos sociais; maior acesso a tecnologias, confortos e serviços que antes eram privilégio da cidade; valorização e proteção do meio ambiente, das culturas e tradições locais que passam a ser vistas como fonte de renda para população rural; os agricultores passam a ter novos papéis, desempenhando uma diversidade de atividades, tornando-se profissionais para além do núcleo agrícola.” Esta nova ruralidade permite que sejam identificadas novas possibilidades de transformação das relações de género no meio rural, através de diferentes formas de organização do trabalho na unidade familiar. Segundo Graziano da Silva (1999), o ator social privilegiado desse “novo rural” seriam as famílias pluriativas, que se caracterizam por combinar vários tipos de atividades numa mesma unidade familiar ou estabelecimento, fazendo com que os seus membros possuam vários tipos de profissões, como forma de ampliarem os rendimentos, redimensionando, assim, o peso da atividade agrícola na reprodução social da família. A emergência da pluriatividade é decorrente do processo de aproximação entre urbano-rural, que resulta na expansão de novas atividades que não estão ligadas unicamente com a produção agrícola. Dentre os novos tipos de ocupação destacam-se as atividades de lazer (ex.: o agroturismo), as moradias da classe média urbana, o crescimento das áreas de preservação destinadas ao ecoturismo (parques,

estações ecológicas...) e novas formas de emprego como jardinagem, cultura especializada (biológica) e outras atividades ligadas à prestação de serviços (Graziano da Silva, 1999).

Face a estas profundas alterações, a conceção tradicional do rural como o lugar do atraso e a conceção do urbano como o lugar do progresso já não é uma verdade absoluta. É possível concluir que, em alguns lugares, pode mesmo haver uma coexistência do urbano e do rural, e que eles se podem fundir sem que ambos percam as suas especificidades. Por outro lado, também é ainda possível encontrar-se municípios que, devido à presença marcante das ruralidades, ainda são definidos como municípios rurais.

É POSSÍVEL CONCLUIR QUE, EM ALGUNS LUGARES, PODE MESMO HAVER UMA COEXISTÊNCIA DO URBANO E DO RURAL, E QUE ELES SE PODEM FUNDIR SEM QUE AMBOS PERCAM AS SUAS ESPECIFICIDADES

A ruralidade é uma realidade empiricamente observável, como uma representação social definida culturalmente por atores sociais que desempenham atividades não homogêneas e que não estão necessariamente remetidos à produção agrícola. Há vários autores/as que consideram a necessidade de serem produzidos novos conhecimentos sobre o chamado “mundo rural”, para melhor se entender a transferência de informação tecnológica, de valores neste espaço e o fenómeno da *pluriatividade* como uma forma alternativa de explorar a agricultura e, em consequência, como uma possibilidade de reelaboração de identidades sociais¹.

Apesar da “suavização” da dicotomia entre os dois espaços (rural e urbano), existem diferenças que apontam para uma diferenciação entre as expectativas e o modo de vida das pessoas rurais e urbanas, principalmente no que concerne à população jovem e às mulheres em particular.

A maior participação da mulher na produção agropecuária ou o reconhecimento público dessa participação não tem sido suficiente para modificar a situação de subordinação da “mulher do campo”. Também as reflexões feitas em redor desta subordinação levam-nos a reconhecer que a luta pela cidadania da “mulher do campo” começa pela luta do seu reconhecimento e estatuto profissional. Contudo, o caminho traçado pelo movimento das mulheres trabalhadoras rurais é limitado pelas

1 Carneiro, Maria José em “Ruralidade: Novas Identidades em Construção”, disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>

próprias relações sociais de gênero no campo e, desta forma, distingue-se qualitativamente dos movimentos sociais urbanos².

As pesquisas sobre as temáticas “gênero” e “juventude” relacionadas com o estudo da “vida rural” surgem com interesse devido, em grande medida, aos elevados índices migratórios do meio rural em direção às cidades, com a predominância de jovens e, entre eles, de mulheres, gerando o envelhecimento e masculinização da população rural³.

Juventude rural e as diferenças de gênero

É na infância, através do processo de socialização, que nos são inculcados os estereótipos de gênero e as crenças associadas ao que as meninas e os meninos podem/devem ser, ter, usar, fazer, etc. Estes preconceitos, para além de criarem desigualdades e violência, limitam a forma de ver o mundo e de interpretar as nossas competências, capacidades e reais vocações. Por conseguinte, a infância e a juventude são momentos cruciais para a mudança de qualquer sociedade, seja ela rural ou urbana. Limitando-se mulheres e homens para determinados cargos, lugares e papéis de gênero, estamos a desperdiçar inúmeros talentos.

Por esse motivo, resolvi adequar esta parte do meu texto sobretudo à juventude rural, em contraposição com a juventude urbana e nas diferenças entre os papéis de gênero atribuídos às jovens e aos jovens rurais. Considerei muito interessante um trabalho efetuado em São Paulo, no Brasil⁴, que resultou de uma pesquisa empírica realizada numa escola central que recebe estudantes de várias comunidades da área rural do município⁵. Apesar de este estudo ter sido feito noutra País, a verdade é que, atendendo à globalização e à estrutura social e económica Brasileira (não tão diversa da nossa), considerei aceitável analisar os seus resultados como retrato da própria realidade rural Portuguesa – pelo menos no que concerne aos locais que ainda se apoiam muito na produção agrícola.

Através do mesmo foi possível perceber que a família tem uma enorme importância na vidas dos/as jovens rurais. Por outro lado, os/as jovens rurais afirmaram que tanto os pais como as mães trabalham na propriedade e estes/as também ajudam nos

ENQUANTO OS JOVENS SÃO RESPONSÁVEIS PELO TRATO DOS ANIMAIS E AJUDAM NA PLANTAÇÃO E NA COLHEITA DOS PRODUTOS CULTIVADOS NA PROPRIEDADE, AS JOVENS AJUDAM NO TRATO COM OS ANIMAIS E NOS SERVIÇOS PRÓXIMOS À RESIDÊNCIA, TRABALHAM POUCO NO CULTIVO DOS PRODUTOS E AFIRMARAM SER RESPONSÁVEIS PELOS CUIDADOS DOS SERVIÇOS DOMÉSTICOS

trabalhos desenvolvidos. Mas há diferenças nas atividades desenvolvidas pelos jovens e pelas jovens. Enquanto os jovens são responsáveis pelo trato dos animais e ajudam na plantação e na colheita dos produtos cultivados na propriedade e pouco ajudam no serviço doméstico; as jovens ajudam no trato com os animais e nos serviços próximos à residência, trabalham pouco no cultivo dos produtos na propriedade e afirmaram ser responsáveis pelos cuidados dos serviços domésticos.

Os/as jovens comentaram ser os pais/homens os responsáveis pela tomada de decisões dentro da propriedade, sendo que eles/elas têm pouca participação, o que, de certa forma, os/as deixa pouco estimulados, tendo em vista que também desempenham atividades dentro da unidade de produção. Contudo, uma vez que os jovens rapazes ajudam nas atividades com o cultivo e colheita, juntamente com os pais, estes na maioria das vezes acabam por ser consultados antes de ser tomada alguma decisão de interesse da propriedade. Já as jovens raparigas, por realizarem um trabalho considerado “menos relevante”, não são consultadas no momento da tomada de alguma decisão, porque não estão ligadas diretamente às atividades agrícolas e produtivas da propriedade. Afirmam 58,82% dos jovens rapazes que gostariam de trabalhar noutra atividade que não fosse a agricultura e 100% das jovens raparigas (todas as inquiridas) gostariam de trabalhar fora da propriedade, em atividade preferencialmente urbana. Talvez esta diferença se denote pelo facto de o trabalho desenvolvido pelas jovens raparigas não receber o reconhecimento merecido, tal como apontam os estudos de Weisheimer (2005). Ainda assim, uma boa parcela dos jovens rapazes (41,18%) pretende ficar no campo e veem a cidade de forma negativa, como um espaço de violência, onde o tempo é rápido e controlado. Já para as jovens raparigas, que desejam a cidade como um projeto de futuro, veem na cidade um espaço de oportunidades de estudo, lazer e de emprego, características que não encontram no campo onde vivem.

Ao entrar em contato com o universo dos/das jovens urbanos, a juventude rural começa a formular projetos de futuro, que incluem a saída da propriedade e a busca de melhores condições de vida. O emprego fora da propriedade torna-

2 Carneiro, Maria José em “Mulheres no Campo: Notas sobre a sua Participação Política e a Condição Social do Gênero”, disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/doi/carnei2.htm>

3 Texto disponível em <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1396/1378>

4 Estudo intitulado “Juventude rural: diferenças de gênero na escola, no trabalho e na construção de projetos de futuro”.

5 Por meio da observação participante, as investigadoras conviveram durante 2 meses no universo escolar desses/as jovens rurais e angariaram informação de campo. Para sustentar a pesquisa, a par das observações realizadas, foram aplicados 37 questionários para encontrar o perfil socioeconómico dos/as jovens rurais, identificar as relações sociais que estabelecem na escola e na cidade e a importância que a educação formal tem dentro do seu projeto de futuro. Também foram realizadas 6 entrevistas individuais com os/as jovens rurais, buscando compreender as suas histórias de vida, o seu contexto familiar na propriedade escola, os seus grupos de pares e com a cidade.

se relevante para eles/elas conquistarem uma maior autonomia e maior independência dos pais, mas ao mesmo tempo os/as jovens demonstram grande desejo em ajudar a família: esta dualidade de vontades faz com que vivam numa constante ambiguidade, divididos/as entre o desejo de sair e a necessidade de ficar.

Praticamente a totalidade dos/as jovens afirmaram que os pais os estimulam e apoiam no que for preciso para que venham à escola todos dias. Ao questioná-los/as por que os pais lhes dão tanto apoio, as respostas resumiram-se a afirmar que os pais anseiam que os filhos/as tenham um futuro melhor do que eles tiveram, tenham uma vida menos difícil e que no futuro possam ter uma boa profissão na cidade ou mesmo uma vida melhor no campo. Apesar das dificuldades enfrentadas diariamente, em especial nos dias chuvosos (o que é particularmente complicado quando os/as jovens advêm de zonas rurais longe da escola e têm de ir a pé ou de transportes públicos), os/as jovens são sempre estimulados pelos familiares a participar nas aulas.

Grande parte dos jovens rapazes (47%) e a maioria das jovens raparigas (85%) desejam ir para a universidade. Em relação aos jovens, uma boa parcela deles (29%) não quer estudar mais, ou ainda, não sabe o que fazer (12%). Talvez essa indecisão se deva ao facto de ainda não saberem se vão continuar os estudos ou se permanecerão na agricultura, trabalhando como seus pais.

Quanto às relações sociais, durante as conversas informais com as jovens raparigas, estas afirmaram que os pais não as deixam sair sozinhas, pois têm medo que algo de mal lhes aconteça, ou que se envolvam em situações que as prejudiquem e depois fiquem com “má imagem social”. Também por elas foi dito que não podem ir às festas e bailes sem que os pais as levem até ao local do evento. Em contraposição, os jovens rapazes têm mais autonomia para frequentar os espaços de lazer sem a presença dos pais, podendo fazê-lo com o seu grupo de pares, ou mesmo com o irmão e primos. Os próprios jovens rapazes comentaram em conversas informais

que se algo lhes acontecer eles “sabem como se defender”. Este tipo de situação denota uma visão do feminino mais fraca do que o masculino, considerando que, se algo acontecer à jovem (advindo de atos menos próprios perpetrados por outras pessoas), a rapariga será a responsabilizada pelo mal que lhe possa acontecer e, por isso, fica com uma imagem social negativa. Por outro lado, demonstra que a família considera que as jovens raparigas não têm uma capacidade intrínseca para se defenderem sozinhas, ao contrário dos rapazes.

Em jeito de conclusão, os/as jovens rurais estão submetidos a um processo de socialização diferenciado dos/as jovens que vivem em espaços urbanos e que não trabalham na agricultura. Contudo, estas diferenças não são substanciais. Isto porque, se na vida rural subsistem diferenças nos papéis e traços de género atribuídos aos rapazes e às raparigas, também o mesmo continua a acontecer nas cidades, só que de forma mais subtil.

O género construído nas sociedades rurais e o mainstreaming de género enquanto estratégia para a integração da perspectiva de género no desenvolvimento local

A categoria “género” refere-se a características socialmente construídas que, por motivos políticos, económicos, culturais e sociais, atribuem papéis diferentes aos homens e às mulheres. O género é, portanto, uma construção social e simbólica que contém um conjunto de características pré-designadas às pessoas a partir do seu sexo, de onde decorrem os chamados estereótipos de género.

A agricultura familiar é caracterizada pela participação de todos os seus membros na produção, mas ainda é dado mais ênfase à figura do homem como o principal elemento deste grupo, aquele que detém o conhecimento e o domínio de toda a cadeia de produção da sua propriedade.



Esta condição remete o papel da mulher para a pessoa que coadjuva, tanto na relação de produção como de entendimento no que concerne às técnicas de produção.

No trabalho familiar rural denota-se uma divisão sexual do trabalho, sendo que determinadas tarefas são consideradas próprias dos homens e/ou das mulheres, além de estarem relacionadas com a

APESAR DE A MULHER TER DE ENFRENTAR TODA UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA DE SECUNDARIZAÇÃO DO SEU PAPEL DENTRO DAS RELAÇÕES FAMILIARES E DO TRABALHO, A NOVA DINAMIZAÇÃO DO MEIO RURAL PODE AJUDAR A DESMISTIFICAR ESTA IMAGEM SOCIAL. CONTUDO, ESTA IGUALDADE É DIFÍCIL DE ALCANÇAR, TANTO NO MUNDO RURAL COMO NO MUNDO URBANO

posição ocupada por cada membro da família (pai, mãe, filhos ou filhas). É reforçada a ideia de que é o homem quem define as condições de sobrevivência do grupo, predominando a crença de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo e as mulheres pelo trabalho reprodutivo (Bourdieu 2001). Essa ordem simbólica de dominação, criada pela lógica patriarcal, tem contribuído para a subordinação das mulheres na esfera do mercado de trabalho, faz sobressair a divisão sexual do trabalho, naturaliza o lugar da mulher na esfera doméstica (responsável pelo trabalho reprodutivo, não remunerado), atribuindo ao homem o trabalho produtivo, mais valorado (remunerado), despendido nas atividades consideradas económicas e com outro estatuto social (Paulilo, 2004). O processo de trabalho é uma “linguagem” por meio da qual, além de se construir a hierarquia de género, se pode refletir sobre a própria condição humana.

Apesar de a mulher ter de enfrentar toda uma construção social e histórica de secundarização do seu papel dentro das relações familiares e do trabalho, a nova dinamização do meio rural pode ajudar a desmistificar esta imagem social. Contudo, esta igualdade é difícil de alcançar, tanto no mundo rural como no mundo urbano. A igualdade de género não acontece por acaso, mas apenas e tão só se as políticas, tanto rurais como urbanas, se movimentarem nesse sentido e com esse claro objetivo.

Em Portugal, já se avaliou a vida local através de alguns diagnósticos municipais, nomeadamente no âmbito do projeto “Taking Gender Equality to

Local Communities”⁶, no qual se visava promover a igualdade de género junto de sete municípios recorrendo ao mainstreaming de género enquanto estratégia para a integração da perspectiva de género no desenvolvimento local, nomeadamente mediante a realização de campanhas de informação e de sensibilização. Este projeto foi coordenado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG) e contou com a participação das Câmaras Municipais de Mértola, Montemor-o-Velho, Montijo, Moura, Santarém, Tavira e Valongo.

No decorrer da angariação de informação importante para o diagnóstico, verificou-se que alguma dos dados mais relevantes para a caracterização dos concelhos em causa não se encontravam desagregados por sexo. Ora, tal facto inviabiliza uma leitura na perspectiva da igualdade de género. Para se poder entender algo na perspectiva de género, todas as entidades têm de conter a informação desagregada por sexo, sendo essa uma obrigatoriedade para se poder pensar em implementar um plano para a igualdade.

Refletir sobre a igualdade de mulheres e de homens implica repensar o que é socialmente tido como papéis, práticas e saberes de mulheres ou de homens. Tal reflexão requer um olhar diferente sobre os problemas que afetam mulheres e homens na sociedade, o que implica conhecimento/informação desagregada por sexo, bem como formação no domínio da igualdade de género, análise atenta das desigualdades sociais e económicas entre mulheres e homens (por exemplo: baixas qualificações, desemprego, situações de precariedade económica, doença e incapacidade, situações de violência doméstica, entre outras). Realizar um diagnóstico municipal da igualdade de género é uma tarefa complexa que envolve, antes de mais, conhecimento especializado. Só levando a cabo um diagnóstico se pode detetar as necessidades de cada local. E só um diagnóstico municipal pode dar azo a um plano de igualdade municipal que se aadeque às necessidades identificadas, desde as estruturas demográficas; estruturas familiares; educação/ escolaridade; formação profissional; trabalho e emprego; conciliação da vida profissional e familiar; proteção social; pobreza; violência de género; saúde; habitação; transportes; desenvolvimento urbano e infraestruturas; cultura, desporto e lazer; participação cívica e política. De facto, a igualdade de género é uma dimensão transversal a todos os domínios políticos, e é condição indispensável e necessária a uma boa governação. E não se trata de criar iniciativas especificamente dirigidas às mulheres. Trata-se de avaliar necessidades, deveres e direitos de forma holística.

Conseguir governar em todas estas áreas, integrando a perspectiva de género nos diferentes níveis da administração pública, nas práticas e rotinas das diversas instituições e entidades que integram uma qualquer sociedade, através de um processo que envolva todos e todas, é o passo para a igualdade de género, seja na vida urbana ou rural, pois ambas necessitam destas políticas! ■

6 Resultados do projeto disponíveis através de http://www.igualdade.gov.pt/images/stories/documentos/Relatorio_Autarquias_com_anexos.pdf

Tecer Teias, Redes e Vidas



Ana Maria Braga da Cruz

Licenciatura em Direito (Universidade de Coimbra)

Frequência de Mestrado em Desenvolvimento e Extensão Rural (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)

Presidente da Comissão da Condição Feminina (1998-2002)

Experiência Profissional

Questões ligadas ao desenvolvimento, planeamento, problemática de áreas deprimidas no contexto da igualdade de oportunidades e exclusão social.

Educação de Adultos/ Mulheres.

Formação Profissional de Mulheres: gestão de vários projetos nesse domínio (1984-89) com apoio do FSE.

No âmbito do trabalho desenvolvido pela Delegação do Porto da então chamada Comissão da Condição Feminina, contactei inúmeros grupos de mulheres rurais na zona norte e centro do país a partir de 1974 e até 2002.

No âmbito dos cursos da responsabilidade da CCF visando desenvolver a auto-confiança e a capacitação das formandas (e logicamente a igualdade de género), foi possível refletir com elas sobre os seus saberes e o modo de os aproveitar no sentido de um desenvolvimento pessoal que proporcionasse a criação de postos de trabalho e a revalorização de saberes tradicionais. Assim, com o apoio de pedagogas/os, designers e estilistas (Bonina Pedro, SEIES, Elvira Leite, Helena Cardoso) procedeu-se ao levantamento dos produtos locais da área do artesanato/ tecelagem e à reflexão de como, trabalhando a partir das técnicas tradicionais, se poderiam criar produtos e modelos com aceitação no mercado.

Da capucha de burel se partiu para os casacos e coletes. Dos sacos usados para guardar cereais se partiu para a tecelagem de trapo. Das camisas de linho, lençóis e toalhas se chegou às coleções de verão. Lembro a desconfiança e a ironia com que nós, cidadinas, éramos por vezes olhadas... E nas tecelagens foram aparecendo as cores da serra (agora potenciadas pelo curso de tintos naturais e de tecelagem proporcionados pelo CEARTE e realizados no local), as rugas das pedras, as flores do monte. Foram sobretudo desabrochando o saber-fazer, o desejo de progresso, a vontade de afirmar culturas ancestrais que confirmaram o orgulho de existir.

Estive há tempos em Campo Benfeito. Agora há a auto-estrada ali ao lado. Há a Companhia de Teatro do

Consultadorias internacionais na área Mulheres/Educação /Desenvolvimento e Família a convite de UNESCO, FNUAP e PNUD.

Membro da Rede Iris (UE) - formação profissional de mulheres em representação de Portugal.

Membro do Observatório Europeu das Políticas de Família (1991 / 93) - convidada a título pessoal.

Formadora em projetos da iniciativa de CCF/CIDM, nomeadamente junto de mulheres rurais, PALOP's, forças de segurança, serviços de saúde e agentes sociais e em projetos coordenados por ONG's.

Publicações

Relatório do Projeto Formação/Capacitação de Mulheres (1987) Porto: Del.CCF.

Relatório do Projeto Gestão Profissão Mulher (1988) Porto: Del CCF.

Atividades profissionais

Catálogos sobre pequenas empresas de artesanato (1990 e 1992) Lisboa: IEFP. Porto: CIDM.

“Urdir a Teia, Tecer a Vida - percurso feito em cúmplice sororidade com grupos de mulheres do Norte” (1991) Lisboa: Cadernos Condição Feminina nº 32.

Mulher, Família e Desenvolvimento Rural (1996), organizadores Clío Presvelou et alt.. Santa Maria: Ed. Da Universidade Federal de Santa Maria.

Des Initiaves d' Emploi pour les Femmes en Milieu Rural: Bonne Pratique a travers l' Europe (1995) . Tessalónica: Creative

Montemuro e complexos turísticos na serra da Gralheira que atraem visitantes. Há jovens que permanecem na aldeia e aí desenvolvem a sua vida. Nos anos 80 havia uma só criança na aldeia: hoje, em 50/60 habitantes, há 11 crianças. O grupo recebeu vários prémios a nível nacional e internacional. Está constituído em cooperativa. Fizeram obras no edifício da antiga escola primária, cedida pela Câmara Municipal de Castro Daire. O espaço é agradável e funcional. Quatro mulheres trabalham a tempo inteiro, outras colaboram quando há mais trabalho. Ganham o salário mínimo.

Falámos das dificuldades para adquirirem matéria-prima: burel e fios de lã natural e linho com que tecem. Falámos de comercialização: colocação dos produtos, prazos de pagamento, dificuldades de articulação com outros grupos cujos padrões de qualidade divergem, da concorrência em mercado tão restrito, dos constrangimentos económicos que determinam que as coleções só possam ser renovadas cada dois anos, do apoio essencial da estilista “que as entende” (Paula Caria).

Lembro o último dos projetos em que trabalhei com as Capuchinhas: a Rede de Comercialização de Artesanato (1991 -1993). Esta Rede, que não obteve financiamento para prosseguir e sedimentar a atividade que vinha desenvolvendo, constituía a sequência lógica dos anteriores projetos e pretendia experimentar eventuais respostas para a população portuguesa (maioritariamente feminina) que trabalhava na agricultura e carecia de inovação e mudança face a desafios internacionais de competitividade. Valorizávamos uma aproximação ao mundo rural num momento em que se vivia “ uma simbiose entre uma ordem social tradicional e uma

nova ordem emergente”. A perspetiva subjacente a estes projetos consistia na valorização dos saberes tradicionais das mulheres e nos valores culturais que podem constituir um modo de produzir bem-estar e sinergias para um desenvolvimento endógeno através do incremento da pluriatividade. Pretendia-se ainda que estes projetos fossem fermento de inovação e de uma “nova economia” baseando-se no empoderamento das populações, isto é, partir das pessoas como atores dos seus próprios destinos, tendo em conta os seus potenciais naturais e humanos, descobrindo no espaço rural diversos nichos de mercado _ agricultura e alimentação, química e farmácia, energia, floricultura, turismo, lazer. Para além da dimensão social e económica, a Rede de Comercialização pretendia trabalhar na preservação cultural, nas dimensões culturais, ambientais e patrimoniais do desenvolvimento, como atestam os planos de marketing que na altura elaborámos e não foram aceites.

Mesmo sem Rede, algumas ideias se salvaram. E aí estão as Capuchinhas a prová-lo. Porque são determinadas, enérgicas, inteligentes. E aí está a comunidade local, e até a comunidade nacional e internacional a apreciá-las. Outros grupos se perderam e com eles a auto-estima de algumas mulheres e o desenvolvimento local humanizado e sustentável que preconizávamos. Há dias soube que uma fantástica tecedeira do Minho abandonou praticamente a sua arte e ganha a vida a distribuir pão. Há dias uma outra bordadeira me confessava que borda lenços de namorados “por brincadeira” com os textos que a clientela lhe encomenda. Mas há a Câmara de Vila Verde que pegou na ideia do projeto e tem desenvolvido propostas com interesse.

Continuo a sonhar com planos de marketing e com uma comercialização que não abastarde mas promova e realce culturas centenárias. Produtos de qualidade merecem e exigem promoções de qualidade e sustentáveis. A articulação entre produtores leva tempo. Construir confiança implica relacionamentos também afetivos. As Redes, como as teias das tecedeiras, levam tempo a urdir, carecem de paciência que evite que um fio se parta.

Recordo essas experiências e partilho o que venho pensando e sentindo.

Tento transformar emoções atravessadas pelo sucesso e pelo insucesso, pela alegria e pela desilusão, pela esperança e pela angústia e insisto em (re)construir a VIDA e a Esperança.

Insisto em olhar de frente o insucesso do sucesso. As múltiplas discriminações que ajudei a eliminar de que a mulher era (é) alvo na lei e na vida. A violência doméstica, a figura do chefe de família, o não acesso das mulheres à magistratura e à carreira diplomática, as disparidades salariais, o acesso à educação, o marido que podia rescindir o contrato de trabalho celebrado pela mulher mesmo antes do casamento, a autorização necessária do marido para transpor a fronteira...

Ajudar a construir a Justiça que todos nós tentámos... E apesar de enormes progressos nos sectores da educação e da saúde, continuamos a conviver hoje com a pobreza, o isolamento, a escassez de formação/ informação de tanta gente com que nos cruzamos e com a solidão profunda de muitos...

Olho o desemprego dos jovens e não só. Observo os jogos de poder, a desvalorização das utopias dos meus vinte anos.

Confronto-me com as estatísticas e com a realidade da pobreza no nosso país e sinto como isso constitui uma situação intolerável à luz dos direitos humanos fundamentais que me ensinaram a amar e defender. Acredito que só um desenvolvimento com rosto humano poderá ultrapassar essas situações de injustiça.

“A grande questão, hoje, diz respeito à possibilidade de nascimento de um novo modelo de desenvolvimento e de organização social que tenha uma base social, económica, cultural e ambiental mais sustentável e uma forma de governação capaz de aprofundar a democracia e garantir a participação e coresponsabilização de todos os cidadãos. Acreditamos que o que está em jogo é uma nova conceção da própria vida e das relações sociais e que o investimento nas pessoas e na melhoria da sua qualidade de vida é a melhor garantia para o progresso social e económico das nossas sociedades. É importante que a economia esteja ao serviço das pessoas e do interesse público. Acreditamos, e temos fortíssimos argumentos para tal, que o crescimento económico por si só, e a qualquer custo, não é a estrada correta.” (EAPN)

Por outro lado, o sentimento de liberdade que a idade vem potenciando faz-me experimentar uma Alegria imensa por ter força para dizer o que penso sem vergonha e sem peias.

Foi o tempo dos cravos e da Esperança.

Foi o tempo da sororidade com:

- mulheres vítimas de violência tantas vezes acompanhadas de crianças com olhar dorido;
- mulheres rurais que nos recomendavam “falar o fácil”, já que sabíamos “falar o difícil”;
- ONGs que propunham desafios;
- colegas que acreditavam num mundo diferente.

Foi o tempo da(s) rosa(s)

Foi o tempo de recusar a burocracia e a pompa

Foi o tempo de trazer a vida das mulheres para os espaços do poder

Foi o tempo dos planos, das avaliações, das propostas de reestruturação

Foi o tempo da dimensão europeia

Foi o tempo de sonhar com igualdade na diferença

Foi o tempo de acreditar que o poder no feminino seria diferente.

Foi o tempo dos espinhos

Foi o tempo das traições e do desalento

Foi o tempo da destruição

Foi o tempo do vómito azedo

Foi o tempo da incompetência institucionalizada.

Foi o tempo das papoilas.

Foi o tempo de sair batendo a porta,

Lembrando Pessoa:

“Para ser grande, sê inteiro”

É urgente voltar a plantar cravos e rosas. ■

Igualdade de Género



Maria Eduarda Faria da Rosa

Natural do Capelo - Horta - Açores.

Licenciada em Literaturas Modernas, variante Português e Francês, com frequência de um Mestrado em Literatura Comparada.

Professora de língua portuguesa e de língua francesa (até 2008).

Colaboradora em diversos jornais no Alentejo, Setúbal e nos Açores. Autora dos livros: Os trabalhos de Psique, (pintura e poesia) ed. da autora, Setúbal, 1994; A Guardadora do Tesouro e a Vara de Ouro, (romance) edições BLU, 1998, e Bernarda, a peregrina do mistério, (conto), FaiAlentejo, 2001, Coração do Mar (conto),

Consta que há muitos, muitos anos, lá para o período Neolítico, o homem andava de lado para lado a caçar, punha a sementinha na mulher e esta tinha os filhos, cuidava deles e fazia o cultivo da terra. Não nos chegaram relatos de guerras.

Com o andar dos tempos este modelo de vida foi mudando. Creio, no entanto, que é no campo que os humanos foram e são mais felizes, com uma boa relação com a natureza.

Basta vermos o simbolismo do mito grego de Astreia, filha de Zeus e de Témis (a Justiça), irmã de Pudor, que, no tempo da Idade do Ouro, andava sobre a Terra espalhando entre os homens os sentimentos de justiça e de virtude. Mas como os mortais degeneraram e a inclinação para o mal tomou conta do mundo, Astreia subiu de novo ao céu, onde se tornou a constelação Virgem. Antes,

“... já é pai... é um rapaz... venha ver. Tomou nas trémulas mãos o pequenito (...) correu à janela a mostrá-lo à Terra e a dizer intimamente: - Este será teu, e só para ti, ó Terra! Não conhecerá as perfídias das cidades, aqui viverá para o teu sonho e encanto! E será belo, generoso, forte! Saberá proteger as mulheres, os humildes e, ainda que nasça poeta, também será cavador! (...)” Julião Quintinha, conto “O Encanto da Planície”, p. 169, in *Terras de Fogo*, 2ª edição, Livraria Depositária Portugal-Brasil, 1925

FaiAlentejo, 2006; coautora do livro: Capelinhos: A Volcano of Synergies, Azorean Emigration to America, Portuguese Heritage Publications of California, Inc.2008.

Pesquisadora e investigadora, corresponsável pelo livro-mãe “Capelo 400 anos”; livro de atas do I congresso do cante “Que modas?... Que modos?”

Comissária dos Ciclos Agostinianos realizados nos Açores.

Pintora com o pseudónimo de MER. Participou em diversas exposições no distrito de Setúbal, Lisboa e no arquipélago dos Açores.

porém, diz-se que se demorou algum tempo no meio rural, entre os camponeses.

O que se passou na história da humanidade para surgir a sociedade patriarcal, de tamanha submissão da mulher? Há quem defenda que essa passagem se ficou a dever quando a cultura das aldeias agrícolas do Neolítico deu lugar à cultura da civilização com o desenvolvimento das cidades. No entanto, a guerra que veio substituir a caça deve ter tido também um papel importante.

Não encontro explicação para se ter posto a mulher em lugar social mais baixo do que o homem nem encontro resposta para o comportamento agressivo do homem em relação à mulher. Pois se todo o homem nasce duma mulher, como é possível que a trate sem respeito?

Natália Correia escreveu, nas Odes Condignas III, que o homem faz a mulher guia...

Não sendo possível dar conta de todo o esforço realizado ao longo dos anos para ajudar nesta questão, recorro em Portugal alguns dados desde a minha juventude como a entrada em vigor do novo Código Civil em 1967 em que a família é chefiada pelo marido, a quem compete decidir em relação à vida conjugal comum e aos filhos. No ano seguinte, a Lei nº 2137, de 26 de dezembro, proclama a igualdade de direitos políticos do homem e da mulher seja qual for o seu estado civil, mas em relação às eleições locais continua a desigualdade, sendo apenas eleitores das juntas de freguesia os chefes de família.

Salário igual para trabalho igual foi lei introduzida em 1969 e a mulher casada passou a poder sair das fronteiras territoriais sem autorização do marido. Mas grandes passos se tentaram dar, a partir de 1970, com a criação de um Grupo de Trabalho para a Participação da Mulher na Vida Económica e Social presidido pela Eng^a Maria de Lourdes Pintasilgo.

Maria Lamas esteve no Congresso Nacional de Mães em Tóquio onde participaram cerca de cinco mil mulheres, a maioria delas, mulheres do campo.

A democracia em 1974 e o Ano Internacional da Mulher em 1975 aonde Portugal participou na cidade do México, veio contribuir para acelerar o processo, mudando-se a Política Social relativa à Mulher para Comissão da Condição Feminina, da entrada em vigor, em 1976, em 25 de abril, da nova Constituição em que se estabelece a igualdade entre homem e mulher em todos os domínios, mas só em 1978, com a entrada em vigor do Código Civil, segundo o Direito de Família, a mulher deixa de ter estatuto de dependência, para ter estatuto de igualdade com o homem, desaparecendo a figura do “chefe de família”. O governo doméstico deixa de pertencer por direito próprio à mulher. Deixa de haver poder marital: ambos dirigem a vida comum e cada um a sua. Os cônjuges decidem em comum qual a residência do casal. Marido e mulher podem acrescentar ou não ao seu nome, no momento do casamento, até dois apelidos do outro. A mulher deixa de precisar de autorização do marido para ser comerciante. Cada um pode exercer qualquer profissão ou atividade sem o consentimento do outro.

A igualdade entre os dois sexos em oportunidades e tratamento no trabalho foi garantida por lei em 1979.

O conceito de género foi uma necessidade reconhecida em 1995, em Pequim, na IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as mulheres, em que foram aprovadas ações concretas de reavaliação da sociedade e das relações entre homens e mulheres. Também

aí foram definidos os direitos das mulheres como direitos humanos e a Plataforma de Ação comprometeu-se a levar a cabo ações específicas para garantir a execução desses direitos. É importante registar que Portugal, a partir desta Plataforma, para a igualdade de oportunidades, contemplou nos currículos escolares ações para acabar com discriminações nos papéis tradicionais de homens e mulheres. Também neste ano, o Código Penal foi revisto, tendo sido agravadas as penas dos crimes de maus tratos ou sobrecarga de menores, incapazes ou cônjuges, de violação e lenocínio, e também foi prolongada a licença de maternidade de 90 para 98 dias.

Chegámos a um ponto civilizacional em que na Europa temos leis que dão igualdade de direitos ao género masculino e ao género feminino. Mas na prática não temos os mesmos direitos. É verdade que hoje qualquer mulher pode conduzir um trator ou outra máquina qualquer, pode produzir o que quiser.

Por que é que então não há o que me parece uma mais rápida evolução no sentido da igualdade? Porque as mentalidades custam muito a mudar. Para isso, era necessário refletir sobre estas questões e querer a mudança.

Vamos dar alguns exemplos.

As mulheres, na sua maioria, ainda têm trabalho a dobrar em relação aos homens. Mas algumas ainda não querem abdicar do poder que têm sobre eles. Um homem que depende da mulher porque ela lhe faz a comida, lhe lava e passa a ferro a roupa, lhe limpa a casa, lhe proporciona prazer sexual, etc., está a dar à mulher um enorme poder sobre ele. E o homem - falo dos mais velhos - foi educado pelas mulheres-mães para depender delas.

Ora, isto só muda quando homens e mulheres adquirirem uma nova consciência. A mulher quer trabalhar na rua, tem direito a isso, aliás, a mulher do campo sempre fez trabalho no campo. O homem tem de dividir as tarefas domésticas com a mulher. Não é ajudar, é partilhar, dividir o trabalho pelos dois. Não é fazer uma refeição por prazer um dia e deixar a cozinha toda suja para a mulher passar umas quantas horas a limpar em seguida.

Um passo que parecia tão fácil de dar torna-se difícil na prática. As filhas de Eva foram treinadas a sofrer. Ficou-lhes o estigma de sua mãe mítica ter ousado provar da árvore do conhecimento. A igreja católica educou-as no sofrimento com a promessa da recompensa final e ainda hoje não lhes dá os mesmos direitos do homem. E muitas tornaram-se mesmo masoquistas. Depois ousar dar um passo em frente, pensar pela própria cabeça, sair do coletivo, envolve enormes riscos e nem todas as pessoas estão preparadas para tal. Um estudo divulgado a 28 de junho passado

mostra que as mulheres, apesar de trabalharem mais em casa do que o homem, sete em cada dez delas acham bem. Naturalização do que socialmente é esperado de cada um em relação à família é a explicação apontada pela coordenadora do estudo, creio chamar-se Heloísa Perista, donde virá “este grau menos apurado de percepção das injustiças que rodeiam esta realidade” (Público, 28 junho 2016, p.10).

Uma vez assisti a uma mulher chamar maricas a um homem por ele estar a dependurar roupa numa linha. “Eu passar a ferro? A minha mãe matava-me se soubesse disso”, já ouvi a um homem. Quantas vezes se ouve em relação à força expressões como “é um homem de tomates”, enquanto para a mulher nem me atrevo a escrever o que ainda há menos de um mês ouvi a um homem em público.

Diz-se que Santa Teresa d’Avila, no século XVI, quando foi para o convento, terá dito que optava pela vida conventual porque não estava para ser escrava de um homem como a sua irmã casada. São vastos os casos de mulheres que para poderem usufruir do desenvolvimento intelectual - espiritual optaram nos tempos passados pelo convento.

Acompanhei uma experiência de trabalho rural numa cooperativa na zona da Azambuja, pelo ano de 1976, onde se tentou fazer a rotatividade do trabalho. Fazia todo o sentido esta experiência, uma vez que era uma cooperativa em que homem e mulher ganhavam o mesmo salário, o que, me parece, só acontecia nas cooperativas da Azagro (zona da Azambuja). Houve muita renitência em acatar esta novidade e, no fim de alguns meses, verifiquei que as mulheres e os homens a pouco e pouco iam voltando aos trabalhos tradicionais. Lentamente o sonho foi desaparecendo e tudo voltou ao sistema antigo. Para mim, jovem na

altura, foi uma vivência única assistir à energia coletiva que animava homens e mulheres rurais com vontade de mudar a situação social e foi muito triste ver o sonho terminar.

Atualmente noto, onde vivo, que no meio rural as pessoas mais velhas sentem-se bem no sistema antigo. Prevalece o estatuto do homem sobre a mulher. A mulher casada é considerada pelo marido. Ainda há um ano fui apresentar um livro numa aldeia rural e o presidente da mesa disse: “Agora vai apresentar o livro a esposa de...” e referiu o nome do meu marido. E eu sou das pessoas que se batem pelo direito ao nome.

Devagar a revolução social que tanto ambicionamos há-de ser feita, mas nunca pela violência nem pela imposição da força, mas também não chegamos lá se nos calamos. As revoltas que conhecemos do passado a que chamámos revoluções acabaram por voltar atrás.

Estamos numa fase histórica em que tudo parece acelerar-se para uma mudança radical na Terra. Uma nova consciência está a emergir no sentido de conquistarmos paz e felicidade, através do domínio do espírito sobre a matéria.

Muitos têm sido os contributos para que isso venha a acontecer. Termino apenas com um exemplo, referido pelo professor doutor Fernando Pádua, de Maria Archer, escritora sua tia, que nos deixou 32 livros (dois ou três deles apreendidos pela PIDE) e centenas de artigos publicados em jornais, que em 1922 escreveu: “a minha obra literária tem sido norteadada pelo princípio vital de rebater o conceito arcaico da inferioridade mental da mulher.”

Nota: para escrever este artigo, consultei alguns livros, entre eles: *Mulheres contra Homens?* Com textos de Maria Lamas, Valérie Solanas, Betty Friedan e Kate Millett, Cadernos D. Quixote 37, Publicações Dom Quixote, 1971;

Mulheres Portuguesas, história da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança, de Irene Flunser Pimentel e Helena Pereira de Melo, Clube do Autor, 1ª edição: Abril, 2015. ■



Economia e Sociedade – Da Igualdade de Género na Agricultura



Ana Paula Fitas

Doutora em Ciências Sociais – Estudos
Portugueses – Cultura Portuguesa do Século XX

não vigência como princípio geral do direito ao trabalho.

De facto, no que respeita à agricultura, continua a verificar-se a aplicação deficitária do princípio “salário igual para trabalho igual” o que, enquanto expressão de desigualdade social, sobrevive apenas graças a uma espécie de representação/perceção de uma resistência à mudança, encarada como reação provável dos protagonistas tradicionais dos desempenhos agrícolas mas, sob a qual se dissimula o seu fundamento maior, a saber: a continuação da exploração da mão-de-obra barata – cuja primazia na gestão laboral deste sector se não compadece com princípios éticos associados à promoção e ao respeito da igualdade de género.

E se à não-adoção e ao incumprimento do princípio da igualdade salarial se associam valores que se não integram no quadro de uma sociedade democrática, determinada em manter e promover a salvaguarda dos direitos fundamentais das pessoas e os direitos dos trabalhadores, a verdade é que são muitas as consequências socioculturais desse incumprimento, não só ao nível dos direitos das mulheres trabalhadoras mas, também, das suas famílias e da educação das crianças.

Na verdade, de entre as boas práticas associadas à igualdade de género e que urge implementar nos desempenhos das tarefas agrícolas e das empresas que lhe estão associadas, destaca-se a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, decisiva enquanto caução da dignidade das condições de vida das famílias e do direito das crianças à educação familiar, considerada, simultaneamente, não formal e decisiva para o sucesso da própria educação formal, ministrada pelo sistema escolar.

A invisibilidade da discriminação em função do sexo tem, na atividade agrícola, um mundo privilegiado, dado o afastamento dos locais onde se desenvolvem, efetivamente, as tarefas que a integram relativamente aos locais de residência e vizinhança – condição que dificulta o controlo social exercido, por exemplo, sobre o cumprimento de horários e a extensão do apoio familiar aos que dele dependem – e que inviabilizam, pela sua própria natureza, a adoção de algumas das boas práticas consideradas adequadas ao cumprimento do princípio da

A agricultura, apesar de todas as mudanças económicas e sociais dos últimos 50 anos, continua a ser uma atividade relevante para todos os que, não residindo em aglomerados urbanos de grande dimensão, procuram e desenvolvem trabalho neste sector que, apesar de ter visto diminuir a sua margem de representação na vida económica nacional, constata, simultaneamente, ser objeto de atração para quem investe, de forma alternativa, na matéria-prima dos produtos alimentares.

De facto, para além das culturas tradicionais, a importação de novas culturas para os campos do interior português, em particular, no que se refere à produção hortícola e frutícola, imprimiu uma nova dinâmica à agricultura que, por este motivo, tem, recentemente, visto reduzir a intensidade da sua degradação enquanto atividade económica global não apenas, do ponto de vista do mercado interno, por razões recorrentes do incremento da agricultura biológica mas, também, pelo aumento da exportação, em particular, de frutas diversas, quer de cultivo tradicional, quer resultantes da sua introdução recente na produção nacional.

Contudo, estas inovações no sector agrícola não implicaram a eliminação ou sequer uma alteração drástica de alguns dos problemas socioeconómicos que o caracterizaram no tradicional mundo rural agrícola que, durante séculos, predominou no nosso país. Refiro-me, muito concretamente, à problemática da igualdade de género no desempenho desta atividade onde, em particular, a desigualdade salarial continua a refletir a sua

“conciliação” como é o caso, por exemplo, do “trabalho a partir de casa” ou do “teletrabalho”; contudo, são várias as boas práticas promotoras da conciliação, no quadro da promoção da igualdade de género, suscetíveis de aplicação no âmbito do sector económico em análise, a saber: a flexibilidade de horário, a adoção de horários compactados num número reduzido de dias por semana ou, por exemplo, o banco de horas.

A adoção das boas práticas e dos princípios da igualdade em contexto laboral, arrasta benefícios significativos para a vida das famílias de trabalhadores e trabalhadoras na medida em que facilita, no concreto, a gestão das suas vidas pessoais e familiares, através da criação de condições para a deslocação a serviços e instituições para efeitos de apoio familiar, da criação de disponibilidade temporal para a prestação desse apoio familiar a ascendentes e descendentes e, inclusive, para a preservação da saúde física e mental dos/as próprios/as (prática de exercício físico, etc.) - condições cujo incumprimento acaba por concorrer para o acentuar da agudização da pobreza entre as mulheres, dadas, designadamente, as responsabilidades cívicas decorrentes da tradicional atribuição às pessoas de sexo feminino das tarefas de acompanhamento e cuidado com os familiares.

Neste contexto, cabe chamar a atenção para a Responsabilidade Social das entidades empregadoras que, para além do cumprimento dos preceitos legislativos constitucionais na matéria, devem cumprir com o definido em sede de Resoluções emitidas seja pelo Conselho de Ministros (RCM nº13/2013 de 8 de março - aprova um conjunto de medidas que visam garantir e promover a igualdade de oportunidade e de resultados entre mulheres e homens no mercado de trabalho), seja pela Assembleia da República (RAR nº 41/2013 de 3 de abril sobre a promoção da igualdade laboral entre homens e mulheres; RAR nº 46/2013, nº 47/2013 e nº48/2013 todas de 4 de abril de 2013 - referentes, respetivamente, ao combate às discriminações salariais - diretas e indiretas, à não discriminação laboral de mulheres, ao combate ao empobrecimento e à agudização da pobreza entre as mulheres e, finalmente, à defesa e valorização dos direitos das mulheres no mundo do trabalho).

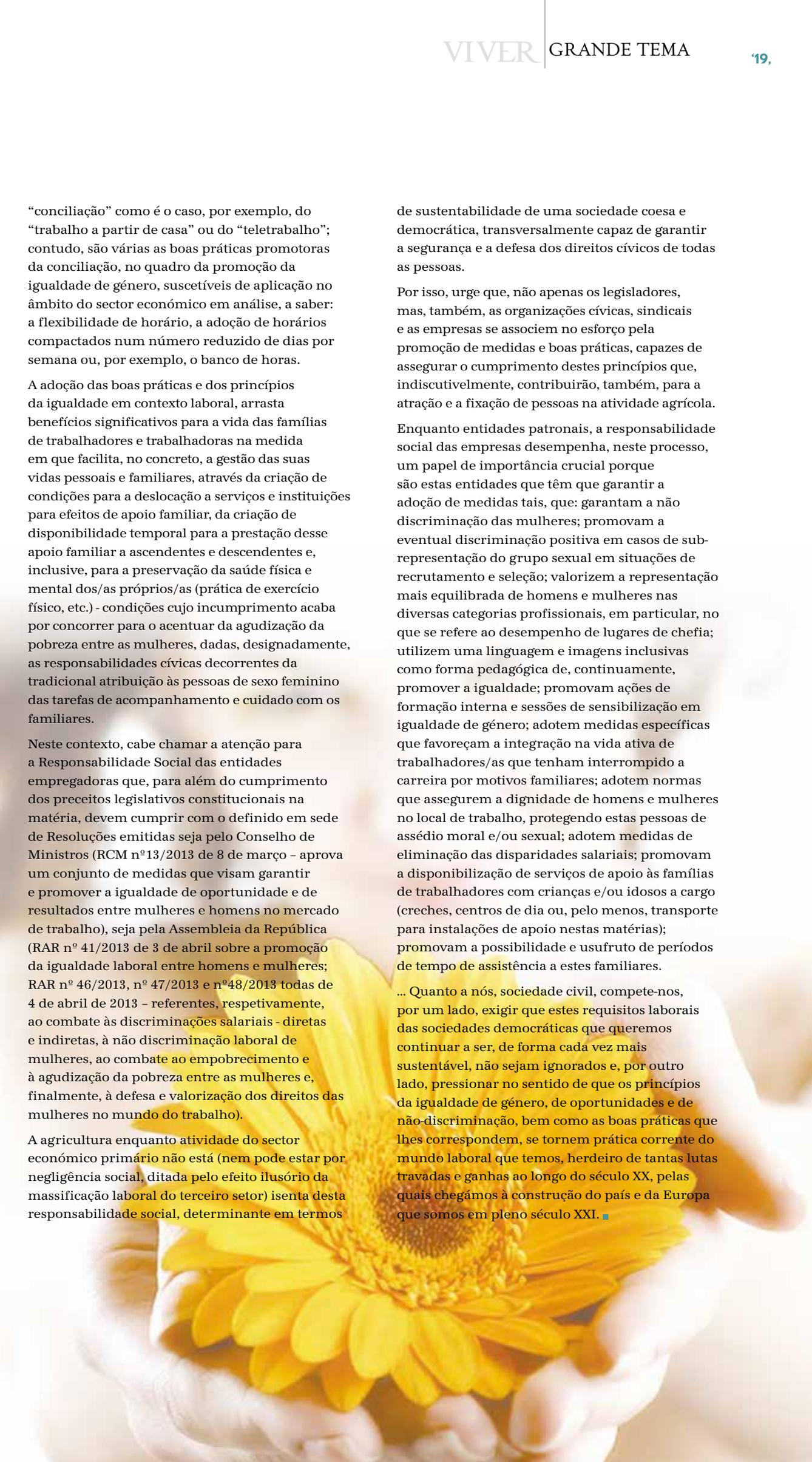
A agricultura enquanto atividade do sector económico primário não está (nem pode estar por negligência social, ditada pelo efeito ilusório da massificação laboral do terceiro setor) isenta desta responsabilidade social, determinante em termos

de sustentabilidade de uma sociedade coesa e democrática, transversalmente capaz de garantir a segurança e a defesa dos direitos cívicos de todas as pessoas.

Por isso, urge que, não apenas os legisladores, mas, também, as organizações cívicas, sindicais e as empresas se associem no esforço pela promoção de medidas e boas práticas, capazes de assegurar o cumprimento destes princípios que, indiscutivelmente, contribuirão, também, para a atração e a fixação de pessoas na atividade agrícola.

Enquanto entidades patronais, a responsabilidade social das empresas desempenha, neste processo, um papel de importância crucial porque são estas entidades que têm que garantir a adoção de medidas tais, que: garantam a não discriminação das mulheres; promovam a eventual discriminação positiva em casos de sub-representação do grupo sexual em situações de recrutamento e seleção; valorizem a representação mais equilibrada de homens e mulheres nas diversas categorias profissionais, em particular, no que se refere ao desempenho de lugares de chefia; utilizem uma linguagem e imagens inclusivas como forma pedagógica de, continuamente, promover a igualdade; promovam ações de formação interna e sessões de sensibilização em igualdade de género; adotem medidas específicas que favoreçam a integração na vida ativa de trabalhadores/as que tenham interrompido a carreira por motivos familiares; adotem normas que assegurem a dignidade de homens e mulheres no local de trabalho, protegendo estas pessoas de assédio moral e/ou sexual; adotem medidas de eliminação das disparidades salariais; promovam a disponibilização de serviços de apoio às famílias de trabalhadores com crianças e/ou idosos a cargo (creches, centros de dia ou, pelo menos, transporte para instalações de apoio nestas matérias); promovam a possibilidade e usufruto de períodos de tempo de assistência a estes familiares.

... Quanto a nós, sociedade civil, compete-nos, por um lado, exigir que estes requisitos laborais das sociedades democráticas que queremos continuar a ser, de forma cada vez mais sustentável, não sejam ignorados e, por outro lado, pressionar no sentido de que os princípios da igualdade de género, de oportunidades e de não-discriminação, bem como as boas práticas que lhes correspondem, se tornem prática corrente do mundo laboral que temos, herdeiro de tantas lutas travadas e ganhas ao longo do século XX, pelas quais chegámos à construção do país e da Europa que somos em pleno século XXI. ■



Igualdade na Diferença ou Paridade nas Oportunidades



José Rainho Caldeira

Formação de base como Professor do Ensino Básico;

Mestre em Educação com especialização em Didática das Ciências pela Universidade de Lisboa;

Formador de Formadores acreditado pelo Conselho Científico de Formação de Professores;

Coordenador Regional de Educação de Adultos - Região Centro;

Aposentado desde 2004;

Professor da Disciplina de História e Cidadania da Academia Sénior da Covilhã durante seis anos; aluno da Academia Sénior de Penamacor durante dois anos.

Temos, para nós, que a igualdade de género ou é ou não é; existe ou não existe, independentemente dos diferentes meios ou territórios. É verdade que, quando se fazia agricultura neste País e as mulheres, para além das tarefas domésticas que assumiam, como integralmente suas, ainda tinham que ir trabalhar na agricultura, nas mondas dos cereais, por exemplo, o seu salário era, em regra, metade do salário de um homem. Mas o mesmo se pode dizer para a indústria, para o comércio e até para a função pública. Onde, neste caso concreto, a maioria das chefias é desempenhada por homens, independentemente da qualidade técnica, do saber científico, da capacidade de trabalho e organização de muitas das funcionárias públicas. Há algumas exceções, fruto das especificidades do trabalho a desenvolver em que a paridade salarial é completa e total. Falamos da classe dos professores, dos médicos, dos enfermeiros, dos juízes, procuradores, deputados e outros que, a não ser assim, não só ficaria ferida a igualdade de género como ficaria ferido o princípio constitucional de que, para trabalho igual, não correspondesse salário igual.

Porém, devido à ancestralidade da supremacia masculina no campo militar - em regra os homens é que combatiam - nas religiões em que os homens é que são Pastores, Presbíteros, Sacerdotes, trouxe consigo fundamentos de que as sociedades só seriam harmoniosas se houvesse

tarefas para homens e tarefas diferentes para as mulheres, profissões masculinas e profissões femininas. Estes arquétipos sociológicos ainda perduram em muitas sociedades e tenderão a desaparecer à medida que homens e mulheres sentirem a necessidade e lutarem para que o equilíbrio se faça no respeito pela individualidade de cada um e não pelos estereótipos enraizados durante séculos e até milénios.

Sabendo que a tradição tem uma relevante importância na assunção das liberdades, dos direitos de cada um dos seres humanos, nem por isso podemos deixar de acreditar que este desiderato só poderá ser o resultado da consciência, individual e coletiva, e do respeito que cada ser humano tenha pelo outro.

Será no uso criterioso da liberdade e no respeito metódico pelo outro, nas suas especificidades, capacidades, debilidades ou potencialidades que se atingirá, como maior ou menor eficácia essa pretensa igualdade. E dizemos pretensa, porque não se pode querer igual o que é diferente. Poderemos sim, sem ambiguidades, cada um de nós, pôr ao serviço do outro todos os meios, recursos e vontades para que, em cada um se manifeste, numa liberdade conscientemente assumida, toda a potencialidade e capacidade de realização com vista a um valor supremo que é, em última análise, a felicidade de cada um, para que se atinja, cada vez mais, a felicidade coletiva.

Dirão que é utopia! Eventualmente. Mas só quem sonha é capaz de realizar grandes feitos. Só quem almeja atinge o que, à partida, parece inatingível. Assim sendo, não nos parece que haja ou, pelo menos, que possa haver diferenças substanciais e substantivas de género, consoante o ambiente em que se viva. Outrossim, já nos parece curial, que tais diferenças existam e se acentuem de acordo com a formação individual dos pares. Com os valores éticos de cada um. Com o respeito integral pela dignidade humana nas suas mais específicas e diversificadas realidades.

Historicamente, temos assistido a muitas situações demonstrativas de que a desigualdade no tratamento dos seres humanos tem sido uma constante que não se pode iludir. Entre ricos e pobres, patrões e empregados, chefes e subalternos. O mesmo é válido para povos que escravizam outros povos, em função do seu poderio económico e militar. Abusos e faltas de respeito entre as religiões. Mas se isso é verdade no que se refere ao passado, não deixa de continuar a ser verdadeiro no presente.

Os déspotas foram homens, na sua esmagadora maioria, mas houve mulheres verdadeiramente diabólicas, maquiavélicas nas suas atitudes para que atingissem os seus fins que, em última instância, eram o poder totalitário de disporem, inclusive, da vida do seu semelhante. Podíamos referir Lucrecia Bórgia, Cleópatra, Catarina de Médicis, mas também a rainha portuguesa Maria Pia e muitas outras mulheres que deixaram rasto da sua prepotência, cupidez e artimanhas para atingir ou manter o poder.

Ainda hoje, numa Europa cuja génese assenta em princípios de Igualdade, Solidariedade, Fraternidade, verificamos todos os dias os atropelos cometidos pelos países ricos, subjugando pelo poder económico os seus parceiros mais pobres, menos desenvolvidos economicamente, ainda que, na maior parte dos casos, estes sejam portadores duma História e uma Cultura incomparavelmente mais rica.

Mas o mercenarismo e a agiotagem não se compadecem com os valores imateriais. Tudo o que não passe pelo poder económico e militar, tem pouca relevância para os povos que entendem a felicidade com o TER e se interessam pouco pelo SER.

O debate sobre esta temática é, por certo, muito interessante, mas será, em nosso entender, sempre inconclusivo enquanto as pessoas não forem reconhecidas pelos seus méritos ou deméritos, independentemente do género a que pertençam.

Há homens que serão sempre pigmeus, mesmo que se alcandorem aos postos mais elevados das diferentes governações e mulheres que se agigantam na sua sensibilidade, organização, competência, mesmo quando desempenham funções ditas “menores”. Esta de funções menores levar-nos-ia a outro debate não menos interessante, mas deixemos para uma próxima oportunidade.

Igualdade de género sim, mas, só e sempre, quando for fruto do respeito mútuo. ■



O Papel da Mulher na Sociedade no Trabalho e na Família



Helena Vinagre

52 anos, natural de Castelo Branco e residente em Segura.

É licenciada em Secretariado, Mestre em Gestão de Empresas e tem formação em internacionalização, marketing nacional e internacional. Possui larga experiência na área comercial e gestão de equipas ao serviço de empresas nacionais e internacionais.

Classifica-se como uma pessoa empreendedora e gosta de grandes desafios. Adapta-se facilmente a novas realidades e não suporta rotinas. O seu pior defeito é o perfeccionismo.

Considera-se uma amante da natureza e, numa rotura com a cidade, Helena Vinagre mudou-se para o campo para cumprir o sonho de iniciar e projetar a empresa Aromas do Valado a nível nacional e internacional.

O tema **Diferenças de Género** é, desde há muito tempo, discussão em vários palcos e objeto de estudo em diversos domínios, nomeadamente o religioso, científico, psicológico e social.

Não sendo este o propósito de elaborar uma teoria sobre a Igualdade de Género, convém perceber que o significado de género, de forma tradicional, remete-nos imediatamente para o sexo feminino ou sexo masculino. Contudo, se invocamos o tema para a esfera social, deparamo-nos com considerações e padrões histórico-culturais que são atribuídos a homens e mulheres.

Ao longo da nossa história, ambos os sexos, de diferentes faixas etárias, têm contribuído para a produção e reprodução do mundo social em que estão inseridos. No entanto, a natureza desta responsabilidade assumiu formas diferentes ao longo do tempo, em particular o papel da mulher na sociedade, no trabalho e na família.

A sociedade encontra-se em constante mutação e as mudanças sociais trazem, inevitavelmente, alterações comportamentais nos indivíduos.

É nesta senda que assistimos, atualmente, a um movimento de pessoas em direção ao mundo rural. Quer seja pela crise, para fugir ao *stress* da cidade ou pela falta de oportunidades, o certo é que existe um crescente número de indivíduos que procura reinventar-se no campo. A agricultura surge como uma alternativa de autossuficiência, alimentação mais saudável, fonte de rendimento suplementar ou fonte de empregabilidade e sustento para toda a família. É neste contexto que determinadas famílias se adaptam a novas realidades e a novos hábitos de trabalho, não descurando o quão importante é o papel da mulher e a envolvimento de todos neste novo cenário, partilhando as tarefas diárias

de forma equitativa. Já em tempos remotos, era esta a conjugação de uma típica família rural e/ou de artesãos em que a mulher assumia as responsabilidades económicas dos negócios para além das demais tarefas habituais.

Passando de um relato meramente elucidativo para um relato real, permitam-me testemunhar que a recente mudança para o mundo rural nos exigiu uma adaptação a outras rotinas e atividades de cariz pessoal e profissional que estão vinculadas não só às responsabilidades empresariais, mas também a uma “responsabilidade de partilha” de tarefas domésticas e outras não determinadas. Para além disso, o nosso comprometimento prende-se, ainda, com a participação ativa no mundo empresarial do concelho onde estamos inseridos e na comunidade local.

Admito proferir, através da minha experiência, que os novos rurais, independentemente do sexo, trazem mudanças ao interior do país, o qual é suportado pela transferência de conhecimento dos recém-chegados para a população local e vice-versa, conciliando, muitas vezes, valores tradicionais com a inovação tecnológica.

Convém destacar que estes novos habitantes do mundo rural são pessoas consideradas de classe média, com formação superior e com experiências de vida muito diversificadas, sendo uma mais-valia na partilha do conhecimento.

Por isso, quando falamos em desenvolvimento de uma região não devemos ter em conta somente o aspeto económico, mas também termos em consideração o desenvolvimento social, ambiental, cultural e político, ou seja, o desenvolvimento à escala humana. ■

O Fascínio da Diferença

Maria Celsa Herrero Rodriguez

Natural de Oviedo (Astúrias/Espanha). Licenciada em Geografia e História pela Universidade de Barcelona e residente na campina de Ladoeiro, na Quinta dos Trevos (Idanha-a-Nova), desde 1991, criando o projeto de vida da Quinta dos Trevos - Centro Rural de Artes e Ofícios Tradicionais” e Turismo em Espaço Rural (Casas de Campo).

Uma nova oportunidade de trazer “O Mundo a nossa casa” e mostrar os ofícios tradicionais que mantém vivos e abertos para todos os que queiram participar e observar a sua preservação.

A sua especialidade são os têxteis artesanais, fiando e elaborando tecidos tradicionais ou contemporâneos cheios de “alma” nos teares de madeira produzidos na carpintaria da Quinta.

O ferro e a madeira são outros dos elementos que se trabalham nos ateliês da Quinta dos Trevos.



Até que ponto se entende que a diferença de género é saudável e desejável? A bipolarização, o masculino e o feminino, é um fator criativo por excelência.

O fruto, o filho de algo, a multiplicação da vida é possível essencialmente por essa diferença existir.

A diferença de tarefas e a atribuição de determinados ofícios a um género concreto poderão ter acontecido por fatores anatómicos e mesmo fisiológicos, culturais, religiosos, étnicos, etc.

Sempre houve uma tendência para que os homens empunhassem a espada e marchassem ao som dos tambores da guerra; escritores referiram que a glória dos homens se encontra nas conquistas da guerra ou nos trabalhos da lavoura. Parece evidente que sempre se esperou dos homens a força e o sacrifício físico, o triunfo sobre os elementos e a construção das grandes obras.

Neste caso, esta orientação surge, por um lado, pela manifestação da sua própria natureza masculina, e a tendência para liderar, mas também porque a tribo, a pátria, o grupo de homens e mulheres esperam ou esperavam dele exatamente esta função.

Era o homem soldado que partia para a guerra, foi o homem português que partiu para os descobrimentos, e numa história mais recente se tornou emigrante e foi “a salto” “conquistar” o pão em terras de França, Alemanha, etc.

A mulher, sempre mãe, desempenhou um papel fundamental na proteção do núcleo, assumiu um papel múltiplo, guardiã das tradições e, sobretudo, dos deveres, acabou por ser capitã de uma outra luta, a das rotinas, a das coisas inadiáveis, como são a educação, a alimentação, o crescimento e a saúde dos filhos, da sua tribo e da comunidade onde está inserida.

Terá no passado um género assumido um papel mais relevante do que o outro? E se assim foi terá um género sido o responsável exclusivo por essa hierarquização dos géneros?

Penso que não, a divisão das tarefas e o papel que cada género desempenhou tradicionalmente foi-lhe atribuído pela totalidade da sociedade a que pertence, o papel que cada um desempenhou foi-lhe ditado por fatores culturais, religiosos, para além das causas inerentes à natureza física e anímica de ambos os géneros e que eram adotados pela globalidade da sociedade como pilares estruturantes da comunidade.

A MULHER PAULATINAMENTE ROMPE TABUS, INTEGRA AS LINHAS DE PRODUÇÃO DAS NOVAS INDÚSTRIAS, TORNA-SE PROLETÁRIA E, CONSEQUENTEMENTE, REIVINDICADORA. INICIA UMA HISTÓRIA DE ASCENSÃO SOCIAL.

Com a revolução industrial e a corrida das pessoas para as grandes urbes industrializadas, perde-se o conceito da família que agrupa três ou quatro gerações. Inicia-se o êxodo rural e a fragmentação desse núcleo familiar em prol de uma sociedade mais individualista e mais fria de afetos e laços sanguíneos.

A mulher paulatinamente rompe tabus, integra as linhas de produção das novas indústrias, torna-se proletária e, consequentemente, reivindicadora. Inicia uma história de ascensão social. As escolas e universidades abrem-lhes as portas e, em breve, lugares-chave das empresas, dos organismos e da vida social, cultural, artística e política são assumidos com elevado sentido de eficiência pela mulher.

Em Portugal, a médica Carolina Beatriz Ângelo inscreveu-se como eleitora para as eleições de 1911, o que lhe foi negado. Recorreu ao Tribunal argumentando que a lei se

referia aos chefes de família, o que era o seu caso, pois era viúva e mãe. O Tribunal deu-lhe razão e tornou-se assim a primeira mulher eleitora da Península Ibérica.

Funções características dos homens são hoje partilhadas de forma aberta e total pelo género feminino, na saúde, na justiça, no ensino. É comum ver hoje mulheres conduzindo comboios, autocarros nas grandes cidades, encontramos regularmente mulheres conduzindo transportes internacionais rodoviários, ocupam lugares nas forças de segurança e nos diversos ramos das forças armadas.

E o homem? Adaptou-se ele ao papel que, inevitavelmente, terá de assumir ao se relacionar com uma mulher moderna, com carreira profissional, independente, e muitas vezes com cargas laborais consideráveis? Soube ele adaptar-se a essas funções que, inevitavelmente, terá de assumir como são, por exemplo, o acompanhamento dos filhos, a preparação das roupas, a alimentação da família, tarefas de manutenção e limpeza da casa, etc.?

Na generalidade sim, mas no pormenor penso que fez, ou que se encontra a fazer, essa adaptação de uma forma mais lenta e com algumas dificuldades, porque não basta a compreensão da necessidade de assumir esse papel;

é também necessário que se demonstre uma eficiência prática e concreta.

Para isso, o homem parece ter necessidade de uma ação pedagógica formalizada em paralelo e em formato de igualdade com o género feminino. Deveria ser a escola a abordar esta aprendizagem teórica e prática.

A questão é saber se os setores mais conservadores da sociedade vão ver com bons olhos os seus filhos (varões) terem aulas práticas de tricot, noções de costura, decoração, culinária, puericultura, entre outras disciplinas.

De qualquer forma, o mundo está em mudança constante, a memória e os testemunhos pretéritos são fundamentais para a solidez da nossa história individual e coletiva. No entanto, somos seres em evolução e, neste aspeto, ambos os géneros estão de parabéns. O feminino pela tenacidade, audácia e busca de liberdade. O masculino, pela adaptação, a solidariedade, pela coragem de abdicar dos conceitos infundados sobre qualquer ideia de superioridade de género.

Importa assim confiar e sorrir aos novos paradigmas sociais que se avizinham. ■

Existem respostas simples para questões essenciais?

Os seis últimos parágrafos deste texto parecem-nos tocar em questões fulcrais sobre a “equidade social de género”.

Uma questão, talvez essencial, é a de poder compreender porque o Género Feminino, ao partir para a luta pela sua promoção e afirmação social, decidiu escolher o caminho de imitar o outro género e as suas ocupações relacionadas com as funções de gestão e chefia das instituições estruturantes das sociedades a nível social e económico, valorizando-as aos olhos de toda a Sociedade como as funções mais importantes e prestigiantes. E, ao que parece, como género submetido, nunca pôs a hipótese de impor as atividades e funções que tradicionalmente eram as suas, como as mais importantes e decisivas para a sua própria felicidade e sobrevivência da Humanidade, utilizando-as como instrumentos de luta social pela sua libertação da submissão de género que lhe era imposta.

Porque quiseram as mulheres imitar os homens e as suas opções funcionais livres ou culturalmente impostas, e não procuraram essa afirmação pela diferença e mais-valia vital das suas tradicionais atividades, valorizando-as aos olhos de toda a sociedade, reafirmando com justo orgulho o seu saber-fazer pela experiência que a própria sociedade lhes impôs? Lutando por dar o mais alto valor económico ao trabalho que era o seu? Porque nunca reivindicaram o direito à greve em funções tão básicas como a educação e alimentação da família? Quando é que se ouviu dizer que uma chefe de família (também as há), socialmente, vale tanto ou mais do que um ou uma engenheir@? Porque é que este Mundo evoluiu desta forma, menosprezando e desvalorizando o trabalho feminino essencial à salvaguarda da espécie? Será que esta situação só poderá ser invertida à medida que o género masculino assuma o exercício dessas funções e adote como seus os estereótipos colados ao género feminino? Porquê?



Vozes de Heroísmo Silencioso

Manuel Lopes Marcelo

Licenciatura em Economia pelo ISCEF.

Diretor Regional do IFADAP aposentado.

Professor universitário na UBI e no IPCB.

Produção literária nas áreas da etnografia, do teatro e da poesia.

1 - Matriz cultural rural. O masculino, o feminino e os papéis desempenhados por cada género no mundo rural constituem uma reflexão que se enquadra nas características essenciais da matriz cultural rural.

De base gregária e comunitária, com um forte eixo de entreajudia solidária na pauta do respeito feito de afetos e valores transmitidos de geração em geração, vivenciando um tempo natural e um conceito de boa morte - os papéis na sociedade rural e os comportamentos padrão entre os géneros eram bem diferenciados. Até ao 25 de Abril, Portugal era uma sociedade de “**Chefes de família**” - **homens/maridos**, com raríssimas exceções. Só eles, desde que tivessem pelo menos a instrução primária, podiam votar e serem eleitos ou administrativamente escolhidos em função do seu entorno social e familiar e comprometimento ideológico com o regime.

2 - Modelo social e económico. Nas relações sociais, o marido representava a família, ocupando o vértice da pirâmide com estatuto de dominador. No contexto das profissões, o homem destacava-se, com exceção para o ensino e para a enfermagem. Era esperado que o homem/marido assegurasse o sustento da família e a defendesse até nas questões morais e da honra. O sexo era tabu e remetia a mulher para uma situação subalternizada e de espera, sujeita aos ciclos da amamentação dos sucessivos filhos ao longo de todo o período fértil. Para a sociedade, a família era o castelo do homem, o seu domínio privado. “*Entre marido e mulher, ninguém meta a colher*”, dizia o povo. Era geralmente reconhecido que o homem tinha sempre razão e era aceite que exercesse a sua autoridade conforme os seus métodos e feitos (contando também os vícios, como o álcool e o jogo), o que muitas vezes originava várias formas de violência. A mulher não tinha fontes de rendimento próprias nem autonomia perante a sociedade. Já dentro de casa, no seio da família e na educação dos filhos, as relações de poder efetivo eram muitas vezes diferentes, embora ficassem no recato do segredo familiar.

3 - Modo de produção. Nas tarefas inerentes aos vários ciclos produtivos rurais, nos trabalhos do campo, embora o homem marcasse o calendário e o ritmo, a mulher desempenhava um papel fundamental de ajudante e companheira no trabalho. Regra geral, o seu dia de trabalho era mais longo, pois que, para além da jornada da labuta no campo, cuidava da casa, preparava as refeições e cuidava dos filhos.

4 - A casa e a educação dos filhos. Entrar em casa era transpor a fronteira do reino familiar em que a mulher, regra geral, era considerada “rainha”. Contudo, sem dinheiro seu ou de que pudesse dispor livremente, revelava-se exímia administradora dos poucos meios. Por vezes, vendia um alqueire de cereal, um litro de mel ou outro produto do excedente da produção agrícola,

quase sempre sem o marido saber, para poder comprar algo que mais precisasse para si ou para os filhos. Mulher-mãe e as filhas que a imitavam em tudo, num processo de educação familiar em que se marcavam, desde tenra idade, as diferenças entre masculino e feminino. Uma das **maiores alegrias para uma mãe** era ter uma ou mais filhas que a ajudavam e lhe prestariam apoio na velhice. Lá diz o povo: “*papo de nora ou de genro nunca está satisfeito*”. Os filhos eram afastados das lides da casa (da costura e cozinha), pois acompanhavam o pai nos trabalhos do campo. A partir de meados do século passado, com a obrigação de frequentarem a escola da instrução primária, a situação começou a modificar-se, embora às filhas continuasse reservado o domínio da cozinha, da costura e da confeção do *bragal* com vista ao casamento. Foram os rapazes que primeiro continuaram os estudos, libertando-se do pó do campo e alimentando o rápido processo do exódo rural para o litoral e da crescente urbanização que se viveu em Portugal na segunda metade do século passado.

5 - Retrato rasgado. Nas aldeias da Raia, as décadas de sessenta e setenta do século passado foram vividas em ansiosa expectativa em se melhorar a vida face às oportunidades derivadas da emigração. Num país fechado, as janelas da liberdade apenas se rasgavam por entre as sombras da noite. Partiam primeiro os homens, a *salto* por montes e veredas. Chegada a noite combinada com o *passador*, os filhos iam para casa dos padrinhos ou dos tios, ficando em casa só o marido e a mulher. Então, com poucas palavras e os olhos rasos de lágrimas, a mulher retirava de uma gaveta um retrato do marido tipo passe, e rasgava-o em duas partes, entregando uma ao marido. Este levava-a cuidadosamente guardada. É que a segunda parte do pagamento ao *passador* só seria feita quando a mulher recebesse devolvida a metade do retrato, como prova do êxito da aventura.

Em casa, a outra metade do retrato ficava religiosamente guardada em altar improvisado com a imagem devota, permanentemente *alumiada* por uma candeia de azeite. Todas as noites, a mãe e os filhos desfiavam preces e promessas até receberem notícias, sendo a mais esperada a devolução da metade do retrato rasgado. Então, a mãe reunia o dinheiro em falta e assumia corajosamente, como chefe de família, o pagamento da dívida. Algumas das mulheres e os filhos juntaram-se mais tarde aos maridos. Contudo, a maioria, durante muitos anos ficou tomando conta da casa, da vida agrícola e dos filhos.

6 - Mulher, mãe e companheira. Embora numa sociedade rural dominada pelos homens-chefes de família, pela sua disponibilidade e empenho fecundo, a **mulher** destacou-se sempre como **mãe, companheira e mestra**. Foram dedicadas cuidadoras da memória e depositárias de saberes e valores, implícitos alfabetos funcionais, que souberam transmitir de forma silenciosa e corajosa a várias gerações. Pela minha vivência dessa vida rural de heroísmo silencioso, presto-lhes a minha singela homenagem.

Mulher - mãe
agricultora e jornaleira
de sol a sol,
dedicada companheira
de tantas domésticas canseiras
a dar ao rol.

A voz silenciosa
das vossas mãos,
pacientemente tece
na alvura do linho
a ternura do ninho
em que a vida se merece.

Voz terna, a amar,
feita de fecundos silêncios
que fizeram frutificar
a terra mais áspere.

Silêncios de nascente
sereno alimento de rios
ternas e doces margens
dos nossos primeiros sorrisos.
Silenciosas sentinelas
da nossa infância,
incansáveis abelhas-mestras
em doces favos de mel
a disciplinar a incontida ânsia
de querermos o nosso papel.

Os Rostos! Os vossos rostos!
Campos lavrados
de enrugados silêncios.
Prados rendilhados
de fecunda dignidade.
Singelas memórias,
páginas de eternidade!

A Luta das Mulheres no Campo

Paula Fonseca

Nasceu em Angola em 1945, tendo vivido entre Angola, Lisboa e Moçambique até aos 17 anos de idade, depois dos quais vem para o Instituto Superior Técnico (IST), onde se licencia como engenheira química. Todo o seu percurso profissional até à reforma é feito na administração pública, como assistente do IST, técnica do Gabinete de Protecção Nuclear e finalmente no Ministério, responsável pela Ciência e Tecnologia. Exerceu funções no gabinete de estudos e na Agência de Inovação no apoio à investigação empresarial.

Sobre a exploração e discriminação das mulheres no campo posso contar o que ouvi e aprendi logo a seguir ao 25 de Abril quando fui ajudar a revolução em Alcácer do Sal. Aí conheci mulheres combativas e destemidas a quem devo muito do que aprendi. Não referirei as grandes lutas durante o fascismo de homens e mulheres como a da jornada de oito horas em vez do trabalho de sol a sol, contada por muita gente e em que as mulheres tiveram um papel muito ativo, pois quero focar-me nas questões específicas da mulher.

O trabalho nos arrozais com os pés dentro de água era particularmente duro provocando artrites e tinham que levar os filhos pequeninos, pois não tinham onde os deixar. Ainda em 1973 um dos latifundiários da zona ia ver os seus arrozais montado num trabalhador para não molhar os pés.

Houve épocas em que vinham sazonalmente para Alcácer trabalhadores de outras regiões. Uma das origens das trabalhadoras era o Algarve, sendo que ainda hoje existe um monte que se chama Algarvios onde, até ao 25 de Abril, as casas resultantes da sedentarização destes migrantes eram de colmo, tendo os telhados de ser renovados todos os anos para não chover lá dentro, o que só era possível se o patrão lhes desse o colmo. Contava-se que antigamente as mulheres que vinham trabalhar tinham um manajeiro que, além do trabalho nos campos, as obrigava a frequentar e, pelo menos, a dançar em festas que eram organizadas para ganhar dinheiro com os mancebos da cidade. São histórias da exploração antes do 25 de Abril.

No pós-25 de Abril as mulheres continuaram a ter que lutar contra a discriminação e o machismo dos companheiros. Não podendo falar das numerosas lutas travadas pelas mulheres de Alcácer como a do acesso dos seus filhos ao colégio dos ricos ou o seu papel na ocupação da terra e na formação das cooperativas, vou dar alguns exemplos de como as mulheres tiveram de lutar contra o machismo.

Em Alcácer foi formada uma comissão de trabalhadoras com reivindicações ao patronato para obtenção de melhorias salariais e de igualdade de salários para trabalho igual. Esta luta não foi apoiada por muitos dos companheiros - que até proibiram as suas mulheres

de participarem na comissão -, mas as mulheres não desistiram mesmo quando algumas delas tinham como certa uma sova quando voltavam das reuniões. A autonomia das mulheres assustava muito os homens.

Outro exemplo do que as mulheres tiveram que lutar é o que se passou aquando da ida da “Velha” à Albânia. Custódia, a “Velha”, como era conhecida no bairro, tinha sido trabalhadora rural, era casada com o “Velho”, sapateiro de profissão. O “Velho” foi preso pela PIDE por apoiar o PC, mas toda a gente dizia que a PIDE se enganara e era a “Velha” que a PIDE devia querer. Conheci a “Velha” quando formámos um teatro de agitação que ia representar de aldeia em aldeia uma pequena peça cheia de canções revolucionárias que representava a luta das mondadeiras do Sado contra os latifundiários da zona. A “Velha” ia sempre connosco e, depois dos aplausos e da discussão com os espectadores, sobre quais as questões a resolver na aldeia, a “Velha” falava com as pessoas e ajudava-as a organizarem-se. Foi quem mais me ensinou a perceber as pessoas e da importância da participação das pessoas na organização. Esta velha combatente foi convidada ir à Albânia, o que levantou grande controvérsia no bairro. As mulheres sentiam-se orgulhosas e, independentemente das suas filiações partidárias, tudo fizeram para minorar a ausência da “Velha”, nomeadamente garantindo as refeições com a comida de que o “Velho” mais gostava, incluindo doces. Os homens, mal souberam do convite e durante toda a ausência, convidavam o velho para uma cervejinha e iam envenenando, dizendo que a “Velha” nunca mais voltaria. É preciso referir que o mais longe que o “Velho” conhecia era Lisboa, aquando da prisão e depois em comícios e manifestações. A Albânia era muito, muito longe e desconhecida. O “Velho”, que num primeiro momento reagiu muito mal e até deu uma bofetada na “Velha”, quando ela chegou, ficou muito contente e até orgulhoso da sua mulher. Quando perguntamos à “Velha” o que sentia por ter recebido esta bofetada, não deu grande importância e explicou que o “Velho” não costumava bater, estava era com medo de a perder e tinha que salvar a face lá no café. E concluiu que há coisas que levam muito tempo a mudar e, portanto, temos é que ser persistentes e não desistir.

A luta das mulheres pelos seus direitos é, por vezes, muito criativa. No concelho de Alcácer, houve ocupação de latifúndios e a formação de cooperativas de trabalhadores. Numa dessas cooperativas, as mulheres constataram que os homens durante o almoço bebiam bebidas alcoólicas e durante a tarde não trabalhavam nada. Para acabar com a situação, decidiram fazer greve às relações sexuais até que acabasse o álcool no trabalho e conseguiram.

Seria bom que as filhas e as netas destas mulheres já não tivessem que passar por estas situações, mas do que se ouve na comunicação social sobre os dias de hoje só se pode concluir que a luta tem de continuar. ■

os GRANDES TEMAS TAMBÉM SÃO TEMAS DE JUVENTUDE



Vidas rurais e diferenças de género enquanto perspetiva de desenvolvimento

Marco Domingues

Agente de Desenvolvimento Local, Empreendedor e Ativista Social, Especialista em Serviço Social, Prof. na ESE de Castelo Branco e Fundador da Associação EcoGerminar – Associação de Desenvolvimento Local. Residente na aldeia do Juncal do Campo.

A vida rural é culturalmente acentuada por diferenças de género, analisar essas diferenças, e explanar à luz do desenvolvimento local, é um difícil desafio, pelo que encaro o meu contributo como simplista. Sabemos que o género responde a um simbolismo associado ao “sexo”, e que as diferenças de género remeteram homens e mulheres para um conjunto de tarefas e responsabilidades no mundo rural, associadas à capacidade de trabalho mas também à mitologia e ao folclore portugueses. Estas duas últimas dimensões não serão alvo de análise neste artigo e qualquer fundamentação generalizada, será um engano tremendo de análise.

Tentando aprofundar as diferenças de género e o seu contributo para o desenvolvimento integrado do mundo rural, remete a minha análise para algumas dimensões da economia solidária, pela qual sou um acérrimo defensor. No mundo rural, a capacidade de trabalho associada à eficiência e produtividade, refletiu-se na divisão de tarefas de acordo com o género. Manifestou-se em sistemas de hierarquia nas relações de trabalho agrícola (exemplo: a apanha de azeitona com o homem a ganhar o dobro do rendimento), mas também nas responsabilidades tradicionais muito vincadas no seio do quotidiano familiar atribuído à mulher. Embora as diferenças de trabalho e responsabilidades sejam acentuadas, a solidariedade é horizontal, procura-se na partilha e na diferença um conforto comum e familiar, que se traduziu na geração de rendimento (homem), mas também na criação de conforto doméstico (mulher). Na economia solidária ambas as dimensões assumem igual valor, uma na economia de mercado e a outra na economia doméstica, na diversidade de tarefas ambas assumem igual importância, o que significa que a diferença de tarefas gera um equilíbrio indispensável na relação tradicional entre homem e mulher. Embora os rendimentos do trabalho possam estar associados ao rendimento do homem, a economia doméstica gerida pela mulher poderá assumir igual ou superior valor, no pleno exercício de uma valorização económica/financeira. É uma solidariedade horizontal com diferentes lideranças culturalmente enraizadas às tarefas, onde as necessidades primárias foram superadas pela relação com a “terra” (entenda-se as relações com a vizinhança, com as tradições e património, com a horta e animais domésticos...), preservando também a diversidade do património associado às questões de género do mundo rural.

O mundo rural pode ser soberano, na sua capacidade de produzir e consumir, a capacidade de produção parte do homem, com trabalhos agrícolas com o auxílio da mulher, e a organização do consumo parte da mulher (confeção e conserva) com auxílio do homem, ambos se complementam. As comunidades rurais procuraram sempre um maior conforto na exigência do trabalho que sempre se refletiu na divisão de tarefas por género, por exemplo, os homens responsáveis pelo corte e manutenção da lenha com a qual a família se aquece de inverno, e as mulheres, a lavagem da roupa no tanque comunitário. As vivências religiosas são outro dos bons

exemplos, sabemos como o catolicismo é ortodoxo no sustento das diferenças, e a celebração da missa é ainda hoje, um momento em que homens e mulheres se fazem distinguir no usufruto dos espaços e na participação das festividades locais; o transporte dos santos locais é um dos fortes exemplos.

Quando se vive(u) o tradicional mundo rural, quanto maior o enraizamento das tradições, mais acentuadas são as diferenças de género, o que não significa que seja algo pejorativo. No entanto, a nova ruralidade está a transformar estas relações, tal como a renovar o mundo rural e as suas tradições.

Assumindo novos usos, assume novas partilhas nas diferenças de género. No turismo rural temos divisões de tarefas, a manutenção do exterior aos homens, a manutenção do interior às mulheres e a hospitalidade do acolhimento a ambos, embora a riqueza da diversidade possa assumir uma troca de papéis com extrema facilidade. Esta é uma noção fundamental do equilíbrio e da harmonia que as diferenças de género têm no novo mundo rural e que servem como exemplo da aceitação da diferença, independente do género mas da motivação e da competência, enquanto fator de harmonia e de desenvolvimento. As diferenças existem e elas são relevantes na gestão da eficiência no trabalho no mundo rural, e são assumidas em novos contextos de oportunidade e em mecanismos de processo democrático na gestão do quotidiano da produção ao conforto. É aqui que julgo haver um processo fundamental de desenvolvimento, não a hierarquização das relações de poder associadas à tarefa, mas a democratização do poder, das decisões e lideranças que passam a ser discutidas e partilhadas com novas oportunidades no mesmo contexto de atuação.

Felizmente que as diferenças de género partilham entre si um equilíbrio que se traduz provavelmente numa maior felicidade, associada à realização pessoal e à harmonia entre as tarefas de trabalho e as tarefas do quotidiano, a partilha de responsabilidades é cada vez mais comum e as diferenças promotoras da fragilidade entre géneros são cada vez menos geradoras de um sentimento de injustiça ou desigualdade social. A redução destas desigualdades traduz-se em novos modelos de desenvolvimento local dos espaços rurais que se refletem em modelos de educação holísticos ao longo da vida. Estes novos rurais, principalmente os menos enraizados nas tradições locais que acentuam diferenças promotoras da desigualdade, trazem novos mecanismos de educação e de transformação comunitária, exigem novos modelos de educação que os encaram numa visão egocêntrica (pessoas como parte do planeta) e não apenas etnocêntrica (pessoas como centro do planeta), na partilha, tornam-se empreendedores e empreendedoras, na tradição procuram a inovação, na necessidade reativam a cooperação e a reciprocidade, são a afirmação das oportunidades de desenvolvimento e da visão de sustentabilidade do rural enquanto espaço de oportunidade e de vivência holística independente do seu género. ■

OS GRANDES TEMAS TAMBÉM SÃO TEMAS DE JUVENTUDE



Igualdade e desenvolvimento: um diálogo conveniente

Helder Henriques

Docente da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre. Investigador Integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra. Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra. Tem trabalhos publicados em diversos países (Portugal, Espanha, Brasil, Colômbia, México). Os seus principais interesses científicos estão ancorados na área da História da Educação, História das profissões; na formação de professores/as e/ou educadores/as, entre outros.

A identidade de um território define-se pelo grau de compromisso – cultural, económico, político, de participação cívica, entre outros - que as suas gentes assumem com o mesmo. Os territórios rurais, em regra, evidenciam bem essa ligação do Homem com a região onde habita, produz cultura, riqueza, reaviva hábitos e tradições e desenvolve a sua vida familiar e profissional. Do interior deste contexto emergem as relações sociais que se foram construindo ao longo de muitos séculos e que, algumas delas, chegaram, com maior ou menor fôlego, aos nossos dias. A este propósito, gostaria de destacar a obra, sempre atual, de José Cutileiro intitulada *Ricos e Pobres no Alentejo*, publicada em língua portuguesa no período subsequente à Revolução de 25 de Abril de 1974 (1977). Uma obra, cujo trabalho de campo foi desenvolvido sob o manto do Estado Novo, na década de 60, da centúria passada, e que procurou retratar as problemáticas das relações sociais entre aqueles que detinham a posse da terra e aqueles que a trabalhavam. Esta abordagem desenvolvida pelo autor retratou dois estilos de vida extremos: aqueles que possuíam riqueza e que a utilizavam para influenciar o contexto económico, político e social em que viviam e aqueles que viviam na pobreza onde se destacava a inevitabilidade quase fatalista daquela condição de vida.

Desta obra, que retrata especialmente o Alentejo, poderíamos replicar algumas situações no âmbito das relações políticas, sociais, económicas e/ou familiares para a região da Beira Interior. Não é difícil encontrar testemunhos de uma relação de forças desigual num contexto também ele difícil que era, e é, o da região que habitamos. Muitas histórias circulam, e que mereciam ser recolhidas, sobre o proprietário rural que num largo da aldeia escolhia os trabalhadores mais convenientes oferecendo-lhes um salário pago à jorna e que não servia muitas vezes para alimentar a família.

O mesmo acontecia, por exemplo, no que respeita às relações entre homens e mulheres no período anterior ao regime político atualmente vigente. Sabemos que o Estado Novo considerava legalmente o Homem/Marido/Pai como aquele que deveria assumir a condução da família – era o “chefe de família”. À mulher cabia a tarefa de zelar pela vida mais privada, em casa, cuidando dos seus filhos e assegurar a gestão doméstica (conceito que não se limita à casa). Quem não se recorda e/ou conhece a famosa Lição de Salazar, publicada em 1938 e enviada para as escolas do ensino primário, intitulada “Deus, Pátria, Família: a Trilogia da Educação Nacional”? Esta

representa de um modo ímpar o lugar que cada um deveria ocupar na sociedade. Este processo de inculcação de valores, através da educação, fabricou aquilo que ainda hoje, algumas vezes, teima em emergir no que respeita, particularmente, ao papel da mulher. A título de exemplo, sabemos que hoje uma mulher demora mais tempo a atingir os mesmos lugares numa empresa face aos homens e que, em média, ganham um salário inferior àquele que os homens auferem para realizar as mesmas tarefas.

A Revolução de Abril trouxe liberdade de pensamento, trouxe dinâmica, trouxe movimento, desocultou o papel da mulher, em particular nos territórios rurais, trouxe a igualdade de oportunidades. A possibilidade, independentemente de se nascer homem ou mulher, rico ou pobre, de mobilidade social, tornou-se efetiva numa sociedade que deve ser plural e aberta. Apesar de consagrada no texto fundamental, a igualdade de oportunidades é um processo em construção permanente, tal como a própria democracia, que se bem orientado ajudará à promoção de um desenvolvimento sustentável das regiões, numa perspetiva de equidade entre géneros.

A este propósito não poderia deixar de salientar o trabalho que deve ser realizado com as crianças desde a sua entrada no Jardim de Infância. As/os Educadoras/es de Infância têm um papel fundamental na desconstrução de estereótipos sociais que ainda permanecem, no processo de construção de cidadãos interventivos, críticos e tolerantes perante outras culturas e de fomentar as identidades locais isto é, o sentimento de pertença a um lugar. É preciso apostar na educação pré-escolar como fator diferenciador e de desenvolvimento dos territórios rurais, e não só, numa perspetiva de longo prazo. Hoje, ao menino deve ser “explicado” que também pode brincar na casinha, se essa for a sua vontade; e à menina deve “explicar-se” que, se quiser, também pode ser futebolista!

Hoje vivemos num mundo diferente daquele descrito por José Cutileiro (1977)! Construámos em conjunto uma sociedade mais justa, mais livre e democrática. Há, no entanto, outros desafios que emergem nas mais variadas dimensões. A aposta do regime democrático para o desenvolvimento do país e das regiões deve ser através da educação (de qualidade e para todos sem exceção) e do conhecimento! Este é o caminho ao qual devemos apontar e procurar alcançar! Este deve ser o nosso maior desígnio! Estamos todos convocados! ■

os GRANDES TEMAS TAMBÉM SÃO TEMAS DE JUVENTUDE



A definição de mundo rural atual

Joana Barros

27 anos, mestrado em Arquitetura e atualmente responsável de secção na área do retalho, na loja IKEA. Na sua área de formação foi-lhe permitido perceber como se comportam as pessoas em relação ao território em que habitam.

O que entendemos por vida rural? A mais comum das definições remete-nos para vidas passadas no campo, de trabalho árduo, de sol a sol e de escasso contacto com o mundo tecnológico e industrializado. Mas será realmente assim a definição do mundo rural atual? Com a evolução/desenvolvimento da humanidade são já poucas as zonas em Portugal que realmente têm uma vivência humana exclusiva no mundo rural. Devendo-se, em parte, aos que trocam as vidas no campo pela vida nas cidades – com um avançado nível de urbanização.

O que podemos então fazer para permitir que as zonas rurais continuem a evoluir enquanto território e ainda travar o contínuo abandono por parte da sua população. Considerando que, devido às alterações demográficas, aos movimentos migratórios e a uma diminuição geral da proporção de mulheres na população em determinadas zonas rurais, se nada for feito, no futuro já não será possível assegurar, de forma satisfatória e através das infraestruturas existentes, a prestação local de bens e serviços de base, a saúde e os cuidados básicos, o ensino pré-escolar, o ensino e a formação escolar, profissional e universitário, bem como uma oferta cultural e de lazer suficiente. Como podemos desenvolver o território rural sem que perca a sua definição e que consiga um futuro sustentável? Acredito que essa conquista passa pelas pessoas que neles habitam, mas também em quem, por variadíssimas circunstâncias, se cruza com estes pedaços de terra e vê o que neles há de melhor – o futuro da humanidade. Acredito que, assim como a evolução do ser humano o levou a procurar as cidades pela proximidade com a evolução, a mesma evolução vai permitir que o ser humano moderno perceba que são nos territórios rurais que reside o futuro da população – que se começa a preocupar com um estilo de vida mais sustentável e ecológico, o que permitirá a sua sobrevivência. Embora por um lado temos vindo a registar o abandono do meio rural, também sabemos que as dificuldades sentidas nos centros urbanos, por muitas vezes sobrelotados, com pouca oferta para a muita procura, bem como a contínua evolução associada à agricultura levou muitos casais jovens e licenciados, a deixarem as cidades e a moverem-se para o interior do país. Procuram novas opções, muitos com a convicção de que estão a lutar pelo seu futuro, mas também pela sobrevivência do país onde habitam. Isto pode traduzir-se num fluxo de gente de classe média, educada e com formação superior. Estas pessoas são do melhor que Portugal tem. Têm conhecimentos para perceber o que se passa e, conscientemente, assumem

o risco de uma decisão que lhes vai mudar a vida para sempre. Se por um lado para muitos se traduziu num abandono da vida rural, para outros mostrou-se numa oportunidade de desenvolvimento e investimento.

Com o avanço da ciência e tecnologia (especialmente ligadas à área da medicina) a esperança média de vida do ser humano tem vindo a aumentar gradualmente nas últimas décadas, o que permite a cada indivíduo mais tempo para poder fazer a diferença na sua passagem pela vida em sociedade. Devemos preocupar-nos em como podemos desenvolver o território rural, conjugando quem nele, ainda, habita e as pessoas que procuram um novo destino. Percebendo que têm competências e possibilidades para melhorar a vivência no território, de forma cada vez mais sustentável. Acredito e defendo um equilíbrio social entre o papel do Homem e Mulher, e é com grande agrado que na minha realidade é perfeitamente natural ver mulheres assumir cargos de liderança e chefia, bem como perceber o papel do Homem enquanto membro ativo das tarefas domésticas. A mulher desde cedo desempenhou papéis multifacetados, o que lhe permite de forma natural suportar o seu desenvolvimento, considerando que, no âmbito do seu ambiente familiar e profissional, as mulheres da sociedade moderna desempenham um papel multifuncional e que é precisamente esta diversidade de funções que lhes permite contribuir significativamente para o progresso e para a inovação a todos os níveis da sociedade, bem como para uma melhoria da qualidade de vida, sobretudo no meio rural.

Para o desenvolvimento rural é necessário o contínuo investimento na exploração agrícola sustentável, a criação de postos de trabalho ligados ao meio rural, bem como o desenvolvimento das atividades turísticas e de lazer sendo para tal necessário a conservação e valorização do território rural existente. O conhecimento dos costumes são essenciais para a preservação da essência da população para que não perca a sua identidade.

Quando refiro desenvolvimento, refiro-o enquanto ser humano e não por género, embora tenhamos que reconhecer que no seio da nossa existência a diferença entre géneros era claramente marcada, com as necessidades da realidade atual, a verdadeira importância deve passar em como consegue o ser humano garantir um bom equilíbrio entre o desenvolvimento da sua vida profissional e familiar. ■

OS GRANDES TEMAS TAMBÉM SÃO TEMAS DE JUVENTUDE



A vida no lado oposto ao litoral... Um mundo no interior de Portugal!

Iolanda Simões Soares

Concluiu o Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde na Universidade da Beira Interior, em 2014. Em 2015, apostou numa Pós-Graduação em Psicopatologia da Criança e do Adolescente e ainda neste ano efetuou um Curso Intensivo em Intervenção com Famílias Desfavorecidas. Pertence à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.

Embora sempre tivesse vivido e estudado pela Beira Interior, quando terminei o curso mentalizei-me que iria trabalhar longe, bem longe, e/ou em hospitais ou clínicas (a maioria dos psicólogos clínicos sonham assim e só depois se apercebem da realidade, e eu caí nela bem redonda no chão!). As oportunidades da vida mantiveram-me no interior e lembro-me de pensar, antes de começar a trabalhar, “não é nada disto que quero para a minha vida” e agora? Agora, passado algum tempo, recolho uma panóplia de motivos positivos para trabalhar no mundo rural e de viver no interior do nosso pequeno país.

A noção de interior de Portugal remete-nos para uma ideia de despovoamento, população envelhecida e sem oportunidades de mercado. Ideia não descabida, mas também é onde são necessários os maiores recursos sociais; é onde, por mais que a atuação seja diferenciada da atuação do litoral, se precisa de intervenção social focada e imediata, pois não nos podemos esquecer que no mundo rural existem necessidades acentuadas ao mais alto nível. Mas também é onde há mais liberdade pessoal! As pessoas procuram o interior do país devido à paz que nele se encontra, à ausência de ruído e a esse mesmo despovoamento e falta de pessoas.

Falando de liberdade, refiro muitas vezes que sei o que foi isso na minha infância, felizmente! Os joelhos negros comprovam essa felicidade. Caí imensas vezes, no campo, a andar de bicicleta, a subir às árvores, parti a cabeça duas vezes e há uma marca no meu queixo que me relembra de uma queda gigante de um muro. A minha infância foi marcada por estes “crimes” todos e, principalmente, por brincar na rua com amigos que ainda hoje fazem parte do meu círculo social. Tudo o que numa grande cidade é “proibido”, os perigos são diversos e alguns até desconhecidos.

No interior, conhecido muitas vezes pela terra dos avós, ainda hoje tenho amigos de localidades vizinhas, de cidades perto, do litoral e até de fora do país que fiz onde vivi. Sempre me lembro de ver uma satisfação enorme no rosto dos meus amigos de fora quando chegavam à terra dos avós. Sentiam uma liberdade que, no meio mais urbano, é quase inexistente. Podiam brincar fora de quatro paredes, ir ao café só com amigos, fazer piscina sem os adultos chatos, andar de bicicleta sem ter a preocupação dos carros, mil e uma coisas felizes que todas as crianças deveriam ter oportunidade de experimentar. Viver livre, nem que seja uma semana!

Sendo justos à sinceridade, não há tantas oportunidades de trabalho (não!), mas há pessoas que precisam de apoio e intervenção como precisam as pessoas das grandes

metrópoles! Por ser um território um pouco desertificado, encontram-se pessoas longe de tudo e de todos. Vamos fazer o quê? Abandoná-las só porque “não é interessante trabalhar no interior” como muitos jovens pensam? Deve-se pensar o contrário e, se não é interessante, cabe a quem cá está, torná-lo motivador e desafiante - acreditem que é.

Fora de trânsitos extensos nas horas de ponta e de filas intermináveis para por combustível no carro, há outros inconvenientes. A menor privacidade, muitas caras conhecidas, e o aborrecimento de alguma falta de diversidade, uma rotina mais comum. Vendo estes inconvenientes à lupa, os primeiros - urbanos - são de caráter externo, nada que possamos controlar. Não podemos simplesmente mandar parar um carro porque estamos atrasados e precisamos de seguir o nosso caminho (dava jeito!). Os segundos - rurais - mais internos e esses sim dependem de nós e da nossa motivação. Façamos alguma coisa então.

Conscientemente ainda se revelam algumas resistências quanto ao papel da mulher no mundo rural, sendo vista como uma dona de casa, obrigatoriamente. Aquela conversa do homem é que mete o dinheiro na mesa e a mulher faz o resto - toma conta dos filhos, da casa, das refeições, ainda é visível e, pior que isso, é quando esse papel se manifesta nos filhos também. Contudo, a sociedade também muito mudou e temos Universidades Sêniores que contam com muitos homens inscritos em disciplinas como Culinária, Arranjos Florais, Ervas Aromáticas (onde fazem cremes corporais e sabonetes). O investimento na mudança de hábitos enraizados, desde sempre, tem resultado e denota-se uma evolução bastante positiva na igualdade de papéis.

Profissionalmente, é saudável trabalhar aqui! Existem, igualmente, pessoas boas e más, bons colegas e maus colegas. Colegas que te ajudam e outros que só te prejudicam há em todo o lado. O bom de trabalhar no interior é que as pessoas conhecem-se, é fácil chegarmos até elas, é mais fácil assegurar o que precisamos porque podemos fazê-lo pessoalmente. Lidar com pessoas é fascinante e sentires que esse fascínio é mútuo pelo teu trabalho é ainda melhor. As pessoas da Beira Interior sabem acolher pessoas de outros sítios, confortar, apoiar e sabem mimar. Felizmente, embora seja do interior do país, sempre fui muito bem-vinda nas minhas terras vizinhas.

Engane-se quem acha que viver no interior do País é estar no meio do campo, numa serra, rodeados de animais onde não há sequer rede de telemóvel nem internet (espero mesmo que ninguém pense isto!). Viver na Beira Interior tem aspetos positivos e negativos, mas há uma tranquilidade impagável e, como costume dizer, aqui é mais fácil VIVER e não apenas sobreviver. ■

OS GRANDES TEMAS TAMBÉM SÃO TEMAS DE DEBATE



CONVERSAS INACABADAS

Debate em Idanha-a-Nova, 9 de maio de 2016

Todos os casos aqui presentes são especiais. Estamos perante mulheres empresárias, com responsabilidades de gestão. Serão talvez diferentes das trabalhadoras rurais...

“No meu projeto, conto com a ajuda preciosa de um casal, cuja cabeça é a mulher. Como ainda vivo em Lisboa, estamos sempre em comunicação, falo todos os dias com eles e não noto nada que haja uma diferenciação entre o papel de uma mulher trabalhadora rural ou o papel de uma mulher empresária. Aliás, são dos casais mais equilibrados e respeitadores um do outro que conheço, muito mais do que eu vejo na cidade. São o exemplo do que deve ser uma relação entre homem e mulher em termos de igualdade e respeito. Muito à frente de inúmeros exemplos que conheço na cidade.”

Numa casa rural, a mulher e o homem andam muito mais juntos do que na cidade?

“Muito mais. Eu cheguei a levantar-me às 4h da madrugada, fazer a ordenha, ir levar a minha filha à escola, fazer queijos até às 13h, para estar a levar as miúdas à escola depois do almoço, voltar para a quinta para trabalhar juntamente com o meu marido, fazer a ordenha da tarde e às 18h estar novamente a recolher a minha filha. O meu marido fazia o lume, deitava comida aos porcos, às galinhas... Distribuíamos as tarefas entre nós. Há mais complementaridade das funções.”

“Julgo que os homens são mais machistas na cidade. Há muita informação, há muito filme, mas no fundo são muito mais competitivos, porque na cidade não há a complementaridade de tarefas que se vive no campo. Na cidade, entra o instinto de sobrevivência. Estão a competir na carreira, estão a competir nos estudos. Não há complementaridade, mas sim vidas paralelas. E acho que, por isso, os homens se agarram aos clichés do machismo para se sentirem mais fortes. Acho as relações dos casais da região mais saudáveis do que as da cidade, mas não posso generalizar.”

Pretendo saber é se há rotinas de trabalho instituídas em função do género?

“Há. Não sou eu quem vai dar de comer aos cavalos. Essa é a rotina do meu marido.”

“Não sei se se aplica tanto a questão do género, mas sim as capacidades de cada um. Normalmente, sou eu quem habitualmente trata das refeições. Mas penso que não é uma questão de género. Apenas, no que respeita a esta tarefa, eu sei melhor onde estão as coisas e o que melhor se adequa à ocasião. Não é género, são capacidades.”

“As pessoas são todas diferentes. Os homens são diferentes das mulheres. Graças a Deus. Fisiologicamente, as mulheres são mais cuidadoras, facto que advém da maternidade, sobretudo. E a sociedade empurrou os filhos e a casa para a mulher e, a partir daí, houve um certo abuso. E instituiu-se uma rotina. Há, de facto, rotinas. E as mulheres muitas vezes nem realizam que fazem muito mais em casa do que os homens. Sejam sinceras. Sim, fazemos mais em casa do que os homens. Em casa é que eu sinto que as diferenças de género existem. Sendo eu da cidade, de tudo o que observo e das minhas relações sociais, o que é vejo é que, por mais que as mulheres sejam brilhantes em carreiras, com ordenados super elevados, a casa é sempre competência dela. O pensamento assenta em “eu é que sei mais onde estão as coisas e os sítios onde melhor ficam”, mas porque é que tem de ser assim?”

“No meu caso, é mais fácil que eu trate da casa enquanto o marido corta a relva, por exemplo.”

“Tudo bem. Fisicamente pode haver logo esta separação de tarefas. Mas eu vejo este equilíbrio na distribuição do trabalho entre os dois no campo. O homem faz o trabalho mais árduo das rotinas e a mulher assume as tarefas para as quais está mais apta fisicamente, que será as de cuidar da casa. Mas isto não acontece na cidade. Desempenham tarefas semelhantes no trabalho, mas continua a mulher a fazer mais quando chega a casa.”

“Eu e o marido complementamo-nos. Ele é mais da parte agrícola; eu faço a parte de relações públicas, trato dos papéis, de receber os clientes, e da cozinha.”

OS GRANDES TEMAS TAMBÉM SÃO TEMAS DE DEBATE



Estamos a tentar determinar e analisar padrões. Não podemos cair no erro de cair em casos individuais.

“Da experiência que tenho, de campo e cidade, na cidade com rotinas muito exigentes de trabalho ininterrupto, no campo com outro tipo de rotinas, mas igualmente exigentes, aquilo que venho a perceber é que as coisas aqui são vividas de uma outra maneira. Na cidade tinha empregada para as tarefas domésticas, aqui não tenho. E, em minha casa, não há definido quem faz o quê e quando. Estamos os dois a trabalhar na empresa, se chegarmos à mesma hora, um trata da carne, outro da salada e põe a mesa. Se formos a horas diferentes, o primeiro que chega é o primeiro que faz. E eu eduquei-o para as coisas funcionarem desta maneira. Não é uma questão de sorte.”

Mas é preciso que alguém seja ativo nesse sentido, ou acontece naturalmente? Quem é que pergunta “precisas de ajuda?”

“É o marido” (resposta unânime).

E porque não é o contrário?

“Porque é preciso ativar essa predisposição nos homens.”

Quem puxa para o campo e quem puxa para a cidade? A mulher ou o homem?

“Têm de ser os dois a puxar para o mesmo lado. Se não for assim, não se consegue ter sucesso e felicidade na decisão de vida tomada.”

“Quando se toma a decisão de avançar com estas grandes mudanças, o casal tem de estar em equilíbrio. Se um gosta muito de cidade e outro gosta muito de campo, pode dar um de dois resultados: ou um deles vive frustrado, ou cada um vai à sua vida e pode surgir um divórcio.”

“Quando eu e o meu marido decidimos que queríamos vir para o campo tentar uma nova vida, a partir de um

sonho comum, parece que recuámos ao início do nosso casamento. Passar novamente pela fase de construir casa nova exigiu uma maior união entre nós. Foi um recomeçar em todos os aspetos. Houve um renascer de uma lua-de-mel. Estamos casados há 26 anos.”

Podemos dizer que as mulheres estão mais voltadas para a segurança da família e dos filhos e que os homens são mais idealistas?

“No meu caso é o contrário. O meu marido é que teve de me dizer “baixa, baixa, baixa à Terra”. Julgo que varia muito conforme a personalidade.”

“Acho que as questões de género são mais acentuadas em gerações mais antigas. Não diria machismo, mas há questões culturais que ainda permanecem de outros tempos. Nas aldeias mais pequenas ainda vemos que são apenas os homens que frequentam os cafés, enquanto as mulheres ficam à porta.”

“Se eu for ao café às 18h aqui da região, vou, com certeza, ter uma concentração de homens a olhar para mim assim que entro. Isso vê-se ainda muito nas aldeias mais isoladas. Nas localidades com mais população, há maior mistura de géneros e ir ao café já é um hábito instalado de homens e mulheres. Nas aldeias, estas resistências são fruto do isolamento e de uma tradição cultural que ainda não evoluiu. A mudança ocorre, sobretudo, por mistura. E ali as pessoas estão isoladas, sem contacto com outras formas de vivência.”

Acham normal que o Criador, ou a Entidade que fez isto tudo, tenha sobrecarregado as mulheres com tantas tarefas e poupado os homens?

“Às vezes, penso que sim. Mas só porque Ele achou que suportaríamos isso tudo.”

“Até as dores. Se o meu marido estiver constipado, é insuportável. Parece que está a morrer.”

“As mulheres são muito mais resilientes do que os homens.”

“De facto, quando Ele decidiu que quem tinha as dores do parto era a mulher, que quem carregava com os filhos era a mulher... bem que podia ter equilibrado um pouco mais as coisas.”

Acham que também é vossa missão, das mulheres, a de exercer uma certa pedagogia sobre os homens? O facto de se sentirem vítimas, se é que posso assim chamar-lhes, ajuda a tentar maternalizar o homem?

“Há muitos homens que estão à espera desse papel da parte da mulher. No entanto, só quando o homem for maturo



OS GRANDES TEMAS TAMBÉM SÃO TEMAS DE DEBATE



e se posicionar em igualdade com a mulher, estamos perante um casal equilibrado.”

“Dos meus 33 anos de casada, mais 6 meses de namoro, retiro que, quando a pessoa gosta imenso de quem tem ao lado e quer lutar uma vida inteira pela união, tenta-se educar de maneira a que haja um equilíbrio. Foi o que eu fiz a vida toda. O meu marido até a roupa suja deixava no chão quando ia tomar banho. E, hoje, ele não é a mesma pessoa. Mas eu nunca lhe impus nada, fui educando aos poucos. E é preciso ter paciência. Tudo depende daquilo que queremos para a nossa vida.”

“A forma como os homens foram educados conta muito também. A minha sogra ficou muito admirada ao ver que, ao final de um ano de casados, o meu marido já cozinhava, coisa que nunca aprendeu com a mãe, já ajudava a fazer a cama e, quando vieram os filhos, até mudava fraldas. Tudo isto provém de uma mentalidade histórica em Portugal, que ainda hoje tem prevalência no Interior, de que a mulher tem de assumir as funções relacionadas com as tarefas de casa e de cuidado dos filhos. E o meu marido foi educado nisso. Mas quando a pessoa gosta, e para se conseguir viver em comunhão, a interajuda vai surgindo em casa. Ele tem mudado muito ao longo dos anos. E a mãe dele ainda hoje fica admirada de ver o filho a cumprir tarefas domésticas.”

E do lado das mulheres, alguém se admira de algo que elas façam?

“Acho que não. Das mulheres já se sabe com o que se pode contar.”

“Em relação aos filhos, até eu, às vezes, dou comigo a pedir, inconscientemente, certas coisas mais à filha do que ao filho. E é ela quem me chama à razão.”

“Isso acontece por hábitos e raízes culturais muito arraigados nesse sentido. Atual e felizmente, na publicidade, a família já não é representada da mesma forma. E sabemos que a publicidade representa a maioria das famílias de uma determinada sociedade. Os modelos de hoje dependem já do que são as novas famílias. Antigamente, nas publicidades nunca se veria um homem a carregar no botão da máquina de lavar a roupa, ou a colocar o detergente na máquina. Hoje, já não é assim. A sociedade mudou, o conceito de família mudou e os parâmetros já foram alterados.”

Parece que a mulher, com paciência e muita persistência, vai agindo no sentido de mudar a pessoa de quem gosta. E o homem não faz isso?

“Tem de haver cedências de parte a parte. O homem também faz isso.”

“Inevitavelmente têm de existir mudanças dos dois. O meu marido é muito de ir em frente e não olhar a consequências; eu sou muito cuidadosa, às tantas congelo e não faço. Às tantas dei comigo a ser muito mais aberta, a ir e a fazer. Ajustamo-nos e equilibramo-nos.”

“A própria tentativa de mudar o outro implica já mudanças de nossa parte também. Há toda uma adaptação, uma interação e uma reeducação.”

Então podemos concluir que nas atividades rurais não há diferenças de género?

“Eu diria que, se calhar, são menos acentuadas.”

“Não se pode generalizar. É que as próprias atividades rurais atuais já não são as mesmas de antigamente. E sobretudo os novos empreendedores, os novos migrantes, as novas empresas que estão a surgir no campo nos últimos anos têm, com certeza, formas de pensar e estar totalmente diferentes dos trabalhadores rurais das gerações mais antigas.”

A capacidade de iniciativa empresarial é igual em homens e mulheres?

“Não. É mais vincada nas mulheres. Os homens estão sempre a medir os prós e os contras, colocam muitos “ses”.”

Nunca pensaram em criar a Associação de Empresárias da Raia?

“Isso não... Mas já temos parcerias estabelecidas entre nós. Sabemos que sozinhas não conseguimos vingar no território, só com união entre os empresários dos diversos ramos de atividade da região podemos ganhar todos.” ■



Agradecemos a presença de:

Isabel Lencastre - Casa do Xarês, Turismo Rural; Carla Galante - Galante e Vinheiras; Manuela Flores - Queijaria Flores; Maria Celsa Herrero - Quinta dos Trevos; Leonor Carvalhosa - Tapada da Serra; Helena Vinagre - Aromas do Valado; Maria Pinto - Merendas do Tejo

OS GRANDES TEMAS TAMBÉM SÃO TEMAS DE DEBATE



Debate em Vila Velha de Ródão, 20 de maio de 2016

“Diferença de género não é a mesma coisa que diferença de sexo. Esta última é a distinção entre macho e fêmea. Já as diferenças de género têm que ver com aquilo que a sociedade inventa, cria, sobre o que deve ser o papel do homem e o papel da mulher, suas maneiras distintas de estar e ser, dentro de uma comunidade. Há ideias pré-concebidas na sociedade que atribuem determinadas características mais a mulheres do que a homens e, conseqüentemente, as atiram para determinadas tarefas que achamos que são específicas para mulheres. Isso não é assim, necessariamente.”

“Pela natureza, não somos iguais. Mas, em circunstâncias e oportunidades, devíamos de ser, embora a sociedade sempre tenha impingido preconceitos sobre as mulheres.”

“Desses estereótipos criados ao longo dos tempos pelas sociedades, têm resultado grandes diferenças de género, em desfavor da mulher.”

“Igualdade de direitos. Homens e mulheres devem ter igualdade de direitos para que possa existir a dita igualdade de género. Pegando no direito de acesso à educação. Sabemos bem que, até há umas décadas, esse acesso não existia da mesma forma para as mulheres. E mais. Nos dias que correm, mesmo com acesso igual para ambos os sexos, nem sempre estamos perante a igualdade. Imaginemos um grupo de 200 crianças, rapazes e raparigas, todos em idade de ingressar na escola e todos estão em igualdade de direitos. No meio desse grupo, há um ou dois que são um pouco míopes. Na verdade, esses meninos estão em igualdade de direitos como todos os outros, mas, se não lhe derem uns óculos para corrigir o seu problema de visão, já não estarão em igualdade em relação às outras crianças. Igualdade de direitos, se calhar, não é bem aquilo que vimos defendendo. Há palavras que são capazes de definir e caracterizar as coisas com mais clareza, uma vez que as que usamos são, muitas vezes, pouco clarificadoras. A palavra “igualdade” tem estes problemas. A igualdade absoluta não existe, porque há sempre qualquer coisa que é diferente nessa igualdade. Há uma palavra parecida, mas que caracteriza melhor as coisas, que é “equidade”. Equidade tem em conta as diferenças dentro da igualdade.”

“A maioria de nós pensa que a felicidade resulta da concórdia. E não falo apenas de relações amorosas. Falo de

relações no casamento, na empresa, na política, resumindo, de qualquer tipo. Começo a duvidar disso, porque eu conheço muitos casos em que, aparentemente, o casal se dava tão bem, se entendia perfeitamente, e um dia sem nada prever separaram-se. É que as pessoas, muitas vezes ou quase sempre, não querem ou têm receio de incomodar o outro, colocando pequenos problemas seus, que podiam gerar discussões e, para evitar essas mesmas discussões, o melhor é não dizer nada. Esse “o melhor é não dizer nada” faz com que a relação não seja verdadeira. A relação é fingida, porque não há relação nenhuma, seja de que natureza for, entre duas pessoas em que não exista conflito. Há conflito, mas passamos a vida a esconder o conflito, porque achamos que não vale a pena maçar-nos.”

“Não fazermos qualquer coisa para não incomodar o outro pode não ser uma demonstração de amor. No dia em que, neste mundo, toda a gente pudesse discutir tudo com toda a gente, sem ofender e sem se ofenderem, este mundo teria chegado ao paraíso.”

“Um dos males da sociedade é a ambição. Todos nós temos de possuir os outros. O meu marido, a minha mulher, o meu filho. Daqui começamos a tratar o outro como sendo algo que nos pertence e que só pode fazer aquilo que entendermos que pode fazer. O sentido de posse, o chamado amor possessivo, é uma desgraça, porque tenta acabar com a liberdade do outro.”

“Nos dias de hoje, penso que as diferenças de género estão mais esbatidas no mundo rural. Há algumas décadas, havia um delineamento muito maior entre o que eram tarefas de mulher e tarefas de homem.”

“Existem já poucas pessoas a viverem exclusivamente da agricultura, o que nos leva a ter de ir às memórias de há 20 ou 30 anos para percebermos como funcionavam as famílias que dependiam da agricultura. O que eu me recorro daqueles tempos é que o homem ficava com o trabalho mais duro fisicamente. Mas isto da dureza é subjetivo. Porque a mulher, depois de todo o trabalho que tinha de fazer no campo, ainda tinha mais dois ou três trabalhos: a casa, os filhos e os ascendentes. Quando ela ia para o campo com o marido, ela já tinha preparado a comida na noite anterior para as refeições da família, já tinha tratado da casa, dos filhos e, muitas vezes, ainda tinha de tratar dos pais ou dos sogros quando estavam velhos. Na altura,

OS GRANDES TEMAS TAMBÉM SÃO TEMAS DE DEBATE

nem sequer havia instituições para cuidar dos velhinhos. Posto isto, o trabalho da mulher na vida rural era mais duro do que o do homem. Pelo facto de ser mulher, tinha funções acrescidas.”

“Pelo facto de não haver agricultura, as mulheres que vivem neste espaço têm a vida facilitada, porque já não fazem os trabalhos duros da agricultura de antigamente.”

“Nem sempre. Porque apesar de não trabalhar na agricultura, a mulher continua a trabalhar fora de casa, numa unidade fabril, por exemplo, ou nos serviços. E continua a acumular com as suas funções de casa.”

“Hoje em dia, registo, com agrado, uma alteração de mentalidade. Felizmente, já não pensamos da mesma forma de há 20 ou 30 anos. E estamos já a aprender e a aplicar a palavra “equidade”. Há 50 anos a mulher queria-se estúpida e em casa a fazer o caldo verde. Hoje, ninguém tem essa ideia.”

“A agricultura de Vila Velha de Ródão serve, hoje, para deixarmos as mulheres descansadas durante um bocado em casa enquanto vamos até à horta.”

“Não concordo nada. É mas é para os homens terem o seu momento de liberdade e poderem fazer o que quiserem!”

“Toda a gente diz que, mesmo atualmente, a mulher, no mercado profissional, é mais vítima do que o homem. O facto de ser numa fábrica, ou de ser num campo, não é automaticamente diferente ou mais castigador num lado do que no outro. Depende. E para isso recorro a um exemplo. Num curso de formação, houve um dia em que as mulheres faltaram todas. Dois dias depois, apareceram. Para onde é que foram? Foram para o tomate. Em vez de irem às aulas, com o dia pago, com subsídio de alimentação, à sombra e sentadas, foram para o calor apanhar tomate. A explicação delas foi: “Ah, professor, isto faz muita dor de cabeça”. Há pessoas para quem pensar é mais difícil do que apanhar tomate.”

“Na generalidade, a mulher é sempre mais castigada do que o homem, independentemente do meio onde vive. Em todos os tempos, em todos os contextos. Para além da profissão, que muitas vezes é igual à do homem, a mulher tem também a atividade familiar mais sobrecarregada. Num espaço rural, a mulher faz a vida do campo, ou da atividade profissional a que se dedica, e ainda vai para casa tratar da vida familiar. Talvez no meio rural seja mais sacrificada, porque as mentalidades ainda são fechadas e os homens ainda não têm a mentalidade preparada para chegar a casa e partilhar tarefas com a mulher. O homem urbano está mais avançado neste campo.”

“Eu acho que já nos meios rurais verificamos mudança de mentalidades. Eu estou aqui, mas devia estar a arrumar a casa, porque a minha mulher está a trabalhar. Se fosse pensar no meu pai, jamais ele pegaria num aspirador para limpar a casa. Até para a minha mãe ainda é difícil aceitar que o filho faz panelas de sopa.”

“É difícil ser mulher no campo e é difícil ser mulher na cidade. Penso que a bitola de separação será a qualidade

de vida. Aqui, ela tem melhor qualidade de vida do que num meio urbano.”

“A mulher é mais contabilista do que o homem. E mais economista. Gere melhor os dinheiros. Se eu não tivesse uma chefe de contabilidade como eu tenho, talvez já me tivesse desgraçado. Sou daqueles que vive o dia, não penso no futuro.”

“Penso que esta é uma capacidade inata da mulher, a de saber gerir, administrar, dar conta de várias coisas ao mesmo tempo. Este não é um estereótipo, é uma realidade. A mulher tem a capacidade da polivalência de funções.”

“O reverso desta qualidade das mulheres é a falta de investimento. Muito mais timidez nas decisões de investimento. Ou seja, a falta de capacidade para o risco de investir. É o medo do risco que lhes tira a capacidade de gastar dinheiro. Tudo por causa dos filhos. A mulher pensa muito mais no futuro da família e da casa. Mas elas têm de começar a pensar que os filhos têm a sua própria vida, tal como nós tivemos de fazer pela nossa. O homem é muito mais centrado em si e nos interesses pessoais. É muito mais egoísta em relação à família.”

“O estereótipo determinou que o homem é o gestor da conta. O estereótipo colocou o homem a gerir e a mulher a cuidar. Embora, na prática, isso assim não aconteça. A mulher cuida da casa, cuida dos filhos, cuida dos pais, cuida do homem. O homem compra o carro, compra a tapada, compra a horta. Ele é que toma a decisão, mas, no fundo, quem compra são os dois. Porque até há quem diga que a mulher cuida muito mais das heranças do que os homens. Em geral, a mulher dá mais valor ao dinheiro do que o homem. O homem dá mais valor ao bem.”

“Ainda hoje em dia, os homens são mais dependentes das mulheres. E, no meio rural, essa dependência é mais vinculada do que nas cidades. Eu nunca fui habituado a fazer as lides domésticas. Aprendi a fazer já muitas coisas, mas o que quero dizer é que, por educação, esses conhecimentos não são transmitidos aos homens, mesmo nos dias que correm. Penso que o preconceito de que a mulher ocupa o lugar de fada do lar ainda influi, mesmo que inconscientemente, no pensamento das sociedades modernas.”

“No geral, os homens são mais sociáveis do que as mulheres. As mulheres sabem “guardar melhor a capoeira.”

“No nosso meio, agora já nem tanto, mas os homens eram os únicos a fazer vida de café. E conservam mais os amigos de infância. Essa oportunidade que os homens tiveram mais do que as mulheres levou-os a desenvolver mais as suas competências e apetências sociais.” ■

Agradecemos a presença e a participação de:

Olga Maria Fernandes; João Carlos Fernandes; João da Graça Lourenço; José Henriques; Justina Cruz; António Cruz; Maria de Fátima Mendes; João Mendes



OS GRANDES TEMAS TAMBÉM SÃO TEMAS DE DEBATE



Debate em Penamacor, 20 de maio de 2016

“A mulher da nossa zona sempre foi mais poupada do que as de outras zonas do país. É diferente da mulher alentejana, por exemplo, que trabalhava de sol a sol para o grande latifundiário. Aqui, como toda a gente tem uma pequena parcela de terra, a mulher nunca foi tão escravizada como noutros locais.”

“Hoje em dia, a mulher é mais livre e independente do que em décadas passadas. Essa liberdade foi conquistada pela própria mulher. A mulher só pode ser livre, na medida em que lute pela sua liberdade.”

“O homem também tem participado no processo de liberdade da mulher. No momento em que inventou a máquina de lavar roupa, o aspirador, a máquina de lavar loiça, o homem ajudou em muito a mulher a suavizar as tarefas domésticas e, conseqüentemente, a ganhar mais tempo para fazer outras coisas de que goste.”

“O homem não tem duas mãozinhas no fundo dos braços como a mulher? Podia simplesmente ajudar a mulher a realizar as tarefas domésticas e não inventar máquinas para facilitar um trabalho que sempre foi empurrado para as mulheres. E sabe-se lá se foi um homem ou uma mulher a inventar a máquina de lavar roupa...”

“Vendo de outra perspetiva, penso que as máquinas vieram foi aumentar a escravidão da mulher, uma vez que a mulher teve de passar a trabalhar mais para conseguir o dinheiro necessário para adquiri-las.”

“A mulher continua a ser muito mais sacrificada do que o homem ainda hoje. Ela, tal como o marido, vai buscar o seu sustento fora de casa e ainda tem de cuidar da maior parte do trabalho de casa, da família, da educação dos filhos. Com sorte, a mulher pode encontrar um companheiro que a “ajuda”... É horrível, porque a igualdade não é isso. Se ambos trabalham fora, ela não devia precisar de dizer ao marido “olha, descasca as batatas, ou vê o bebé que está a chorar”. Não! Essa iniciativa deveria de partir deles, só assim estaríamos perante uma igualdade de género. Ainda muita coisa tem de mudar para que a igualdade seja conseguida. Os homens não têm que ajudar a mulher, eles têm de estar ao lado.”

“Julgo que os filhos vêm acabar com uma igualdade que se tenta estabelecer entre homem e mulher. Se o casal decide não ter filhos, essa igualdade consegue-se. Com filhos, não. Não concordo. À exceção de amamentar, todas as tarefas cuidadoras relativamente a filhos podem ser partilhadas. Apenas a gravidez, o parto e a amamentação têm de ser exclusivas da mulher. De resto, todas as tarefas são coisas que também os homens podem fazer.”

“Se um é melhor numa coisa do que o outro, então um é mais fraco do que o outro. E aqui compromete-se a igualdade. No fundo, a igualdade não existe, porque cada pessoa é uma pessoa, cada caso é um caso, cada território é um território, cada local é um local, e o problema é que quem tem pretensões a governar o coletivo acha que os tais estereótipos são a forma mais eficaz de governar a multidão.”

“Vou contar uma situação que assisti. Em meio rural, numa aldeia pequena do interior, a maior parte da pouca população que existe são mulheres viúvas. Essas mulheres nunca tinham entrado num café, nunca tinham convivido com as amigas, a não ser em contexto de trabalho. A partir do momento em que ficam viúvas, elas vão para o único café da terra e convivem diariamente. Estamos a falar de uma geração que anda nos 70-80 anos, mas é triste ver que estas mulheres só tiveram liberdade depois de enviuvarem. Felizmente, com as gerações mais recentes, as coisas já são diferentes. As sociedades têm vindo a evoluir, sobretudo, ao acesso à educação por parte das mulheres que as gerações mais antigas não beneficiaram. E essa educação trouxe às mulheres uma maior consciência social, política, económica, etc., que lhes permite intervir de forma diferente na sociedade. A educação é o pilar de todas as mudanças.”

“Até à Reforma de Veiga Simão no ensino, nos anos 70, enquanto que os rapazes só concluíam o ensino primário se fizessem a quarta classe, as raparigas atingiam a escolaridade mínima obrigatória com a terceira classe.”

“E, no caso do professorado, uma professora não podia casar com outro indivíduo que não fosse professor, a não

OS GRANDES TEMAS TAMBÉM SÃO TEMAS DE DEBATE



ser que provasse que tinha rendimento igual ou superior ao dela. Já o professor podia casar com quem quisesse.”

“De longe, a mulher faz mais falta ao homem do que o homem à mulher.”

“Antigamente, se uma mulher enviuvasse, via-se obrigada a casar novamente, para poder acabar de criar os filhos. Agora, a mulher quando enviúva já não volta a casar. Aproveita para gozar a reforma. Como já tem independência financeira, não precisa de arranjar um marido para pagar as contas e sustentar os filhos. Portanto, antigamente, era o homem quem fazia mais falta, hoje, é a mulher.”

“Eu acho que, mesmo antigamente, era a mulher que fazia mais falta ao homem também. O homem ia para o café beber copos e fumar. Quem é que sempre tratou da casa, da comida, da roupa? Eles não sabiam desenrascar-se sozinhos. A mulher sempre teria ajuda de uma vizinha ou de uma amiga. Ao homem, ninguém iria lá ver se ele estava bem. Nem hoje nem nunca.”

“Li, há uns tempos, numa revista, que a depressão e a taxa de suicídio entre os homens está a crescer, porque eles não sabem lidar com este novo paradigma da independência das mulheres. Eles sentem-se ameaçados e não sabem lidar com isso.”

“Isto é tudo verdade se pusermos o aspeto económico à frente de tudo o resto. E é tudo mentira se colocarmos na frente o valor sentimental, afetivo e até sexual. Resta saber para onde está a sociedade a evoluir. Estamos evoluindo para dar valor ao dinheiro ou para dar valor, sobre todas as coisas, ao afetivo e ao humano? Qual é o sentido da evolução?”

“Eu discordo de algumas coisas que aqui foram ditas, não no sentido de as contrariar, mas de as ver de outro prisma. Quando se diz que, nas comunidades rurais mais antigas, a mulher precisava mais do homem, porque dependia financeiramente dele, julgo que não é bem assim. Na grande maioria destes grupos familiares, o homem precisava muito mais da mulher para gerir o seu próprio dinheiro. Na nossa Beira Baixa, a mulher era a gestora da própria família. São muitos os casos de homens que, após terem ficado viúvos, a vida descambou por completo. Nos meios rurais, as decisões financeiras, ainda que iniciadas pelo homem, eram, muitas vezes, terminadas pela

mulher. “Oh Joaquim, queres-me vender isto? – A minha mulher é que sabe”, “Oh Manel, tens cá batatas? – Não sei se a minha Maria ainda as quer vender ou não”.”

“Mesmo os EUA só concederam o direito de voto às mulheres no princípio do século XX. No final do século XIX, havia mulheres que lutavam por esse direito de voto e a primeira coisa que elas contestavam era quem iria decidir que, nós mulheres, votemos numa Assembleia onde não há uma única mulher. Com certeza que não seriam os homens a abdicar de direitos seus para os darem a outras. A mulher teve de lutar - e muito - para ter um tão simples direito de voto. No que diz respeito a outros direitos, se não for a mulher a lutar por eles, é muito difícil que os homens lhes concedam.”

“Para mim o “falem com a minha Maria, ela é que sabe” são histórias para criancinhas. É verdade que isso se diz. Mas, quando chega a hora do travesseiro, as coisas mudam de figura.”

“E agora até é muito usual cada um ter a sua conta e gastar o seu próprio dinheiro.”

“Podemos concluir que, de uma forma ou de outra, as mulheres estão dando passos para melhorar a sua vida.”

“Não é possível estar a definir coisas de aplicação geral. Esse é o erro de todas as governações. Em vez de governarem em proximidade, em vez de fazerem leis específicas para determinados territórios, os governantes sentam-se nos cadeirões nos gabinetes e fazem leis de aplicação geral. Não conhecem sequer os territórios para os quais estão a enunciar as leis gerais. E depois, claro, que as coisas não resultam. As leis deveriam ser feitas o mais próximo possível do lugar onde elas se vão aplicar. Há muito tempo que isto deveria ser feito. Mas quando se fala nisto, aparecem logo as desculpas ligadas aos compadrios do poder local. Depois, não se fazem as leis a nível local, mas fazem-se no Terreiro do Paço, onde não existem compadrios, existem amantes!” ■

Agradecemos a presença e participação de:

Maria da Conceição Vieira; Isabel Maria Nogueira; Francisco Cruchinho; Maria Luisa Alexandre; Maria Augusta Sá e Silva; José Lopes Nunes; Maria Alice Martins; Elísia da Fonseca; Teresa Caldeira; José Caldeira; Maria da Luz Anastácio; Maria Salgueira; Maria de Lurdes de Campos; Maria José da Silva



João Alves

63 anos

Presidente da Freguesia de Meimoa

“As crianças pedem aos pais para ficar na Meimoa durante as férias”

Chegado aos 60 e à aposentação como administrativo do Hospital de Castelo Branco, João Alves sentiu o chamado da terra. Encaixada no sopé da Serra da Malcata, Meimoa descansa na melancolia do abandono. Este filho regressou à aldeia e abraçou-a em proteção e cuidado. Assumiu a liderança dos destinos da Meimoa, num percurso natural já com 20 anos nas lides autárquicas. Depois de tesoureiro, aceitou o desafio de encabeçar o executivo local e realiza agora o seu primeiro mandato. Orgulhoso e cioso das suas raízes, é com regozijo estampado no olhar que afirma que, contrariamente ao que afirmam na maioria das aldeias do território da Beira Interior Sul, a Meimoa é feita de gente unida e sacrificada pelo bem comum da aldeia, cada um contribuindo para o todo, qual retalhos de uma manta laborada em união e dedicação.

Explique-me o que é ser unido num território de sempre apregoadas desuniões.

O trabalho torna-se uma espécie de convívio entre os meimoeses. A zona de lazer, que é a nossa sala de visitas, é exemplo disso. No ano passado, decidimos cimentar uma zona para as crianças e solicitámos a colaboração de diversas pessoas. Na hora, todas estiveram presentes. Graças a elas, não gastámos um tostão em mão-de-obra. Há dois anos, também decidimos realizar pinturas de muros e, mais uma vez, recorremos à ajuda da população que, prontamente, aceitou o desafio. Tanto num caso, como no outro, a única despesa foi de materiais.

Em termos estatísticos, como estão os números da população da freguesia?

A população tem vindo a decrescer acentuadamente. Somos, atualmente, cerca de 250 habitantes. As pessoas vão falecendo, numa média de 15 óbitos anuais, e não temos capacidade de rejuvenescimento. Além disso, são poucos os que foram embora e regressam à Meimoa. No entanto, há pessoas a recuperar casas de família e a vir passar os meses de verão. E há um dado curioso. É que são as crianças, filhas e netas de emigrantes, que pedem aos pais para ficar na Meimoa nas férias. Quando chegam, os pais procuram o tradicional turismo de sol e praia do litoral, mas os miúdos pedem para ficar, porque ao longo da sua estadia, vão fazendo amizades que se mantêm ao longo dos anos.

Então no verão a aldeia renasce...

No verão, a aldeia chega a ter cerca de quatro mil habitantes. Quase todos os fins-de-semana estão preenchidos com atividades. Começamos com uma mostra/feira de artesanato, pouco divulgada, é certo, uma vez que é inteiramente realizada com a prata da casa. Também fazemos a recriação da atividade da ceifa, com todas as démarches necessárias. Os participantes trajam como antigamente, vão à ceifa, trazem a semente, que é depois tradicionalmente malhada a mangual. Fazemos a cozedura do pão. Realizamos ainda a Festa do Emigrante e passeios pedestres. Além disso, a Junta conta com a colaboração da Associação Cultural e Desportiva dos Amigos da Meimoa para



realizar, pelo menos, em cada mês, um evento na freguesia, durante todo o ano, atraindo pessoas de outras localidades a participar e que trazem movimento à nossa aldeia. Vamos ainda inaugurar, no antigo espaço do Jardim-de-infância, uma mostra de artesanato, que ficará patente ao público brevemente. Acolherá trabalhos ligados sobretudo à arte da pastorícia.

Está nas mãos da Junta atrair mais população para a freguesia?

É um pouco difícil. A agricultura está moribunda. Os campos estão despovoados. Gastou-se muito dinheiro com um regadio que não foi solução, porque, apesar de abandonados, se houver alguém interessado em fazer agricultura ou desenvolver um projeto agrícola, não consegue alugar os terrenos. Os proprietários não abrem mãos das suas terras. Esta geração ainda tem o sentido da posse, porque antigamente só os ricos possuíam terrenos. Resultou disso um emparcelamento que não funciona, na medida em que há muitos terrenos que não chegam ao hectare. E, sem escala, não há pessoas a investir em negócios agrícolas. Apenas vai restando uma agricultura de subsistência. O resto é mato. E é uma pena, porque estas terras têm muito potencial, com torneiras a jorrar água em abundância. Penso que a situação só pode melhorar quando existirem novas políticas de agricultura.

E o turismo? Pode ser uma aposta viável na freguesia?

Meimoa é um local de passagem. As pessoas não ficam. Não dispomos de muita oferta de alojamento, nem de estruturas vocacionadas para o turismo. Felizmente, temos o hotel em Penamacor que consegue dar resposta às solicitações. Na Meimoa, dispomos apenas de dois restaurantes com dormidas, destinadas sobretudo a trabalhadores que sazonalmente aqui se encontram. Mas temos

pontos de atração turísticos. Há a Serra da Malcata, e toda a sua riqueza natural e paisagista, e a transformação da Barragem da Meimoa em zona de lazer, que foi uma aposta forte da Câmara Municipal, através da construção de bungalows. É uma obra recente, veremos se constitui uma mais-valia para a freguesia e para o concelho.

A Junta dá as respostas sociais que a freguesia necessita?

Sim, temos o Centro de Dia de São Domingos a funcionar plenamente e a receber utentes da Benquerença, que não tem capacidade de resposta. Está situado no primeiro andar do edifício da Junta de Freguesia, com acesso algo dificultado. E é uma pena que as antigas escolas primárias não sejam aproveitadas para essa infraestrutura. Por falta de subsídios ou, diria até, vontade política, a obra não vai avante. As pessoas idosas teriam um espaço livre quando no atual Centro de Dia estão confinadas a uma sala. O médico vem semanalmente e o enfermeiro duas vezes por semana. É uma resposta satisfatória, mas tenho de sublinhar que é a Junta de Freguesia que está a suportar todas as despesas de manutenção e limpeza inerentes ao posto médico de Meimoa.

Qual é a obra que não quer deixar de fazer antes de terminar o mandato?

Gostava de ver o Centro de Dia a funcionar nas antigas escolas primárias. É muito difícil que se venha a concretizar, mas seria uma grande alegria. Ali estariam reunidas todas as condições de bem-estar no acolhimento de idosos. A localização privilegiada permitiria que os utentes, a qualquer momento, pudessem usufruir da zona de lazer, desfrutar da natureza, passear na relva, ouvir o gorgolejar da ribeira... Outra obra fundamental passa pela recuperação de algumas calçadas em mau estado na aldeia. ■



Louriçal do Campo (Castelo Branco)

Chegou em solução discreta, palavras que tardam no olhar e se perdem em relutantes silêncios. Chegou sem fôlego, agastada pela corrida da efêmera existência, esquiva ao novo passo. Chegou em jeito manso, de ouvido apurado para o inaudível, como pena deitada ao vento, até beijar o leito em inesperado descanso. Chegou trémula e hesitante, amparada em espiral de cogitações, remoinho de dúvidas e

tempestade de incertezas, e espreitou pelo fio de luz da porta entreaberta que surgia. Chegou. A medo, mas chegou. E arriscou entrar. Chegou a esperança. O brilho da alma que torna as coisas visíveis e possíveis. A incandescência do olhar que se abre em iridescente mudança do espírito. O fulgor de fazer de novo. De novo. E de novo. Outra vez. Mais uma vez. Acreditar. Haja esperança.



Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Ana Carneiro, Joaquina da Silva, Emilia Serra e José Breia Custódio.



O Voluntariado em Família (Penamacor)

Segundo a definição das Nações Unidas, *“o voluntário é o jovem ou o adulto que, devido ao seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social, ou outros campos...”*.

Na Academia Sénior de Penamacor | ADRACES, temos a sorte e a agrado de termos vários elementos das mesmas famílias que, de acordo com o seu tempo livre, contribuem para este projeto em proveito da comunidade, e são professores voluntários nas mais diversas áreas.

Senão vejamos: Filipe Batista, que é técnico superior na Câmara Municipal e tem a empresa *“Recantos de Lazer”*, é o professor de Expressão Físico/Motora. A sua mãe, Lurdes Leitão, dá aulas de Bordados. Já da Família Geraldês, que conhecemos do *“Grupo 2ª Geração”*, a Inês é a professora de Danças Sénior, o Eduardo (marido da Inês) coordena a turma de Mú-

sica, e o Paulo (irmão do Eduardo), uma das turmas de Internet.

O Nuno Silva, professor de Educação Física, é o nosso professor de Hidroginástica, já a Susana (que é sua companheira) é empresária, técnica de massagens e tem um gabinete de estética em Penamacor, orienta as aulas de Massagens e Movimento Corporal. A Gracinda, que é mãe da Susana, é a professora de Artes Manuais e o João Mateus, que é tio e cunhado, respetivamente da Susana e da Gracinda, encarrega-se do Restauro e Conservação.

Atuar como voluntários é ter um ideal para fazer o bem, que assenta na solidariedade com o próximo de uma forma livre e organizada, ao serviço de outras famílias e da comunidade em geral.

Só temos que agradecer a estas três famílias que dispensam o seu tempo em benefício deste projeto, que é um projeto de todos e para todos.



Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Eduardo, Inês, Paulo Geraldês, Filipe Batista, Lurdes Leitão, Nuno Silva, Susana Crucho, João Mateus e Gracinda Crucho.



Vilas Ruivas (Vila Velha de Ródão)

Pintura esfumada em pinceladas soltas de luz e movimento de autoria impressionista. É o que a vista alcança no topo de uma aldeia que se espalha em variações de cores naturais em jeito de produção pictórica. Focando de perto, as silhuetas desenham-se na contraluz, obscurecidas por solitários jogos de sombras perscrutando o desconhecido horizonte. Habitando os olhos à luz, desvendamos uma mão que repousa no regaço, um semblante tisonado pelos ares do campo, um olhar perdendo-se em aviões rasgando o céu, mais um copo de três para o camião, a bisca que se arrisca na próxima jogada, um

dedo levado aos lábios para desfolhar as novidades que se gastam pela cidade, a velha anedota que tem sempre piada, o cão balsando carinhos, o canário na gaiola entoando árias de liberdade. Fragmentos de quotidianos de quem desfia um lento viver. Pedacos de histórias por viver. Resquícios de sobrevivência. Trechos de vitórias. E de sacrifício. Excertos de coragem e força dos que teimam, dos que acreditam, dos que resistem todos os dias. Dos que mostram ser possível em terras de impossíveis. Todos os dias. Todos os dias.



Da esquerda para a direita, de cima para baixo: João Ribeiro, Joaquim Carmona, Maria Gabriela Correia, António Esteves, Nazaré Silva, Manuel Carmona e José Pereira.



Os Rostos Jovens de um “Velho” Território (Idanha-a-Nova)

Não é novidade. São muitas as pessoas que saem do interior ou das zonas rurais e escolhem as cidades para viver.

Mas há exemplos no sentido inverso, de quem escolheu ou refez escolhas, e ficou ou regressou à aldeia onde nasceu ou na qual tem uma ligação familiar muito forte. Há ainda quem considere que é simplesmente o melhor local para VIVER, educar os filhos e ter outras oportunidades de vida.

Por cá, ainda encontramos rostos de jovens que procuram criar raízes num território que alguns chamam de Rural/Envelhecido, mas que, para outros, é um território de oportunidades.

Para estes rostos, ainda existe a oportunidade de poderem trabalhar e viver num território que lhes oferece condições profissionais e qualidade de vida, mesmo contra a vontade de alguns sentimentos de incertezas entre o sair e ficar.



Da esquerda para a direita, de cima para baixo: Eunice Lopes, Joana Nunes, Nuno Pina Costa, Max Ruivo, Sandra Rebelo e Tânia Cabral.



A Estratégia de Desenvolvimento Local Portugal 2020 - DL

No ano em que se comemoram os 25 anos do lançamento da Iniciativa Comunitária LEADER, e da qual a ADRACES foi pioneira no território da Beira Interior Sul, são lançadas as primeiras linhas de apoio ancoradas nesta abordagem LEADER, sob o figurino “Desenvolvimento Local de Base Comunitária” (DLBC), e que são parte integrante da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), delineada pela Parceria GAL BIS 2020 para o território da Beira Interior Sul, no horizonte 2020.

Apresentando-se como um programa de desenvolvimento gerido localmente – abordagem ascendente – e colocado à disposição do território da BIS, foi atribuída à EDL a vocação específica de promover a revitalização e dinamização económica, social, ambiental e cultural da BIS, afirmando-se como um quadro de referência no processo de estancar e inverter a fragilização da base socioeconómica local e de promover a melhoria do bem-estar das populações, assente no aproveitamento do potencial endógeno que a região tem para oferecer.

Enquadrada nesta visão estratégica para o território e de forma mais operacional, a EDL foi estruturada em torno dos seguintes Objetivos Estratégicos (Eixos), desagregados em objetivos específicos (OE):

Eixo 1 - Mobilização do potencial económico dos recursos endógenos, promovendo a qualificação e diversificação da Economia Rural e a animação económica da BIS

- OE.I.1. Valorização das produções atividades primárias e agroindustriais
- OE.I.2. Consolidação do potencial turístico da sub-região
- OE.I.3. Diversificação e qualificação das atividades da Economia Rural

Eixo 2 - Valorização do património e da identidade rural

- OE.II.1. Preservação e recuperação dos elementos naturais diferenciadores
- OE.II.2. Valorização económica dos recursos naturais e culturais

Eixo 3 - Animação económica do território

- OE.III.1. Animação económica do território
- OE.III.2. Promoção do empreendedorismo

Eixo 4 - Capacitações dos atores locais para o trabalho em parceria e para a cooperação

- OE.IV.1. Promoção da cooperação e do trabalho em parceria

A matriz de intervenção presente nos Eixos estruturantes e vertentes de intervenções contempladas na EDL operacionaliza-se a partir da mobilização de um conjunto de medidas inscritas nos dois Programas financiadores: o PDR 2020 e o Programa Operacional do Centro 2020, enunciadas nos quadros sínteses das medidas (colocar os mapas aqui, no seguimento do texto).

A mobilização destas medidas, atribuídas pelos respetivos programas enquadradores aos DLBC

Rurais, e que, pela primeira vez, apresentam uma dimensão plurifundo (além do FEADER, mobiliza financiamento do FEDER e do FSE), teve como pressuposto uma atuação interligada e concertada, nos domínios económico, social, ambiental e cultural, concorrendo, em conjunto e complementarmente, para o desenvolvimento sustentável, a competitividade económica, a valorização cultural e a coesão territorial e social.

Este novo modelo de financiamento (plurifundo) e governação (diferentes tutelas), que no plano conjectural elevou as expectativas ao nível das novas oportunidades que enunciava, nomeadamente a possibilidade de uma resposta integrada das EDL aos desafios e necessidades dos territórios e comunidades locais, a partir do aprofundamento da coerência estratégia entre os diferentes níveis de programação e implementação de políticas, na prática tem vindo a revelar algumas limitações importantes.

Desde logo, o facto de deixar de fora alguns dos domínios essenciais e históricos de intervenção das ADL's, e que foram inscritos na EDL, como o apoio ao associativismo local (cultural, recreativo, desportivo) e aos serviços de proximidade, no quadro de estratégias integradas de dinamização das economias locais e de melhoria da qualidade de vida.

Outro constrangimento a assinalar, que, a manter-se, irá limitar fortemente os impactos e resultados da implementação da EDL, prende-se com as dotações orçamentais atribuídas aos DLBC Rurais. No global, houve uma redução da dotação do FEADER para o LEADER de 10% do PRODER (2007-2013) para 5% do PDR 2020, e que não foi compensada com a alocação dos fundos FSE e FEDER dos PO's Regionais, nomeadamente o PO Centro 2020.

No caso concreto do orçamento aprovado para a DLBC Rural do GAL BIS 2020, cifrou-se nos 5.414.809,86€, o que representou um corte de 57% em relação ao que foi proposto em candidatura (12.791.527,78€). Comparando com o anterior período de programação, o valor aprovado foi menos 1 milhão e 800 mil euros (menos 25%), e cerca de metade do total que foi executado, decorrente do reforço que ocorreu em dois momentos (reserva de eficiência e overbooking) e que representou a entrada no território de mais de 4 milhões e 800 mil euros.

É, de resto, com esta expectativa de que as verbas para o território, tal como no passado, serão reforçadas, e motivados pelo facto de o GAL BIS 2020 ocupar, na região Centro, os primeiros lugares na atribuição das verbas, decorrente da candidatura que apresentou, que encaramos o novo período com grande sentido de missão e responsabilidade e optimismo em relação aos resultados e qualidade das intervenções.

LEADER – Relações entre Ações de Desenvolvimento Rural

LEADER representa uma abordagem inovadora no quadro da política de desenvolvimento rural, tendo em vista diversificar as atividades económicas dos territórios rurais mediante a aplicação de estratégias de desenvolvimento territorial inovadoras, integradas e participativas.

Teve início em 1991 e desenvolveu-se até 2006 como Iniciativa Comunitária, ou seja, como programa comunitário autónomo. A partir do período de programação 2007-2013 passou a estar integrado nos Programas de Desenvolvimento Rural, no âmbito dos quais se designou desde então como Abordagem LEADER.

DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária

O Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC) é uma abordagem territorial, através da qual são implementadas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) concebidas por Grupos de Ação Local (GAL) com uma estreita ligação ao tecido social, económico e institucional de cada território, visando o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida das populações. É uma metodologia, inspirada na metodologia LEADER, para os Fundos FEIE, que:

- É focalizada para territórios sub-regionais específicos;
- Está orientada para a comunidade, por grupos de ação local compostos por representantes dos interesses socioeconómicos públicos e privados locais;
- É concretizada através de estratégias de desenvolvimento local integradas e multisectoriais baseadas numa área, concebidas com base nas necessidades e no potencial locais; e que
- Tem em consideração necessidades locais e potenciais, incluindo funcionalidades inovadoras no contexto local, trabalho em rede e, quando necessário, cooperação.

Grupo de Ação Local GAL BIS 2020

Parceria, já reconhecida nos anteriores períodos de programação, formada por 40 representantes locais dos sectores público, privado e sociedade civil, e representam os principais atores da vida económica e social da BIS. Propõe-se formular e implementar a Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDL), na vertente DLBC Rural, para o território da Beira Interior Sul no horizonte 2020.

para a Beira Interior Sul no Quadro do BC Rural/LEADER

Dotação Orçamental atribuída à EDL		
5.414.809,86€		
FEADER	FEDER	FSE
3.186.568,72€	1.061.571,14€	1.166.670,00€

Despesa pública

PDR 2020 – FEADER

Regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas

Condições:	Promovidos por pessoas singulares ou coletivas que exerçam atividade agrícola há mais de 1 ano ou Jovens Agricultores (com candidatura aprovada). Que tenham recebido pagamentos diretos de valor inferior a 5.000€ e volume de negócios inferior a 50.000€;
Montantes de Investimento:	Entre 1.000€ e 40.000€
Taxa de Financiamento:	50% (não reembolsável)

Pequenos investimentos de transformação e comercialização

Condições:	Projetos que visem a modernização e capacitação das empresas de transformação e comercialização de produtos agrícolas.
Montantes de Investimento:	Entre 10.000€ e 200.000€
Taxa de Financiamento:	45% (não reembolsável)

Diversificação de atividades na exploração

Condições:	Projetos de investimento não agrícolas nas explorações; Implementados por pessoas singulares ou coletivas que exerçam atividade agrícola ou membros do agregado familiar, mesmo que não exerçam atividade agrícola.
Montantes de Investimento:	Entre 10.000€ e 200.000€
Taxa de Financiamento:	40% ou 50% com criação de postos de trabalho (não reembolsável)

Cadeias Curtas e Mercados Locais

Condições:	Enquadrem-se nos seguintes objetivos: escoamento da produção local; preservação dos produtos locais; diminuição do desperdício alimentar, melhoria da dieta alimentar através do acesso a produtos de época Promovidos por: GAL ou EG; associações de produtores agrícolas; Parcerias constituídas por pessoas singulares ou coletivas que integrem pelo menos 3 produtores agrícolas ou autarquias Locais (apenas para Mercados Locais).
Montantes de Investimento:	Entre 5.000€ e 200.000€
Taxa de Financiamento:	50% (não reembolsável)

Promoção de produtos locais de qualidade

Condições:	Visem: apoiar o desenvolvimento de estratégias comerciais e de promoção de produtos abrangidos por regimes de qualidade; promover a diferenciação e o posicionamento no mercado pela qualidade. Promovidos por agrupamentos de operadores, a título individual ou em parceria, que participem em regimes de qualidade em relação a um determinado produto: DOP; IGP; ETG; Produtos Biológicos; Produção Integrada; Indicação Geográfica de bebidas espirituosas.
Montantes de Investimento:	Entre 5.000€ e 200.000€ ou 400.000€ (3 ou + produtos)
Taxa de Financiamento:	50% (não reembolsável)

Renovação de aldeias

Condições: Projetos que visem a preservação, conservação e valorização dos elementos patrimoniais locais, paisagísticos e ambientais

Promovidos por: pessoas singulares ou coletivas de direito privado; autarquias locais e suas associações; outras pessoas coletivas públicas; ou GAL ou EG.

Montantes de Investimento: Entre 5.000€ e 200.000€
Taxa de Financiamento: 50% (não reembolsável)

PO CENTRO 2020 – FEDER

Projetos de Investimentos para a expansão de pequenas e microempresas

Condições: Projetos de investimento para a expansão de pequenas e microempresas existentes de base local ou para a criação de novas empresas e pequenos negócios

Investimento: Máximo: 100.000€
Taxa de Financiamento: 50% (não reembolsável)

Património Cultural e Natural

Condições: Projetos que visem a recuperação, preservação e transmissão do património cultural e etnográfico, incluindo saberes e tradições locais

Investimento Máximo: 100.000€
Taxa de Financiamento: 85% (não reembolsável)

PO CENTRO 2020 – FSE

Criação do próprio emprego ou empresa por desempregados ou inativos

Condições: Projetos promovidos por inativos ou desempregados para a criação do próprio emprego /empresa

Projetos de incentivo à criação de redes e programas de apoio ao empreendedorismo por parte destes públicos

Investimento Máximo: 100.000€
Taxa de Financiamento: 85% (não reembolsável)

Parceiros GAL BIS

- Município de Castelo Branco
- Município de Idanha-a-Nova
- Município de Penamacor
- Município de Vila Velha de Ródão

- APABI – Associação de Produtores de Azeite da Beira Interior
- AFLOBEI – Associação de Produtores Florestais da Beira Interior Sul
- ARBI – Associação de Regantes e Beneficiários de Idanha-a-Nova
- APPIZÉZERE – Associação de Proteção Integrada e Sustentável do Zêzere
- BIORAIA – Associação de Produtores Biológicos da Raia
- Cooperativa de Produtores de Queijo da Beira Baixa
- Lourenço & Filhos, Lda.
- OVIBEIRA – Associação de Produtores de Ovinos do Sul da Beira
- AFAF – Associação de Formação Ambiental e Florestal
- CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal

- NATURTEJO – Empresa de Turismo, E.I.M.
- Casa dos Xarês - Turismo Rural, Lda.
- Rotas do Lince, Lda.
- Vasco Manuel Pires Fernandes
- Neves & Mateus, Lda.
- João Ludgero Moreira dos Santos

- APPACDM – Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
- Lar Dona Bárbara Tavares da Silva
- SCM de Castelo Branco
- SCM de Idanha-a-Nova
- SCM de Vila Velha de Ródão
- SCM de Penamacor
- Instituto Social e Cristão Pina Ferraz

- Terras da Beira Baixa – Sociedade de Desenvolvimento Agro-Industrial de Castelo Branco
- Padaria do Salgueiro
- Pequito & Mateus, Lda

IPCB – Instituto Politécnico de Castelo Branco



Academias Sênior



Penamacor e Vila Velha de Ródão. Estes são dois dos concelhos mais envelhecidos e com baixas densidades populacionais do país. Ciente desta realidade, a ADRACES apostou num projeto adaptado às necessidades das pessoas que os habitam, maioritariamente idosos. Tem subjacente um conceito inovador de envelhecimento ativo, focalizado na qualidade de vida dos cidadãos seniores dos dois concelhos. Assim nasceram as Academias Sênior de Penamacor e Vila Velha de Ródão, numa parceria com as Câmaras municipais e juntas de freguesia das duas localidades.

As Academias Sênior pretendem ser uma resposta socioeducativa, que visa criar e dinamizar regularmente atividades sociais, culturais, educacionais e de convívio, preferencialmente para e pelos maiores de 50 anos. As atividades educativas funcionam em regime não formal, sem fins de certificação e no contexto da formação ao longo da vida. O projeto impulsiona a divulgação dos conhecimentos, dos saberes, das tradições, da cultura... dos e para os seniores, bem como outras atividades promovidas pela RUTIS - Associação Rede de Universidades Sêniores de Terceira Idade: Encontros Nacionais de Universidades e Academias Seniores; Concursos Nacionais de Cultura Geral; Festivais de Coros Universitários Seniores, entre outros de nível Nacional.

As Academias Sênior, para além de espaços de conhecimento e envelhecimento ativo, são locais de afeto. Valorizam-se as pessoas, o convívio, a partilha, a interajuda e a solidariedade

de quem, por ironia da vida, vem sentindo que perdeu o seu préstimo e contributo para um mundo que sempre lhes exigiu total disponibilidade, empenho e dedicação.

As Academias na voz dos alunos...

“Mais do que um projeto educativo ou formativo, é um projeto social. Um projeto de todos para todos, onde a união fará a força”.

“Um projeto que pretende fomentar o convívio, o voluntariado, a participação cívica, a interajuda, a solidariedade, a cidadania e o apoio social entre os seniores do concelho”.

“Queria fazer um apelo a todas as pessoas da minha idade, que ainda não vieram à universidade sênior, para que o façam. É um local de convívio, de bem-estar, de aprendizagem. Ajuda a ultrapassar problemas físicos, e sobretudo psicológicos, que existem nestas idades. A Academia Sênior foi o bom-bom que aqui necessitávamos”.

“A maior parte das pessoas, quando chega à idade da reforma, não sabe como ocupar o seu tempo livre. As Academias Sênior vêm preencher esta lacuna na vida de pessoas que ainda se sentem muito capazes e úteis para a sociedade. Ainda bem que existem estes projetos”.

Academia Sênior de Penamacor Ano letivo 2015-2016

Alunos: **115**

Professores: **23**, todos em regime de voluntariado

Disciplinas:

Arte Urbana, Artes Manuais, Bordados, Cultura Geral, Danças Sênior, Ervas Aromáticas I, Ervas Aromáticas II, Finanças Pessoais, Francês, Ginástica, Hidroginástica I, Hidroginástica II, Hidroginástica III, História Regional de Penamacor, Informática I, Informática II, Inglês Inicial, Inglês Intermediário, Inglês Avançado, Internet I, Internet II, Internet III, Massagens e Movimento Corporal, Música, Pauta das Tradições, Pintura em Azelejo, Pintura em Tela, Psicologia, Restauro e Conservação, Teatro e Terapias Alternativas.

Atividades Extracurriculares

Cantar das Janeiras • 3ª Reunião do Corpo de Docentes • Recuperar a tradição - As comadres • Nova Narrativa para a Europa • “I WORKSHOP - Pauta das Tradições” • Dia Internacional da Felicidade • Visita de estudo ao Cantinho das Aromáticas e Livraria Lello • VII Gala de Dança Sênior - Fundão • Rota museológica de Belmonte • Marcha Noturna Solidária “Passo a Passo por Uma Escola” • II Workshop - Pauta das Tradições: Cuidadores da Memória • Visita de estudo a Londres • 1ª Atuação do Grupo Coral da Academia Sênior de Penamacor • Visita ao Parlamento Europeu • Visita à Exposição “abinitio GEOLOGICAMENTE” no Museu de Penamacor • Exposição dos trabalhos realizados pelos Alunos • Degustação de infusões, licores, bolos e bolachas de Ervas Aromáticas • WORKSHOP de Fitoterapia e Ventosaterapia

Academia Sênior de Vila Velha de Ródão Ano letivo 2015-2016

Alunos: **98**

Professores: **19**, todos em regime de voluntariado

Disciplinas:

Hidroginástica, Dança, Culinária, Arranjos Florais, Informática I, Informática II, Leitura, Tecelagem, Saúde, Ginástica, Pintura, Restauro, Música, Inglês, Ervas Aromáticas, Agricultura/Jardinagem e Bordados.

Atividades Extracurriculares:

Abertura Oficial da Academia Sênior de Vila Velha de Ródão • Magusto/Convívio • Visita de Estudo ao Projeto Aromas do Valado no concelho de Idanha-a-Nova • Jantar de Natal • Ação de sensibilização “Viver Mais... Em Segurança” • Ação de sensibilização “Idosos em Segurança”

AROMAS DO VALADO

Localização: Segura
Aromas do Valado, Unipessoal, Lda.

2 postos de trabalho
354 m² de área beneficiada

Investimento total: 145.358,25€
Subsídio PRODER: 87.214,95€



Uma visita à Aromas do Valado é um convite à descoberta de aromas de excelência. Somos, também, os cheiros que retemos na memória e todas as sensações que eles nos provocam. Norteando-se pelos princípios gerais da aromaterapia, na arte de usar óleos extraídos das plantas com fins terapêuticos, a empresa busca proporcionar experiências olfativas e resgatar emoções positivas despertadas pelos olores que nos rodeiam.



Há todo um conceito inovador alicerçado no desenvolvimento do projeto. Toda a produção de plantas aromáticas e medicinais é biológica e destina-se à destilação de óleos essenciais para posterior transformação em produtos terapêuticos, cosméticos, de higiene e bem-estar, e alimentares. Os produtos são de alta qualidade, 100% artesanais, registados pelo Infarmed e cumpridores dos parâmetros da farmacopeia europeia. A esteva e o rosmaninho são os grandes protagonistas deste universo aromático.



Mas a Aromas do Valado pretende ser muito mais do que uma empresa de cultivo e transformação de plantas aromáticas autóctones. As suas ambições passam igualmente pela formação e a qualificação, em temáticas ambientais, biológicas e processos de fabrico tradicionais, através de visitas pedagógicas, oficinas, experiências e consultoria. Mais ainda. A marca pretende, no cúmulo, transformar-se numa referência a nível mundial, através da realização de grandes eventos internacionais sobre plantas aromáticas.



CASA DOS XARÊS

Localização: Couto dos Correias
Avaliação no Booking – 9.0 Soberbo
Casa do Xarês, Turismo Rural, Lda.

6 quartos /Capacidade 11 pessoas
2 postos de trabalho
470 m² reconstruídos

Investimento total: 291.732.79€
Subsídio PRODER: 175.039.67€



Aqui, o humano, toda a sua presença e intervenção, é apenas uma minudência no colosso natural do Parque Natural do Tejo Internacional, onde a casa se insere. A vista desafoga-se por uma extensão infinda que chega à Serra da Estrela. Para quem procura comunhão com a Natureza, este é o refúgio perfeito. Aprecie, do terraço nas traseiras, o esplendoroso espectáculo de um pôr-do-sol raiano de verão, numa fusão inesquecível de cores, sons e cheiros.



Os apreciadores de equídeos poderão desfrutar da liberdade de trotar pela vastidão do Parque Natural. Para quem gosta de pés assentes na terra, a envolvente permite inúmeros passeios para observação de flora e fauna da região e é o cenário idílico para um clima de romance.



Os sabores também não ficam esquecidos. A proprietária garante manjares tradicionais e de cozinha internacional saídos das suas próprias mãos para deleite dos seus hóspedes. Não deixe de experimentar o azeite aromático, os picantes e as compotas de produção caseira. E, como recordação da estadia, pode ainda adquiri-los na loja de lembranças adjacente ao empreendimento turístico.



<https://www.facebook.com/casadosxares>
www.casadosxares.pt

PADARIA ROSMANINHO

Localização: Rosmaninhal
Galante & Vinheiras - Indústria de
Panificação, Lda.

2 postos de trabalho
Aquisição de equipamento administrativo,
produtivo, maquinaria e equipamentos, e
viatura

Investimento total: 77.529,77€
Subsídio PRODER: 46.517,86€



Cheira a pão e a bolos assim que se irrompe porta adentro. E, de imediato, sentimos um aconchego que nos faz querer ficar e sentar. A pequena cafetaria tem um toque moderno, mas a sua alma é feita da mesma matéria com que se molda a tradição e a família. Aqui se servem os clientes como se fosse gente da casa, com o melhor que se faz na unidade fabril a funcionar nas traseiras do edifício. Pão, bicas de azeite, broas de mel, borrachões, biscoitos, bolos de leite de receita tradicional são algumas das iguarias que podem ser apreciadas na Padaria Rosmaninho. Sabem e cheiram à casa dos avós. Remetem-nos para as felizes recordações de infância. Para os lanches reforçados depois de tardes inteiras de brincadeiras de rua. Para os pequenos-almoços meio estremunhados antes de sair para a escola. A Padaria Rosmaninho também vende pão, bolos e memórias à porta. Poderá encontrá-los pelas ruas do Rosmaninhal, Cegonhas e Soalheiras.



[https://www.facebook.com/
rosmaninhopadariapastelaria/](https://www.facebook.com/rosmaninhopadariapastelaria/)

MERENDAS DO TEJO

Localização: Rosmaninhal

Merendas do Tejo – Padaria Tradicional, Lda.

1 posto de trabalho

Obras de construção de uma padaria tradicional, aquisição dos equipamentos e de uma viatura comercial para distribuição pelo pequeno comércio, famílias e Entidades Públicas ou Privadas.

Investimento total:

97.269,47€

Subsídio PRODER:

58.361,68€



Que melhor sítio para degustar a tradição, senão na sua origem? A padaria tradicional Merendas do Tejo nasceu no Rosmaninhal com o objetivo de apostar na produção de pão e bolaria tradicional, baseada nos saber-fazer de antigamente, recorrendo aos mais recentes e inovadores equipamentos produtivos, que garantem produtos de alta qualidade, com sabores e cheiros que nos remetem para memórias remotas, mas felizes, das gentes das nossas aldeias.



As douradinhas broas de mel, os borrachões de aguardente bem regados, as gulosas bicas de azeite são algumas das iguarias tradicionais que podemos saborear na Merendas do Tejo. E aquele pão quente a estalar quando se desnoca um pedaço para saciar as ânsias do estômago? É produzido com farinha biológica, de acordo com os processos artesanais de fabrico, e é uma delícia.



A empresa está ainda no seu arranque e coze já três vezes por semana. A carrinha percorre já as estradas e ruas da região raiana para levar os sabores à casa de quem os procura. Se preferir adquirir na unidade fabril, a padaria também dispõe de um pequeno ponto de venda no local. Não há desculpas para não conhecer e provar a doçaria e toda a envolvente gastronómica, cultural e social da Beira Interior Sul.



<https://www.facebook.com/Merendas-do-Tejo-1704928789726288/?fref=ts>

QUEIJARIA ARTESANAL FLORES

Localização: Rosmaninhal

1 posto de trabalho

Obra de adaptação, ampliação, remodelação e de recuperação de instalações

para fabrico de queijos, com o objetivo de cumprir com normas de Higiene e Segurança Alimentar e obter o licenciamento da sua atividade.

Investimento total:

24.902,74€

Subsídio PRODER:

12.451,37€



Aqui se produz uma das iguarias mais apreciadas da Beira Interior Sul. Aquela pasta, em forma de roda, de odor intenso e característico, de cor amarelada, e consistência variável consoante o tipo de fabrico. Sim, estamos a falar de queijo. De cabra, mistura, picante e ainda a travia, subproduto do fabrico de queijo.



Maria Manuela Flores e o marido sempre tiveram rebanhos de cabras, para produção de leite e carne. A aventura dos queijos chegou por acaso. Um dia, a pastora decide fazer uns queijos por curiosidade. Dá-os a provar a alguns conhecidos. O sucesso foi tanto, que nunca mais parou de os fazer. Aprendeu com quem sabia, dominou todas as técnicas do processo artesanal de fabrico de queijo. E deu o salto de empreendedora para a construção de uma queijaria.



A inovação teve lugar de destaque. Toda a produção é biológica, desde os pastos dos animais até ao processo de fabrico. A alta qualidade está garantida, num produto que soube aliar a tradição do *modus operandi* a novas técnicas de produção inovadoras e a reinvenções do produto. Não deixe de provar o queijo de cabra com orégãos. É de comer e chorar por mais!



<https://www.facebook.com/people/Queijaria-Flores/100009037721014>

QUINTA DOS TREVOS

Localização: Ladoeiro	3 quartos / Capacidade 6 pessoas	Investimento total:	41.494.60€
Quinta dos Trevos - Turismo em Espaço Rural - Casas de Campo	1 posto de trabalho	Subsídio PRODER:	18.672.56€
	248 m ² construídos		
	Avaliação no Booking – 9.4 Soberbo		



A Quinta dos Trevos é uma alternativa turística aliciante para todos aqueles que gostam de fugir das ofertas tradicionais do mercado de turismo nacional. O projeto nasceu como sendo um Centro Rural de Artes e Ofícios, com oficinas na área do ferro forjado, tecelagem, carpintaria, marcenaria, restauro de mobiliário, entre outras de menor expressão, aberto ao público há 16 anos.



O turismo em espaço rural era um sonho antigo do casal Ludgero e Celsa. A origem de um TER deveu-se sobretudo a uma necessidade de acolhimento aos visitantes e aos participantes nas oficinas artesanais. As oficinas são o centro nevrálgico, a partir do qual surge toda a restante atividade da quinta. São aqui que se constroem os objetos que preenchem os espaços de turismo do projeto.



Aqui há turismo para todos os gostos. Há a tranquilidade do ambiente campestre para uma ligação íntima com a natureza. Há uma piscina para banhos refrescantes no verão. Há passeios pedestres e património para visitar nas redondezas. E, para além de todas estas atividades, há também ateliês artesanais, onde pode participar. Esta é a verdadeira singularidade da Quinta dos Trevos, cujo percurso tem caminhado no sentido da diversificação de ofertas.



CASA DE CAMPO - TAPADA DA SERRA

Localização: Oleado
Leonor Carvalhosa, Unipessoal, Lda.
8 quartos / Capacidade 16 pessoas

1 posto de trabalho
801 m² reconstruídos

Investimento total: 268.360,01€
Subsídio PRODER: 134.180,01€



Apetece encher os pulmões e aspirar toda a portentosa natureza que se espraia pelo horizonte. Dar um mergulho de fim-de-tarde na apetecível piscina que se confunde e mistura com a paisagem. Desfrutar de uma refrescante bebida à sombra do telheiro enquanto se escuta silêncio apenas intervalado por chilreios ou balidos do ambiente bucólico.



É esta tranquilidade que o espera na Tapada da Serra, uma casa de campo recuperada a partir de um típico arraial beirão. Todo o empreendimento emana uma atmosfera nobre, de carga histórica notável, sobretudo pelo aproveitamento de peças antigas, como sejam as de um lagar de varas, ou outras ligadas à tradição familiar da proprietária, estrategicamente espalhadas pela casa - pequenos apontamentos de arte de restauro pelas habilidosas mãos de Leonor Carvalhosa.



Para quem aprecia as atividades campestres, a quinta oferece possibilidade de observar ou participar nos trabalhos de pastoreio e de cultivo agrícola. Os vegetais e frutas produzidos na herdade são totalmente aproveitados para a confeção dos deliciosos pequenos-almoços (sobretudo em sumos e compotas) e merecem uma degustação tranquila no terraço panorâmico da casa.



<http://casadatapada.wix.com/tapada-da-serra>



O Universal é o Local sem Paredes

Domingos Santos

Docente do Instituto Politécnico
de Castelo Branco (IPCB)

Está, atualmente, ultrapassada a tão redutora visão de olhar o rural por contraste e contraponto ao urbano. É uma arrastada quanto anacrónica dicotomia que, hoje, tende a ser substituída pelo binómio local-global, em que, por vezes, de forma tão simplista quanto errónea, se tende a associar o global ao urbano e o local ao rural. Creio que a portentosa definição de Miguel Torga ajuda a lançar luz sobre esta matéria: “o universal é o local sem paredes”.

Já sabemos que a discussão sobre diferenciação das economias está hoje profundamente limitada por uma ideia acerca da globalização que é tributária do princípio da tendencial homogeneização dos sistemas económicos e da noção de que a diferença só existe como recurso instrumental da integração. Há hoje um amplo consenso de que o sucesso competitivo dos territórios repousa menos sobre os determinismos geográficos ou económico-geográficos tradicionais do que sobre a capacidade sociopolítica de iniciativa e de organização. A competitividade é um fenómeno sistémico, vinculando esferas económicas e extraeconómicas.

Parece-me, contudo, que não tardará que se reavaliem as capacidades de iniciativa e as margens de manobra de que os diferentes territórios rurais dispõem. Vai solidificando o entendimento, basilar para a análise e discussão do rural, de que a metodologia adotada não permitirá qualquer tipo de escapatória - e que passa pelo reconhecimento de características territoriais capazes de alinhar os recursos e as atividades com os processos de desenvolvimento rural.

O debate, nesse campo, envolve o caminho a ser percorrido por esses territórios rurais. Alguns estudos caracterizam o território no sentido de perceber as suas potencialidades para a inserção no mercado. Essa análise, porém, encaminharia o debate para um âmbito quase exclusivamente produtivista, nem sempre o mais adequado, sobretudo se partirmos de determinadas perspetivas, e se considerar, por exemplo, o conjunto de relações ecológicas e ambientais a que importa atender. Certamente, a questão territorial significa um passo mais no estudo do desenvolvimento rural. A tradução deste entendimento no terreno nem sempre é, porém, linear e óbvia. Além disso, predomina, frequentemente, entre os empresários das áreas rurais, uma noção muito enviesada e restritiva de inovação, já que frequentemente confundem estratégias de modernização, baseadas na renovação dos fatores de capital físico, com estratégias de inovação, que apontam essencialmente para os fatores de natureza imaterial.

Um dos nós górdios do desenvolvimento nos espaços rurais passa pelo fomento do empreendedorismo endógeno. Mas, convém, naturalmente, que as respostas sejam ajustadas às características do meio. Afetar recursos materiais e humanos ao fortalecimento do empreendedorismo entre as populações locais sem que essas iniciativas estejam articuladas com as realidades empresariais é fomentar uma preocupante dissociação entre economia e sociedade, entre políticas sociais e políticas de desenvolvimento: é, na prática, um convite a que as políticas sociais tenham uma dimensão puramente compensatória e que não sirvam, senão de maneira muito indireta e acessória, para dinamizar a vida económica local.

Os dispositivos de animação empresarial em meio rural são escassos e incipientes, e, quando existem, adotam, não raramente, lógicas muito estandardizadas. Daí, a necessidade de desenvolver meios consagrados à animação de políticas, atuando sobre a estruturação e vertebração associativa e por uma melhor cooperação entre parceiros económicos e sociais. Há que arrear caminho no reforço da componente de animação económico-empresarial: mais formação e capacitação, mais presença em mostras nacionais e internacionais, mais ligação aos centros especializados de saber codificado, mais assunção de responsabilidades na definição e implementação das políticas com incidência nos territórios rurais. Quando as redes sociais são débeis, o reforço dos mecanismos de institucionalização das ajudas promove, não raramente, efeitos perversos e fomenta a cultura de catch-up, levando, tantas vezes, à adoção de comportamentos meramente eivados de lógicas exclusivas e egoísticas de oportunidade. Nesse sentido, estou plenamente convencido que este é um processo absolutamente crítico, já que pode induzir maior conhecimento entre os diferentes atores locais, atenuar desconfiâncias e atavismos, fomentar os laços de cooperação e exponenciar a geografia do desenvolvimento rural, abrindo-o ao mundo.

De igual modo, uma mais aprofundada territorialização de políticas é crível que acarrete maior eficácia nos níveis de intervenção - mas tal, não é linear. As roupagens da tessitura institucional que se encontra no terreno são largamente as do passado, onde preponderava um outro paradigma de intervenção. Renovar políticas é muito mais fácil do que reconfigurar a institucionalidade. E cuidado, como refere o provérbio coreano, “muitos carpinteiros derrubam a casa” - não será pela adição de mais organizações que necessariamente se fará melhor desenvolvimento rural.

É conhecido, também, o voluntarismo tantas vezes míope, que se plasma, no essencial, na desmultiplicação de iniciativas desagarradas, a que falta um cimento de cuidada orientação estratégica. São contextos que geram, frequentemente, dinâmicas conducentes a uma excessiva municipalização dos processos de desenvolvimento, acarretando, também, como consequência, a inibição de estratégias de crescimento e afirmação da sociedade civil, nos seus múltiplos aspetos. Esta é uma questão que reputo da maior importância, já que é forçosa reequacionar a forma e o conteúdo da ação autárquica, também nestas questões, do desenvolvimento rural. Sem querer, alguns municípios podem estar, perversamente, a abafar e a empobrecer as dinâmicas de desenvolvimento rural. Acresce que a procura da singularidade na diversidade, que se tornou uma condição de sobrevivência, não deve encerrar-se em localismos exagerados ou autárquicos.

A retórica e a prática do fomento do trabalho em rede têm criado muitas expectativas. Mas é preciso saber ir a jogo também no campo da cooperação com carácter estratégico. Precisa de tempo, uma variável que se tende a esquecer nos processos de mudança social; precisa de pivotagem e sentido de orientação; precisa de ser dotada de conteúdo que permita ir redesenhando a competitividade dos espaços rurais - e convém que não se enverede por excessos vitamínicos que podem ser contraproducentes à saúde do paciente. ■



Mais e Melhor Europa

João Tàtá dos Anjos

Chefe de Representação interino da Comissão Europeia em Portugal*

Quantos projetos financiados pela União Europeia consegue identificar à sua volta no dia-a-dia? Será fácil. Portugal foi e continua a ser um dos países que mais beneficia dos vários Fundos Europeus Estruturais e de Investimento da União Europeia (UE). No último QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007-2013) quase 60.000 projetos em Portugal receberam fundos europeus. Estes projetos são oriundos de todo o país e abrangem muitos setores: extensão de linhas de metro, escolas, hospitais, museus, piscinas e outros equipamentos desportivos, redes de banda larga, estradas, unidades fabris... e a lista continua. Podemos afirmar que praticamente todos os cidadãos portugueses interagem com e usufruem de projetos financiados por fundos europeus.

De 2014 a 2020 a política de coesão europeia vai enviar para Portugal mais de 20 mil milhões de euros, com especial enfoque em regiões como o Centro, Alentejo e Açores e com cerca de 7,6 mil milhões de euros para combater um dos mais graves problemas do país: o desemprego, nomeadamente o dos jovens. Mais importante do que números é o facto de a Comissão Europeia contribuir de forma clara para uma melhor qualidade de vida dos cidadãos e para reduzir as disparidades entre as regiões europeias. Mais: os fundos europeus foram essenciais para diminuir o impacto da crise económica e financeira de 2008 na vida dos portugueses.

A Comissão Europeia atualmente liderada pelo Presidente Jean-Claude Juncker tem como prioridade número 1 o **Plano de Investimento para a Europa** que vai mobilizar cerca de 315 mil milhões de euros até 2018, usando o dinheiro público como catalisador de investimento privado e criando um ambiente favorável ao investimento. Lançado apenas o ano passado, já mobilizou 100 mil milhões de euros em 26 Estados-Membros, aprovou 64 projetos de infraestruturas e 185 projetos de PME's. Ouvindo as sugestões daqueles que trabalham na economia real, a Comissão está a trabalhar para simplificar a forma como se pode complementar as oportunidades do Plano de Investimento com os fundos estruturais europeus. Ao mesmo tempo também se flexibilizou a possibilidade de agrupar projetos em plataformas.

Os efeitos de um aumento de investimento são conhecidos: é um motor para o crescimento económico, um impulso ao empreendedorismo e inovação e um fortalecimento da competitividade e do emprego. As empresas portuguesas já podem beneficiar das oportunidades do Plano de Investimento através dos acordos de garantia de financiamento com três bancos (Novo Banco, BCP e Santander) para que disponibilizem um total de 420 milhões de euros de empréstimos. Podem ainda promover o seu projeto junto de investidores ou potenciais parceiros no Portal Europeu de Projetos de Investimento - <https://ec.europa.eu/eipp/desktop/pt/index.html> - e procurar assistência técnica na Plataforma Europeia de Aconselhamento ao Investimento - <http://www.eib.org/eiah/> - que será o ponto único de entrada para apoio no desenvolvimento de projetos e na procura de investimento privado e público.

Portugal Europeu

O balanço destes últimos 30 anos é muito positivo para Portugal: o salto gigante que o país deu em apenas três décadas na melhoria da qualidade de vida, em infraestruturas e governação, só foi possível dentro do modelo europeu e com o apoio e a solidariedade da União. Se compararmos Portugal em 1986 (quando aderiu ao projeto europeu) ao país de hoje, a melhoria é exponencial em indicadores tão essenciais como a mortalidade Infantil (desceu de 15.8% para 3.3%), o analfabetismo (desceu de 16% para 5%), o número de jovens com educação superior, o abastecimento de água potável (subiu de 70% para 95% de população coberta) ou as acessibilidades (com um total de autoestradas que subiu de 200km para 2700km). Há ainda um longo caminho a percorrer, agora cada vez mais virado para a sociedade do conhecimento, a tecnologia, a sustentabilidade, a cidadania e a inovação.

Aos ainda muitos desafios que o país tem de enfrentar e muitos pontos em que se tem de adaptar, junta-se o número de crises sem precedentes com que a União Europeia no seu conjunto se depara. É precisamente nestes momentos difíceis - em que custa ver para além das dificuldades imediatas - que importa visitar os seus fundamentos.

O sonho que nos fez juntar ao bloco europeu em 1986 é mais válido do que nunca: paz duradoura, mais prosperidade, um espaço de livre circulação, uma cidadania europeia com base nos valores da solidariedade, da democracia e da sustentabilidade. A União Europeia é composta por 28 países muito diferentes e não é só natural como saudável que haja discordâncias e debate. Desde que não se perca de vista o objetivo comum: dar respostas melhores do que qualquer país consegue dar sozinho. Não há soluções simples e fáceis, mas o futuro será melhor se for com mais Europa e melhor União.

A Representação da Comissão Europeia em Portugal

A Comissão Europeia dispõe de Representações nos 28 países da União Europeia, incluindo uma em Lisboa. Cabe-nos, por um lado, manter a Comissão Europeia a par de qualquer evolução significativa ocorrida no país e, por outro lado, informar as entidades oficiais, os meios de comunicação social e os cidadãos portugueses sobre as iniciativas e políticas da Comissão Europeia e estimular a sua participação, por exemplo em consultas públicas sobre novas iniciativas legislativas. Temos um papel primordialmente informativo, procurando explicar e ser uma fonte de informação útil próxima dos portugueses.

Pode acompanhar as nossas atividades e receber informação regularmente através do nosso website - http://ec.europa.eu/portugal/home_pt - e também nas redes sociais: <https://www.facebook.com/RepresentacaoComissaoEuropeia> e @CE_PTrep no twitter.

Siga-nos



Reencontros Inesperados: Viva as Desigualdades Iguais

Abel Cuncas

– Olha o Careca! Ainda és viv@ (arroba)? Erva ruim não morre nem que a matem... que bom aspeto tens oh Barrento, pareces mais novo de tão luzidi@ (arroba)!

– Deixa-te mas é de gracinhas, quanto mais velho mais extravagante... que porra é essa da “arroba”, tu é que me pareces uma arroba de velha “cuncaria polida” e careca. Que Deus das águas te rolou até este baixio pedregoso?

– Põe-te moço oh “ancestróide”. Vim empurrado por estas águas já tardias, então ainda não aprendeste os novos significados das velhas palavras? Agora já não é preciso dar-nos ao trabalho de escrever ou dizer: ele ou ela, ou o contrário. Para não parecer parcial; basta dizer e escrever o novo símbolo da linguagem eletrónica de comunicação, assim como um A caligrafado com um rabo envolvente, um @ assim para que o símbolo seja entendido como referente aos dois géneros, feminino ou masculino segundo o caso. Tás a ver? É muito mais simples e revela sensibilidade para a igualdade de Género, percebeste? Moderniza-te Barrento!

– Olha, pra te dizer a verdade, não percebi lá muito bem, não senhor, mas então que igualdade é essa, com o símbolo do rabo “envolvente”?

– Lá estás tu a atirar pra malandrice... a igualdade de que se fala nada tem que ver com essas coisas... até nem parece coisa tua homem! O “A” desenhado com rabo envolvente é símbolo da igualdade de género, da igualdade entre o homem e a mulher, estás a compreender?

– Não estou, não senhor... nunca olhei pra nenhum homem com rabo de mulher, isso são coisas que eles chamam desvios ou lá o que é, modernices!

– Continuas Barrento e embrulhado na lama! A igualdade de que se fala é aquela em que cada pessoa, homem ou mulher, mulher ou homem, cada qual com a sua coisa ou coiso bem específicos, sejam tratados da mesma maneira e façam os mesmos trabalhos.

– Isso é que era bom, se a mulher tiver a “inchada” e eu a picareta, os trabalhos não podem ser iguais, não

senhor! E sei bem de que falo, já experimentei com a Margarida Cabreira, e fiquei a ver navios, ela chegou muito mais depressa.

– És a vergonha dos Cuncas, com tantos séculos de idade e cada vez estás mais ao natural, mais calhau! Deixa de ser barrento, lava-te para agradar às cuncas das nossas águas. Já que és Burro, pelo menos que sejas limpinho. Temos que ser iguais a elas!

– Isso é que não! Não e não... iguais a elas nunca! Lá respeitinho e afago sim senhor, mas essa da igualdade deve ser lembrança de algum político para nos lixar a vida. Já pensaste ... se fôssemos todos iguais haveria o dobro do desemprego... mete na tua cabecinha de pedra que a diferença é que cria as oportunidades, se fôssemos todos iguais estávamos lixados e nós a termos que esfregar os encardidos nas cuncas ásperas das ribeir@s de rabinho pró céu e elas debaixo do castanheiro a rachar os troncos para a lareira, ou outras situações que não lembram ao diabo... não quero nem pensar... cruzez canhoto. Eu igual à minha Zulmira... e ela feia e peluda como eu, morria de susto! Não pode ser... seria uma coisa horrível de se ver... todos iguais... credo... Nem iguais nem a fazer as mesmas coisas, cada qual a lutar pelo seu bem-estar é que é, com ajudas mútuas, sim senhor, mas cada um com o que é.

– Ai Barrento, Barrento, põe-te a rolar por esse Mundo fora para ver se aprendes as ideias de agora... estás amarrado aos pensares de antigamente e o futuro está na igualdade de género.

– Abel, Abel, quando fores capaz de te sentir e ser verdadeiramente Mulher neste Mundo, aí acreditarei na tua apregoada igualdade, até lá... vamos andando e vamos vendo. ■





NESTA EDIÇÃO DESTACA-SE:

GRANDE TEMA 04

“Nas áreas rurais, as mulheres são responsáveis pela produção de metade dos alimentos e por realizarem dois terços do trabalho a nível mundial e, no entanto, 7 em cada 10 das pessoas que passam fome são mulheres, detêm menos de 15% dos terrenos e 1% dos meios de produção e recebem apenas 10% dos rendimentos daí obtidos”.

“Não basta afirmar que é preciso tornar as mulheres mais ativas social e economicamente. São elas que mais horas de trabalho cumprem. Acumulam muitos papéis e são esses mesmos papéis que se constituem como entraves ao seu envolvimento nas tomadas de decisão. Não é hábito as mulheres participarem em discussões e decisões referentes ao desenvolvimento das suas regiões, sejam elas rurais ou não.

“É na infância, através do processo de socialização, que nos são incutidos os estereótipos de género e as crenças associadas ao que as meninas e os meninos podem/devem ser, ter, usar, fazer, etc. Estes preconceitos, para além de criarem desigualdades e violência, limitam a forma de ver o mundo e de interpretar as nossas competências, capacidades e reais vocações”.

AO SABOR DA PENA 55

“Afetar recursos materiais e humanos ao fortalecimento do empreendedorismo entre as populações locais sem que essas iniciativas estejam articuladas com as realidades empresariais é fomentar uma preocupante dissociação entre economia e sociedade, entre políticas sociais e políticas de desenvolvimento: é, na prática, um convite a que as políticas sociais tenham uma dimensão puramente compensatória e que não sirvam, senão de maneira muito indireta e acessória, para dinamizar a vida económica local”.

EUROPE DIRECT BIS 56

“O balanço destes últimos 30 anos é muito positivo para Portugal: o salto gigante que o país deu em apenas três décadas na melhoria da qualidade de vida, em infraestruturas e governação, só foi possível dentro do modelo europeu e com o apoio e a solidariedade da União”.